

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

PAULO VICTOR AROUCHE COSTA LEITE

**GEORGE ORWELL E A BUSCA PELA VERDADE**  
LINGUAGEM, HISTÓRIA E MEMÓRIA NO UNIVERSO FICCIONAL DE *1984*

São Luís

2018

PAULO VICTOR AROUCHE COSTA LEITE

**GEORGE ORWELL E A BUSCA PELA VERDADE**  
LINGUAGEM, HISTÓRIA E MEMÓRIA NO UNIVERSO FICCIONAL DE *1984*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História - Curso de Mestrado, da Universidade Federal do Maranhão, para à obtenção do título de mestre em História.

Orientador: Profº Dr. Victor de Oliveira Coelho

Linha de Pesquisa: Poder e Sociabilidade

São Luís

2018

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a). Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Leite, Paulo.

George Orwell e a busca pela verdade : Linguagem, história e memória no universo ficcional de 1984 / Paulo Leite. - 2018.

142 f.

Orientador(a): Victor Coelho.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em História/cch, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2018.

1. 1984. 2. Duplipensamento. 3. George Orwell. 4. Mutabilidade do passado. 5. Novafala. I. Coelho, Victor. II. Título.

**PAULO VICTOR AROUCHE COSTA LEITE**

**GEORGE ORWELL E A BUSCA PELA VERDADE**

LINGUAGEM, HISTÓRIA E MEMÓRIA NO UNIVERSO FICCIONAL DE *1984*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História - Curso de Mestrado, da Universidade Federal do Maranhão, para à obtenção do título de mestre em História.

Orientador: Prof<sup>o</sup> Dr. Victor de Oliveira Coelho

Aprovada em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Victor de Oliveira Pinto Coelho (PPGHIS/UFMA, Orientador)

---

Prof. Dr. João Batista Bitencourt (PPGHIS/UFMA)

---

Prof. Dr. José Henrique de Paula Borralho (PPGHIST/UEMA)

## RESUMO

A pesquisa propõe uma investigação da obra *1984*, de George Orwell, a partir das ideias de novafala, mutabilidade do passado e duplipensamento. Esses elementos possibilitam e orientam o exercício do poder ao longo da narrativa ficcional. Relacionamos cada um deles às dimensões fundamentais para a historiografia: linguagem, história e memória, respectivamente, e também foi mobilizada uma teoria do ficcional. Para o trabalho, foram fundamentais outros textos não ficcionais de Orwell. Buscamos situar o processo de desvalorização da ideia de verdade objetiva e da legitimidade da História enquanto paradigma explicativo do Ocidente, contextualizando a produção da obra em meio ao processo de fragmentação oriundo da modernidade e a ascensão do autoritarismo na Europa na primeira metade do século XX.

Palavras-chave: George Orwell. *1984*. Novafala. Mutabilidade do passado. Duplipensamento.

## ABSTRACT

This research proposes an investigation of the work of George Orwell 1984, based on in theirs terms Newspeak, Mutability of the Past and Doublethink. These elements enable and guide the exercise of power along of the fictional narrative. We relate each of them to the fundamental dimensions of historiography: language, history and memory, respectively, and a theory of the fictional was also mobilized. For this work, other nonfiction texts of Orwell were fundamental. We seek to situate the process of devaluation of the idea of objective truth and that of the legitimacy of History as an explanatory paradigm of the Western civilization, contextualizing the production of the Orwell's work in terms of the fragmentation process from modernity and the rise of authoritarianism in Europe in the first half of the 20th century.

Keywords: George Orwell. *1984*. Newspeak. Mutability of the past. Doublethink.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus, pela oportunidade e pela saúde, física e mental. Aos meus familiares, especialmente minha mãe. À minha namorada Jéssica Mayara por todo amor e carinho. Muito obrigado pelos incríveis momentos que passamos juntos e por toda ajuda ao longo dessa jornada. Te amo!

Ao meu amigo Frankdene pelo constante incentivo e amizade. Aos meus amigos de longa data Daniel Trovão, Pedro Cáceres e Gabriel Cáceres. Agradeço também aos amigos que nunca conseguem marcar um encontro: André, Gustavo, Iasmim, Thaís e Thiago.

Gostaria de agradecer aos professores do curso de História da Universidade Estadual do Maranhão, particularmente, a professora Elizabeth Abrantes que ao ler minhas ideias iniciais à época da graduação - na disciplina Teoria e Metodologia - me aconselhou desenvolvê-las em um outro momento. Agradeço o Núcleo de Estudos de Historiografias e Linguagens (NEHISLIN) e ao querido professor Henrique Borralho.

Agradeço o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Maranhão. Aos professores que contribuíram direta ou indiretamente na construção do trabalho, especialmente o professor Marcus Baccega e a professora Fernanda Galve, presentes no exame de qualificação.

Ao meu orientador, professor Dr. Victor Coelho, pela orientação e pelas incontáveis contribuições para o melhor desenvolvimento da pesquisa.

Agradeço à FAPEMA pela bolsa concedida durante boa parte da minha pesquisa de mestrado. O financiamento foi importantíssimo para a execução do trabalho.

À George Orwell e seu legado intelectual.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>1. GEORGE ORWELL: ENTRE A ESQUERDA E A DIREITA</b>	
1.1 O autor na Era da Catástrofe .....	15
1.2 A experiência revolucionária .....	18
1.3 Orwell e a <i>Intelligentsia</i> inglesa .....	30
<b>2. A NOVAFALA E O PROBLEMA DA LINGUAGEM</b>	
2.1 Mimesis, ficção, autor .....	39
2.2 A fragmentação do mundo moderno e a ascensão do autoritarismo .....	46
2.3 Características e estrutura da Novafala .....	58
<b>3. MUTABILIDADE DO PASSADO: DISTOPIA DA HISTÓRIA</b>	
3.1 A utopia de Winston: Onde animais extintos possam se mover .....	65
3.2. Mutabilidade do passado: A distopia em sua forma crítica .....	83
<b>4. DUPLIPENSAMENTO</b>	
4.1 Garantir o poder da mente sobre a mente: disciplinarização do pensamento e panoptismo social .....	99
4.2 Industrialismo e guerra: sacrifício e eliminação da subjetividade individual .....	109
4.3 Winston x O'Brien: memória e "controle de realidade" .....	119
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	137
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	139



## INTRODUÇÃO

Donald Trump trinfou nas eleições presidenciais dos Estados Unidos da América e, junto com ele, George Orwell voltou aos holofotes. De acordo com a editora detentora dos direitos de publicação de *1984* as vendas aumentaram cerca de 10.000% desde a posse do novo presidente. Isso se deve a que os temas abordados por Orwell demonstram-se muito atuais diante das declarações de Kellyanne Conway, assessora do presidente dos EUA, que “cunhou o conceito de fatos alternativos, que consiste basicamente em negar evidências empíricas, como aconteceu com o número de pessoas que assistiram a posse do presidente”.<sup>1</sup> Considerado um dos livros mais influentes do século XX, *1984* retrata uma sociedade totalitária dirigida pelo infalível *Big Brother* – figura carismática nos moldes de Hitler e Stálin – que comanda a Oceania, uma das três superpotências existentes no cenário político projetado por Orwell. Toda trama se desenvolve em uma atmosfera de vigilância incessante onde as liberdades individuais são suprimidas em defesa da segurança da não-liberdade. Através das *teletelas* e da *polícia das ideias*, todos são devidamente monitorados dia e noite para que pensem e ajam de acordo com a doutrina do Socing.

A base ideológica do Socing é fundamentada em três princípios: *mutabilidade do passado*, prática adotada pelo partido através do Ministério da Verdade que consiste em adequar o fato histórico com as projeções do Grande Irmão garantindo o alinhamento ideológico de seus membros; *Novafala*, é o idioma oficial que se forma na diminuição progressiva do número de palavras bem como em sua combinação, visando a diminuir o repertório linguístico dos indivíduos, estreitando assim as possibilidades de pensamento e, portanto, de contestação política; e por fim o *duplipensamento*, termo em, novafala, que significa a capacidade de acreditar simultaneamente em crenças contraditórias sem que isso provoque um sentimento de culpa ou falsidade. A rejeição da possibilidade de uma verdade objetiva, a manipulação da História e dos fatos são temas abordados à exaustão em *1984*. É contra essa estrutura opressiva que o protagonista do romance, Winston Smith, decide lutar. No entanto, nas últimas páginas o que lemos é uma declaração de amor devastadora ao Grande Irmão.

“Orwell criou as condições para a derrota e a desesperança”, assim escreveu Raymond Williams no seu livro *George Orwell* no ano de 1971. Ainda hoje esta é uma das interpretações recorrentes da obra. No entanto, é preciso analisá-la de forma mais ampla, além da crítica

---

<sup>1</sup> Disponível em (30/6/17): [http://brasil.elpais.com/brasil/2017/01/26/cultura/1485423697\\_413624.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2017/01/26/cultura/1485423697_413624.html)

evidente ao totalitarismo e seu aparente “antiesquerdismo” em alta nos dias atuais. É compreensível a relação de Raymond Williams com Orwell, devido a toda instrumentalização de seus escritos no período conhecido como Guerra Fria, quando as duras críticas de Orwell ao regime soviético foram utilizadas pelos Estados Unidos como propaganda anticomunista e, por esse motivo, a parte de Orwell que era interessante para a direita acabou sendo amplamente difundida, e a esquerda o acusou de “dar munição ao inimigo”,<sup>2</sup> mesmo que sua atividade política e sua dissidência intelectual apontassem sempre para um homem de convicções socialistas e defensor das liberdades, ausentes no capitalismo liberal e no comunismo soviético.

Na década de 1950, Orwell já era um autor muito conhecido nos Estados Unidos, devido ao sucesso descomunal dos seus dois últimos romances que resultou na transformação do *Animal Farm* em desenho animado em 1954. A divulgação do desenho animado despertou ainda mais o interesse pela sua obra e o desenvolvimento do ícone anticomunista nos anos posteriores. É importante destacar o papel de Sônia Brownell Orwell<sup>3</sup> na construção da imagem que Orwell viria a ter após seu falecimento. Viúva e organizadora, juntamente com Ian Angus, da primeira compilação póstuma de sua obra não-ficcional em *The collected essays, journalism and letters of George Orwell* (4 volumes, 1968), Sônia Orwell publicou além de textos já conhecidos pelo público, artigos inéditos, cartas e documentos. A “disposição neutra” dos organizadores que a partir de uma disposição cronológica dos textos pretendia “dar voz” ao autor, tinha uma função didática óbvia: direcionar a leitura do público, em especial os mais jovens que não viveram na década 1930 e 1940, segundo Matheus Cardoso da Silva:

O caso da escolha dos textos que seriam incluídos o *Collected Essays*, corroborou um grande debate acerca da própria figura de Sonia Orwell. Advinda de uma família estritamente anticomunista – seu pai fora deputado liberal em Londres, ela própria havia trabalhado para Inteligência britânica durante a Segunda Guerra – Sonia é apontada como uma das responsáveis pela imagem posterior que Orwell adquiriria como um militante anticomunista. Ela, aliás, fora a herdeira dos direitos autorais da obra de Orwell após sua morte, em 1950, e fora responsável, como aponta Daniel Leab pela venda dos direitos do livro *Animal Farm* para a CIA, afim de produzir o desenho animado baseado na obra.<sup>4</sup>

Importante biógrafo de Orwell, autor de *George Orwell: A life*, Bernard Crick alega que o propósito dos organizadores dessa coleção, além de contribuir para “ampliação do quadro crítico de Orwell para um público cada vez mais interessado em sua obra, era direcionar a leitura

<sup>2</sup> HITCHENS, Christopher. **A vitória de Orwell**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. p.65.

<sup>3</sup> Segunda esposa de Orwell, com quem se casou no final da década de 1940 poucos meses antes de sua morte.

<sup>4</sup> SILVA, Matheus Cardoso da. **O último homem da Europa: a luta pela memória no universo não ficcional de George Orwell, 1937-1949**. São Paulo, 2010. p.46.

desse público”<sup>5</sup>, o que explicaria as escolhas na composição do material. De maneira semelhante, John Rodden coloca que *Colled Essays* apenas reforçou a visão sobre Orwell construída ao longo dos anos anteriores. Portanto, como preconiza Bourdieu,<sup>6</sup> devemos propor uma análise científica das condições de produção, reprodução e circulação de uma obra de arte, ou seja, é importante entender o consumo do material artístico e o meio social de sua produção. Embora o *Colled Essays* tratasse exclusivamente da sua obra não ficcional, ele contribuiu fundamentalmente para o reforço da imagem anticomunista de Orwell e de toda sua produção, ficcional ou não. Nesse sentido, há o reconhecimento de Raymond Williams quanto à postura intelectual do autor:

Asseguro, contra outros que criticaram Orwell, que como homem ele era corajoso, generoso, honesto e bom e que o paradoxo que é o efeito total de sua obra não deve ser compreendido em termos unicamente pessoais e sim em termos das pressões de toda uma situação.<sup>7</sup>

Logo, o presente trabalho busca situar George Orwell em seu contexto histórico e cultural, partindo de um espaço de experiência e horizonte de expectativas que orientam a produção humana e possibilitam sua interpretação, importância e usos na contemporaneidade. Com isso, buscamos entender o gênero em que a obra *1984* está conformada, portanto, entender a distopia não como uma profecia do desastre, mas uma crítica da sociedade de que faz parte, a distopia como um gênero propositivo, um sinal de alerta aos problemas políticos. Em diferentes épocas, o conceito de utopia é uma variante de temporalidades idealizadas – passado, presente, e futuro – e de suas relações entre si. Conforme reforça Gregory Claeys “Esteja nosso ideal no passado, no presente ou no futuro, o conceito de utopia muitas vezes tem alguma influência sobre como concebemos esse ideal”.<sup>8</sup> A utopia lidando com os dados sociais, explorando o espaço entre o possível e o impossível busca a construção de uma nova sociedade. De forma similar a distopia, na qualidade de subgênero, também busca a construção de uma nova sociedade, mas pela acentuação de características consideradas nocivas ao bem comum, ao contrário das utopias que trazem circunstâncias desejáveis – e por isso se coloca como crítica por trazer à tona uma ausência desejada –, a distopia é a potencialização de pesadelos sociais.

As utopias negativas ou antiutopias apenas se estabeleceram como subgênero definitivo por volta do final do século XIX e ganharam ainda mais força no século XX. Podemos destacar *O tacho de ferro* (1908), de Jack London, e *Nós* (1924), do russo Yevgeny Zamyatin, obra que

---

<sup>5</sup> *Idem*.

<sup>6</sup> BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte**. Gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

<sup>7</sup> WILLIAMS, Raymond. **Cultura e Sociedade**. De Coleridge a Orwell. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p.319.

<sup>8</sup> CLAYES, Gregory. **Utopia**. A história de uma ideia. São Paulo: Edições SESC SP, 2013. p.8.

terá direta influência sobre George Orwell, sobretudo, pelo ataque à centralização estatal e supressão da individualidade. São notáveis as semelhanças de estrutura entre *Nós* – publicado um quarto de século antes – e *1984*:

Após uma demorada guerra, em que boa parte da população morreu, um “Benfeitor” e “guardiães” platônicos supervisionam uma sociedade altamente controlada, o Estado, em que indivíduos são numerados, vivem em cubículos em casas de vidro e são submetidos a constante retificação comportamental afim de suprimir pensamentos dissidentes. O cotidiano é bem regulado – desviar-se com atividades proscritas é permitido apenas na “Hora Pessoal”. Relações sexuais são organizadas pela aplicação de um sistema de racionamento. Em contraste com essa atmosfera desanimadora e opressora, o texto descreve uma terra pouco além da fronteira do estado, onde reside um povo primitivo. O herói, D-503, fica desiludido com a uniformidade do sistema e consegue ultrapassar a fronteira e participar de relações sexuais ilícitas. Também se junta a um ato menor de rebelião política, mas é capturado e morto.<sup>9</sup>

Outra obra importante é *Admirável mundo novo* (1932), de Aldous Huxley. Não tratava do totalitarismo propriamente dito, mas do domínio comportamental dentro do capitalismo. Huxley apresenta uma sociedade rigorosamente estratificada em que a eugenia e a engenharia social estabelecem um grupo governante privilegiado e um reservatório amplo de mão de obra:

Os “alfas” da elite são entretidos por sexo constante e rituais com drogas, e a famosa bebida *soma* temporariamente elimina todas as preocupações mundanas. [...] A uniformidade estúpida retratada no romance é apresentada como um perigo que paira sobre o sistema capitalista, em que o egotismo tornou-se cada vez mais dominante. Huxley sentia, assim como Orwell, que o materialismo hedonista e a irreligiosidade eram responsáveis por muito dos grandes problemas da modernidade[...]<sup>10</sup>

Orwell escreveu sobre todas essas obras e compôs sua própria distopia, que se tornou a mais conhecidas de todas as distopias modernas sendo traduzida em diversos países. Pela sua força e representatividade *1984* suscitou e ainda suscita muitos estudos pelo mundo a fora. Em terras brasileiras podemos encontrar estudos na grande área de ciências humanas em que destacamos a dissertação de mestrado em letras de Evanir Pavloski intitulada *1984 – A distopia do indivíduo sob controle* (2005). O autor enfatiza a caracterização de Winston Smith, protagonista do romance, interessado em demonstrar como o controle da liberdade individual subjaz a concepção de modelos sociais. Analisa o processo de supressão das individualidades no cenário imaginado por Orwell, a partir da personagem Winston Smith. Objetiva analisar as questões do poder, controle e individualidade a partir do exame da personagem que também possibilita o aprofundamento crítico da obra em seus variados aspectos. Destacamos também a dissertação de mestrado em História “*O último homem da Europa. A luta pela memória no*

---

<sup>9</sup> *Ibid.*, p.177/178.

<sup>10</sup> *Ibid.*, p.178.

*universo não ficcional da obra de George Orwell, 1937-1949*” (2010), de Matheus Cardoso da Silva. O riquíssimo trabalho tem como proposta um estudo da crítica de George Orwell ao processo de manipulação da memória no entre guerras. O autor apoia-se nos escritos não ficcionais de Orwell (1937 e 1949), as reflexões sobre a Guerra Civil espanhola (1936-9) e seu último romance, *1984*. A referida pesquisa tem um profícuo diálogo com a produção estrangeira sobre o autor, oferecendo informações importantes e uma vasta bibliografia em língua inglesa.

O nosso trabalho pretende contribuir para o estudo crítico da obra de Orwell voltando as atenções para três ideias desenvolvidas em *1984*: *novafala*, *mutabilidade do passado* e *duplipensamento*. Cada uma dessas ideias está vinculada a conceitos que orientam nuclearmente a prática a historiográfica, sendo eles respectivamente: linguagem, discurso histórico e a memória. Em outras palavras, a preocupação de Orwell com esfacelamento da ideia de verdade objetiva diz respeito a própria legitimidade da história enquanto paradigma explicativo do Ocidente, daí o nosso interesse em investigar sua crítica a partir da inter-relação linguagem-história-memória contida nas ideias mencionadas.

A pesquisa foi dividida em quatro etapas. O primeiro capítulo localiza o contexto sociopolítico do autor, situando a atmosfera de guerras e revoluções na primeira metade do século XX. Começamos pela formação inicial de Orwell pontuando acontecimentos importantes até sua participação na Guerra Civil Espanhola, período fundamental para a consolidação de seus ideais políticos bem como para o desenvolvimento de sua crítica dali em diante. No segundo capítulo abordamos o problema da linguagem a partir da *novafala*. Inicialmente, discutimos teoricamente os conceitos de mimesis e ficção nos apoiando principalmente em Luiz Costa Lima e seus interlocutores. Na sequência evidenciamos o processo de fragmentação da sociedade europeia no entre guerras que buscou no autoritarismo uma alternativa à crise de sentido da modernidade. O debate expõe a crítica orwelliana da utilização política da linguagem que é representada no idioma ficcional. O terceiro capítulo discute a questão da *mutabilidade do passado* relacionando-a com a gravidade do conceito de história para Ocidente. Para tanto abordamos dimensões do pensamento utópico ocidental e as transformações do conceito de história, associando a preocupação de Orwell do enfraquecimento da ideia de verdade objetiva e, portanto, da própria disponibilidade da história. O último capítulo é dedicado ao *duplipensamento*. Iniciamos com a caracterização do que Orwell chamou de pensamento duplo para, então, relacioná-lo a um novo tipo de mentalidade característico da sociedade de massas, possível através dispositivos disciplinares e da reificação dos homens através da técnica. Nesse sentido, abordamos Bentham e seu plano arquitetural com

o intuito de compreender a atmosfera do romance e seus efeitos no homem, como produto do paradigma utilitário. A última parte dedicamos ao confronto entre Winston e O'Brien, onde buscamos aprofundar a discussão "memória versus controle de realidade", ressaltando a importância da memória para constituição de identidades e para a manutenção de hegemonias políticas

Embora a pesquisa ressalte as ideias contidas no último trabalho ficcional de Orwell, os seus escritos não ficcionais são de fundamental importância para melhor compreender seu pensamento ao longo dos anos que se manifesta artisticamente no romance. Com esse intuito foram utilizadas obras que reúnem escritos não ficcionais – artigos, resenhas, ensaios, cartas – sendo elas: *Dentro da baleia e outros ensaios* (2005), *Literatura e Política – Jornalismo em tempos de guerra* (2006), *Lutando na Espanha: homenagem à Catalunha, recordando a guerra civil espanhola e outros escritos* (2006), *Como morrem os pobres e outros ensaios* (2011), *Uma vida em cartas* (2013) e *O que é fascismo? E outros ensaios* (2017). Além, obviamente, do romance *1984* (2009). Dessa forma foi possível situar melhor as preocupações imediatas do autor e de que forma esses elementos aparecem em sua obra ficcional.

## 1. GEORGE ORWELL: ENTRE A ESQUERDA E A DIREITA

### 1.1 O AUTOR NA ERA DA CATÁSTROFE

Eric Hobsbawm em seu livro *Era dos Extremos* compreende o século XX como os anos que vão da eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914-18) ao esfacelamento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (1922-91), daí o entendimento de um século breve, que também ilustra a velocidade sem precedentes das inovações e transformações que foram possíveis nesse período. Um século marcado por inúmeras conquistas nas áreas tecnocientíficas e palco de grandes guerras e revoluções. Não podemos entender o século XX sem a guerra mundial, em especial o período que o historiador inglês caracteriza como “Era da Catástrofe” que compreende um intervalo de 31 anos, período em que se inicia em 1914 com a eclosão da Primeira Guerra Mundial e se encerra em 1945 com o desfecho da Segunda Guerra Mundial, entendidas como um único conflito de três décadas:

A humanidade sobreviveu. Contudo, o grande edifício da civilização do século XX desmoronou nas chamas da guerra mundial, quando suas colunas ruíram[...] Ele foi marcado pela guerra. Viveu e pensou em termos de guerra mundial, mesmo quando os canhões se calavam e as bombas não explodiam.<sup>11</sup>

A época em destaque é praticamente correspondente ao tempo de vida de George Orwell (1903-1950), nascido ainda no desabrochar do século XX, viveu ao longo de toda sua primeira metade, em meio à catástrofe. O conjunto de sua obra, jornalística e literária, traz à tona os principais problemas políticos encarados naquele momento histórico. Muito conhecido pelas obras *Revolução dos Bichos*<sup>12</sup> e *1984*,<sup>13</sup> Orwell escreveu além de outras obras de ficção, artigos jornalísticos, ensaios e resenhas literárias para diversos periódicos na Grã-Bretanha, tendo ainda participado de programas radiofônicos da BBC. Os temas abordados por Orwell normalmente estavam relacionados à política, literatura, aspectos da cultura inglesa e das camadas populares, e, especialmente, sua preocupação com a liberdade política e de expressão. Oriundo de uma família aristocrata em decadência, filho de funcionários públicos à serviço do Império Britânico, George Orwell nasceu Eric Arthur Blair em Motihari, Bengala, Índia, onde futuramente conheceria de perto o colonialismo como policial imperial, cargo a que renunciou para dedicar-se à profissão de escritor em que demarcaria seu posicionamento contrário às diversas formas de opressão. Em um de seus textos mais conhecidos *O abate de um elefante*<sup>14</sup>, Orwell aborda sua condição de policial imperial:

<sup>11</sup> HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p.30.

<sup>12</sup> No título original *Animal Farm: A Fairy Story*. Primeira publicação 17 de agosto de 1945, Secker and Warburg, London, England.

<sup>13</sup> Título original *Ninety-eight*. Primeira publicação 8 de junho de 1949 (Secker and Warburg).

<sup>14</sup> *New Writing*, 1936; *Penguin New Writing*, novembro de 1940.

Tudo isso era desconcertante e perturbador, porque naquela época eu já tinha concluído que o imperialismo era algo maligno e que quanto antes eu renunciasse ao emprego e saísse dali, tanto melhor. Na teoria – e, claro, no íntimo – eu era a favor dos birmaneses e contra os opressores, os britânicos. Quanto ao trabalho, eu o detestava mais profundamente do que talvez seja capaz de expressar. Em um emprego como aquele vê-se de perto o trabalho sujo do império. Os infelizes que se comprimiam nas fétidas celas das prisões, os rostos pardos e assustados dos condenados a longo prazo, os traseiros marcados com cicatrizes dos homens açoitados com bambu – tudo isso me oprimia com uma sensação de culpa insuportável. Mas eu não conseguia ver as coisas com discernimento. Era jovem, mal informado e tinha de pensar em meus problemas no silêncio total imposto a todo inglês no Oriente.<sup>15</sup>

Antes do período que servira como membro da polícia britânica entre anos 1922 e 1927, o pequeno Eric viveu na Inglaterra. No ano de 1907, a família Blair retorna a ilha para que os filhos pudessem ter a formação adequada para ocupar cargos na administração colonial. Orwell ligava sua família à *lower-upper-middle-class*, ou seja, “baixa classe média alta”. Com esta categorização indicava um setor da sociedade inglesa que teve seu período de prosperidade durante o reinado da Rainha Vitória (1819-1901), mas que em seus dias passava por dificuldades e vivia de aparências. Nesse sentido, seus membros buscavam fazer carreira na marinha, exército, Igreja, no funcionalismo público, especialmente nos quadros administrativos das colônias britânicas.

Quando Orwell tinha oito anos, seus pais o matricularam em uma *private school*, escola preparatória particular, Saint Cyprian’s. O colégio tinha regime de internato e preparava seus alunos para os exames de admissão nas *public schools* (escolas públicas), também particulares e caras, onde eram tradicionalmente formadas as elites dirigentes da Inglaterra. Embora sua família não tivesse dinheiro suficiente para tal investimento, pagavam taxas reduzidas, pois em St. Cyprian’s admitiam-se alunos pobres e inteligentes capazes de conseguir bolsa de estudo nas concorridas escolas públicas, ganhando reputação com a aprovação desses alunos.

A condição de bolsista o colocava em uma situação de desconforto em meio aos demais, pois era comum que os mais pobres sofressem pequenas humilhações de toda espécie. Os alunos pobres estavam lá exclusivamente para ganhar bolsas de estudo e assim prestigiar o nome da instituição. De acordo com Orwell, a St. Cyprian’s era cara e esnobe. A maioria dos alunos era composta de filhos de pais ricos e alguns poucos aristocratas. Os alunos deveriam aprender especialmente os conteúdos cobrados nos exames de admissão das já mencionadas escolas públicas. Apesar de um ambiente hostil durante sua primeira formação e da enorme pressão

---

<sup>15</sup> ORWELL, George. **Dentro da baleia e outros ensaios**. São Paulo : Companhia das Letras, 2005. p.61.



para ganhar uma bolsa de estudo em uma escola de elite, Orwell conquistou duas bolsas de estudos, Wellington e Eton, optando pela segunda. Orwell permaneceu em Eton entre 1917 e 1921. A Primeira Guerra terminara, a Revolução Russa havia eclodido e o espírito revolucionário pairava sobre a Europa. O comunismo soviético defendia uma sociedade alternativa e superior ao capitalismo. A vitória na Rússia seria apenas o primeiro passo para uma sucessão de conquistas que possibilitariam a revolução do proletariado mundial. Mesmo no ambiente elitista de Eton, a grande onda revolucionária teve seu impacto:

[...] Orwell lembra que numa classe de dezesseis alunos, quinze citaram Lenin quando lhes perguntaram quais eram os grandes homens de sua época. Ele próprio se descrevia vagamente como socialista – um socialista esnobe, que detestava o sotaque, os hábitos e quase todo o resto da classe trabalhadora, com quem, aliás, não tinha contato.<sup>16</sup>

Anos mais tarde Orwell escreveria que a educação cultivada nas *public schools* é em grande medida um treinamento em preconceito de classe, e uma categoria de “imposto” que as classes médias pagam para conseguir determinadas profissões. Após sua estadia em Eton, diferentemente de seus colegas, não caminhou rumo às universidades tradicionais como Oxford e Cambridge, mas resolveu ir a Birmânia a serviço da polícia imperial. Entre 1922 e 1927, Orwell esteve a serviço do Império em diversas localidades. Nessa ocasião deparou-se com uma variedade de situações das relações entre “homens brancos” e “nativos”, e ainda que sentisse no íntimo um certo desconforto, ele não abandonou o serviço na polícia de imediato. Apesar do trabalho sujo, não se via como um criminoso.

No entanto, o enforcamento de um prisioneiro o impactou profundamente. Em recordação escreveu que, até aquele momento, ele não sabia o que era acabar com a vida de um homem em pleno vigor, o que era para ele um erro indizível.<sup>17</sup> Em 1927, volta à Inglaterra de licença e decide então abandonar a Polícia Imperial Indiana. Como afirma Ricardo Bonalume, muitas atitudes posteriores de Orwell podem ser compreendidas à luz de uma consciência que precisava de alguma forma de expiação e o resultado foi sua atividade jornalística e literária, começando pelos seus dois livros iniciais. O primeiro deles, *Na pior em Paris e Londres*,<sup>18</sup> uma imersão consciente na pobreza que mistura jornalismo documental com técnicas de ficção, em que narra sua experiência de viver na pobreza extrema no final dos anos 1920; o segundo, *Dias*

<sup>16</sup> NETO, Ricardo B. **Orwell**: A busca da decência. São Paulo: Brasiliense, 1984. p.20.

<sup>17</sup> *Adelphi*, agosto de 1931; *New Savoy*, 1946. ORWELL, George, *op. cit.*, 2005. p.53-59.

<sup>18</sup> No título original *Down and Out in Paris and London*, onde o pseudônimo George Orwell é utilizado pela primeira vez.

na *Birmânia*,<sup>19</sup> romance baseado nas suas experiências como policial do império que retrata o colonialismo ao qual Orwell assumiu a posição de opositor.

No final da década de 1920, Orwell mora em Paris, num bairro de trabalhadores, onde sobrevive à custa de subempregos. A primeira metade da década de trinta é marcada pelo seu retorno à Inglaterra, onde mora com os pais e leciona em uma *private school*. Após algumas recusas, publica com o apoio de Victor Gollancz<sup>20</sup> *Na pior em Paris e Londres* em 1933 pela Harper & Brothers em Nova Iorque. Em seguida, Victor Gollancz receia publicar *Dias na Birmânia* devido a suas críticas ao colonialismo britânico. Por essa razão, é publicado um ano depois em Nova Iorque em 1934. Nos dois anos seguintes saem *A filha do reverendo* (1935) e *Keepthe Aspidistra Flying* (1936). Casa-se com Eileen<sup>21</sup> em 9 de junho, seis meses antes de partir para a Espanha, onde participaria da Guerra Civil Espanhola.

## 1.2 A EXPERIÊNCIA REVOLUCIONÁRIA

Nas últimas duas décadas do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX, a Espanha fora um país “semi-autoritário”, segundo a definição de Michael Mann,<sup>22</sup> um regime conservador em que os poderes eram controlados tanto por uma legislatura eleita quanto por um executivo não eleito – daí a caracterização de semi-autoritário. O corpo de autoritários espanhóis – semi-autoritários, “semi-reacionários”,<sup>23</sup> corporativistas e fascistas, segundo Mann – opunha-se em conjunto aos democratas e aos esquerdistas. Estes por sua vez não cederam, resistindo e lutando em um sangrento conflito de três anos que dizimou com o país e terminou com inúmeros expurgos políticos por parte dos vencedores. Como resultado a Espanha enfrentou o mais longo regime autoritário de direita da Europa que perdurou até 1975, ano que morreu o general Francisco Franco.

---

<sup>19</sup> No título original *Burmese days*.

<sup>20</sup> Victor Gollancz (1893-1967) foi o primeiro editor de Orwell. Trabalhou na Oxford University Press e fundou sua própria editora em 1927. Criou ainda o Clube do Livro de Esquerda, que publicou *O caminho para Wigan Pier*.

<sup>21</sup> Eileen Blair (1905-45) primeira esposa de Orwell. Formou-se em Oxford em 1927 e quando conheceu Orwell fazia mestrado em psicologia no University College of London.

<sup>22</sup> MANN, Michael. **Fascistas**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

<sup>23</sup> De acordo com Mann, o antigo regime (centrado na monarquia, na Igreja e nos militares) encarava as pressões populares aumentando o nível de repressão. Havia uma alternância entre repressão e medidas discriminatórias de perseguição direcionadas contra minorias, esquerdistas ou judeus. Esses regimes ainda temiam as massas, ao mesmo tempo que realizavam medidas modernistas limitadas e, por essa razão, eram semi-reacionários. Proclamavam o nacionalismo orgânico, ainda que impedindo qualquer mobilização popular por trás dele. A ideologia fascista exercia certa influência nesses casos, alguns defendiam o domínio de um partido único, como Salazar e no caso espanhol, Primo de Rivera.

As eleições eram convocadas pelo Executivo, que comprava deputados, nomeava gabinetes e dispunha de poderes de emergência para conter forças “extremistas”. Suas políticas fiscais eram conservadoras e pró-capitalistas, resistindo tanto contra a modernidade quanto à democracia. Apesar da multiplicidade étnica, o país era altamente centralizado. Os chefes políticos locais (*caciques*) se adequavam – para a manutenção de seus privilégios – ao jogo político, promovido pelo monarca, de alternância no poder executivo através da constituição de ministérios liberais e conservadores. Com o tempo, esse esquema perdeu força em regiões mais avançadas pelo aumento da industrialização, da alfabetização e do sufrágio, dando vigor à mobilização política apesar dos *caciques*. O anarcosindicalismo e o socialismo mobilizaram o proletariado, movimentos por autonomia regional despontaram entre os catalães e os bascos, a classe média era impulsionada por ideologias centristas modernizadoras. Por volta de 1910, políticos das mais variadas orientações, professavam um discurso cujos programas apontavam para uma genuína democracia liberal.

O movimento rumo à democracia foi sufocado pela primeira vez em 1923, quando o general Primo de Rivera deu início a uma ditadura de tendência corporativista que duraria até 1930. No ano posterior foi instaurada uma república democrática, com propósitos liberais e sociais, que assegurou às regiões um significativo grau de autonomia. A república durou apenas cinco anos, uma rebelião militar deu início à guerra civil que ao fim contabilizou de cerca de 300.000 a 400.000 espanhóis mortos e outros tantos exilados. A Guerra Civil Espanhola desencadeou-se a partir de um golpe militar em 17 de julho de 1936. O objetivo era deter o avanço da democracia política de massas, impulsionada pelos acontecimentos da Primeira Guerra Mundial e Revolução Russa, e estimulada pelas mudanças socioeconômicas nas décadas de 20 e 30. O golpe militar trouxe para o campo da batalha uma série de conflitos culturais distintos: a cultura política autoritária em choque com as ideias liberais; a cultura urbana em oposição à tradição rural; a polarização entre centro e periferia; de um lado um profundo desejo de mudanças sociais e, por outro, a vontade de manter os privilégios de classe, sobretudo, dos grandes latifundiários, em um país essencialmente agrário. Este setor era um dos mais ameaçados por uma reforma política e econômica, visto que os planos para a modernização econômica e cultural da república espanhola tocariam em quatro pontos fundamentais: reforma educacional, da propriedade fundiária, e das relações entre Estado, Igreja e Exército.

A Espanha não havia participado efetivamente da Primeira Guerra Mundial, mas assim como em outras regiões da Europa, sua zona urbana sofreu profundas mudanças decorrentes do conflito. A guerra proporcionou o crescimento acelerado de sua economia, e juntamente com

isso veio uma forte inflação e o deslocamento de contingentes populacionais, afetando, ainda mais, os setores pobres da cidade e do campo. Logo, em muitas áreas urbanas os protestos sociais alarmaram as elites locais, que viam esses protestos pelo prisma da Revolução Russa. O ponto central da ameaça era a Barcelona “vermelha”. Contudo, aos olhos dos setores conservadores, o principal inimigo era o poderoso movimento anarcossindicalista, a Confederação Nacional do Trabalho (CNT), que atuava de forma direta, e se necessário violenta, contra a irredutibilidade dos empresários alinhados com as autoridades militares.

Boa parte do cerne do proletariado industrial gritava para o socialismo (como em outros países). Mas os operários catalães e os trabalhadores agrícolas do sul sentiam-se oprimidos por um Estado distante, e podiam perfeitamente imaginar a vida sem ele. Na verdade, o Estado espanhol era sobretudo uma presença repressiva para as classes inferiores, especialmente nesses setores e regiões. Neles, os operários sentiam-se mais atraídos pelo horizonte anarcossindicalista de greve geral, ignorando o Estado, para acabar levando à destruição tanto do capitalismo quanto do Estado.<sup>24</sup>

Em junho de 1931, o governo republicano toma uma de suas primeiras medidas que afetariam diretamente os militares: o fechamento da academia militar de Zaragoza. A academia, estava sob a direção de Franco desde 1927, era um polo formador de ideias sobre o ressurgimento imperial, parte fundamental da direita ultranacionalista. Os professores eram em sua maioria oficiais provenientes das campanhas coloniais, os chamados *africanistas*. A suspensão de promoções por conquistas militares no Marrocos foi motivo de profundo descontentamento entre estes militares, que já eram radicalmente desfavoráveis ao propósito da República de instituir controle constitucional e civil sobre o exército. Anos mais tarde, já em 1936, o setor de jovens oficiais era aquele que mais apoiava o golpe devido às sucessivas reformas republicanas nos soldos e planos de carreira do exército. Assim, as objeções às reformas na Espanha não nasceram apenas da insatisfação das velhas elites espanholas. A classe média do Centro-Norte também se manifestou contra a nova República, insatisfação essa que estava diretamente ligada à Igreja, pois as reformas de caráter secular afetaram os sentimentos católicos muito presentes nessa região.

O entendimento da necessidade de união política entre as esquerdas originou uma nova coalizão de forças progressistas, que triunfou nas eleições de fevereiro de 1936 com um programa de discutir e aprovar no parlamento uma série de projetos reformistas do período de 1931-33. Logo, trataram os militares de intervir no xadrez político, aproximando-se da direita civil e dos aristocratas conservadores. As forças socialistas que, através da união, conseguiram sair-se vitoriosas nas urnas, não tiveram a mesma coesão enquanto governo, e suas

---

<sup>24</sup> *Ibid.*, p.399.

profundas divisões políticas dentro do movimento mostraram a República incapacitada de impedir que os setores conservadores levassem adiante um golpe de Estado.

Durante os anos que se seguiram os militares insurgentes tiveram amplo apoio de Hitler e Mussolini, com a ajuda de aviões e tanques, e suas forças militares puderam fazer rápido progresso do norte da África, no Marrocos, até a capital Madrid. Semanas após o golpe, os militares rebelados dominavam parte do Sudoeste, o Marrocos espanhol, boa parte do Noroeste e do Norte (exceção do País Basco), e os republicanos controlavam a parte central, o sudeste e nordeste. Grosso modo, a rebelião fracassou nas regiões onde havia amplo apoio às reformas republicanas. Obviamente, nenhuma região era homogeneamente progressista ou conservadora, mesmo em regiões onde os militares tinham grande apoio popular à violência foi empregada para dizimar setores da sociedade civil que ofereceram resistência. Na zona republicana, a violência anticlerical foi empregada sem precedentes, visto que a Igreja estava intrinsecamente associada aos grandes proprietários de terras e sua efetiva participação para legitimar o golpe de Estado. Civis se matavam por toda parte, Franco estava disposto a “salvar a Espanha do marxismo custe o que custar”. A violência era brutal e sistemática, mulheres tinham as cabeças raspadas, eram estupradas e aconteciam assassinatos em massa de homens e mulheres:

O exército da África parecia invencível. Isso não é de surpreender, pois ele não enfrentava uma força de “milícias”, conforme se costuma dizer, mas uma população civil armada com qualquer coisa que lhe caísse nas mãos, que lutava em campo aberto contra soldados, artilharia e bombardeios alemães e italianos. Cada vez que o exército rebelde tomava um povoado, cometiam-se atrocidades. Os corpos das vítimas ficavam durante dias nas ruas para aterrorizar os habitantes e logo eram amontoados nos cemitérios para serem queimados sem ritos funerários.<sup>25</sup>

Os republicanos ainda sofriam das adversidades do isolamento internacional. Quando o golpe fora deflagrado o governo republicano tentou obter auxílio das democracias ocidentais, Grã-Bretanha e França, mas em vez de ajudar, os países firmaram um pacto de não intervenção, assinado em agosto de 1936, os governos e empresas dos países signatários estavam vetados de enviar material bélico à Espanha. A Itália e Alemanha, embora signatários, continuaram a dar suporte do início ao fim da guerra. A República pode contar apenas com o auxílio da União Soviética que inicialmente também se juntou a britânicos e franceses na política de não intervenção, Stalin não queria criar problemas com os ingleses por prestar socorro à República espanhola. A importante ajuda veio de antifascistas para lutar na Espanha, as Brigadas

---

<sup>25</sup> GRAHAM, Helen. **Guerra Civil Espanhola**. Porto Alegre, RS: L&PM, 2013. p.47

Internacionais, que eram compostas por soldados voluntários ligados à esquerda de todo o mundo, cerca de 35 mil lutaram a favor da República entre 1936 e 1939.

O cenário político-partidário da Espanha era complexo. Os dois movimentos trabalhistas da Espanha pretendiam abolir o capitalismo, mas se detestavam mutuamente. Os anarcosindicalistas queriam abolir o Estado e, por isso, detestavam a república. Como não tinham um partido político, sua principal entidade era a federação sindical CNT (Confederação Nacional do Trabalho). Representavam cerca de 13% da força de trabalho, aproximadamente o mesmo percentual da UGT (União Geral dos Trabalhadores) socialista. A maioria dos membros eram da Catalunha (30%), seguida da Andaluzia (15%) e Valência (15%).<sup>26</sup> Era um movimento majoritariamente proletário em que os militantes de destaque eram em sua maioria trabalhadores braçais. Contudo, o movimento estava segmentado entre sindicalistas mais moderados e anarquistas mais jovens e violentos coordenados por uma organização em particular, a FAI (Federação Anarquista Ibérica). Os seus panfletos eram decididamente violentos na convocação dos trabalhadores para a revolução:

Morte à polícia! Morte aos soldados, filhos de nossa classe, que empunharam armas contra nós! Morte aos ardilosos cavalheiros burgueses do capitalismo feudal! Morte aos malditos parasitas, aos padres, aos políticos de todas as cores. Se vocês não se levantarem hoje, fortes e impiedosos, amanhã eles haverão de mata-los sem perdão nem mercê! Endureçam os corações na hora do combate, tomem das armas. Derrubem as igrejas, os conventos, os quartéis, as fortalezas, as prisões, as prefeituras e as favelas!<sup>27</sup>

Essa retórica certamente causava grande horror, sobretudo ao clero. Mas, na maioria das vezes, os militantes ocupavam fábricas, terras e organizavam manifestações pelas ruas. Outros iam além, ocupando prédios públicos, cortando linhas de comunicação etc. A CNT não formava agrupamentos paramilitares, seus membros não eram uniformizados ou treinados, embora alguns tenham prestado serviço militar e, apesar do acesso às armas ser possível, a violência era desigual, partindo muito mais da direita para esquerda do que o contrário, sendo exercida principalmente por organismos do Estado. Os esquerdistas, portanto, eram mortos em um nível desproporcional:

A CNT era a principal vítima. Quando seus militantes atacavam patrões e o Estado, a retaliação era muito mais letal. Assim, em 1935 o anarcosindicalismo estava em apuros, com muitos militantes mortos, a maioria dos líderes na prisão e os demais em áspera disputa interna.

<sup>26</sup> Os dados mencionados foram retirados do estudo de Mann que se refere ao autoritarismo espanhol, em que dispomos de tabelas e mapas da distribuição dos grupos políticos na Espanha em guerra.

<sup>27</sup> Ramírez Jiménez, M. *Los grupos de presión en la segunda república española*. Madrid: Technos, 1969, apud MANN, *Ibid.*, p.414.

Objetivamente, já não representavam um risco para a ordem social. Não fazia sentido mais falar de uma “ameaça revolucionária” partindo deles.<sup>28</sup>

De certa maneira, avalia Mann, a CNT ajudou no fracasso da república pela recusa de contribuir com as reformas, fracasso até festejado por parte dos anarcosindicalistas pois representava a possibilidade de dar início à revolução. Assim, a divisão do movimento trabalhista contribuiu para o fortalecimento da direita autoritária. O principal partido de esquerda da Espanha era o PSOE socialista. Os sindicatos socialistas estavam aliados na UGT, seus líderes “misturavam reformismo e marxismo evolutivo, com uma dose tipicamente espanhola de socialismo moral”,<sup>29</sup> mesmo a fração mais ortodoxa defendia a cooperação pois a revolução burguesa deveria ser completada para então dar início à revolução dos trabalhadores.

A participação de George Orwell na guerra foi um evento decisivo em suas convicções políticas e influenciaria seus livros vindouros, da mesma maneira que sua crítica pessoal acerca da atuação da imprensa na cobertura de acontecimentos políticos. A 26 de novembro de 1938, quando já tinha deixado a Espanha, escreve para Charles Doran<sup>30</sup>: “o respeito mais elementar pela verdade está acabando, não somente na imprensa fascista ou comunista, mas também na imprensa burguesa liberal que ainda proclama da boca para fora as velhas tradições do jornalismo”.<sup>31</sup> Sua sensação, como veremos detalhadamente adiante, era de que “nossa civilização está caindo numa espécie de névoa de mentiras, onde será impossível descobrir a verdade sobre qualquer coisa”. Orwell publicou vários textos a respeito, o mais famoso deles *Homage to Catalonia* (Homenagem à Catalunha), em que o autor busca através de um relato pessoal do conflito formular uma interpretação mais próxima dos fatos acontecidos na Espanha, mais precisamente em Barcelona entre 1936 e 1937. O livro é uma reunião de gêneros misturando a literatura de viagem, a narrativa de guerra, o relato autobiográfico e análise política, articulados em volta do acontecimento revolucionário.

Neste livro temos um apêndice em que Orwell mapeia a situação conflituosa da esquerda espanhola da seguinte maneira: Em 1936-7, quando o governo central era chefiado por Caballero, socialista de esquerda, seus ministros estavam ligados à UGT (sindicatos socialistas) e a CNT (grupo de sindicalistas comandados pelos anarquistas) que tinham como órgão político a Federação Anarquista Ibérica (FAI). No entanto, nem todos os membros eram anarquistas no sentido exato do termo. O Partido Socialista da Catalunha (PSUC), concebido no começo da

---

<sup>28</sup> *Ibid.*, p.417.

<sup>29</sup> *Ibid.*, p.419.

<sup>30</sup> Charles Doran (1894 – 1914) serviu na Primeira Guerra Mundial e foi militante da Federação Comunista Antiparlamentar. Entrou para o ILP em 1930 e serviu com Orwell no POUM.

<sup>31</sup> ORWELL, George. **Uma vida em cartas**. 1ªed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2013. p.175.

guerra através da junção de vários partidos marxistas, inclusive o Partido comunista catalão, posteriormente filiou-se à Terceira Internacional. O PSCU era composto por trabalhadores e pequena burguesia. O Partido Obrero de Unificación Marxista (POUM), por sua vez, era um partido dissidente, opositor ao “stalinismo”, composto basicamente de ex-comunistas e sem muita influência fora da Catalunha. O posicionamento político da CNT-FAI era favorável ao comando direto sobre as indústrias exercido pelos trabalhadores, defendia um governo formado por comitês regionais, não admitia um governo autoritário centralizado e era hostil à Igreja e à burguesia. Seus membros eram até favoráveis ao slogan do POUM: “Guerra e revolução são inseparáveis”, no entanto, entre anarquistas e socialistas havia divergências antigas, o POUM era cético quanto ao anarquismo, e do ponto de vista anarquista o trotskismo do POUM não era muito superior do stalinismo dos comunistas.

Em 1936, aos trinta e três anos, Orwell chega em Barcelona e ingressa na milícia do POUM. Anteriormente, na Grã-Bretanha, havia buscado credenciais junto ao partido comunista, no entanto não as consegue devido a suas críticas a autores marxistas que eram conhecidas pelo secretário-geral do partido, Harry Pollit. Em seguida procura o ILP (Independent Labour Party) onde consegue, através de Fenner Brockway, cartas de recomendação para cooperar em Barcelona junto ao POUM. Orwell fora lotado no quartel Lenin em Barcelona e pela primeira vez na vida, afirma, encontrava-se em uma cidade onde a classe trabalhadora estava no comando. De acordo com seu relato as palavras “*señor*”, “*don*”, “*usted*” deram lugar a “*camarada*”, a atmosfera era de crença na revolução e no futuro, parecia que ali, em Barcelona, havia surgido uma era de igualdade e liberdade, em que “Os seres humanos estavam tentando se comportar como seres humanos e não como dentes a engrenagem capitalista”.<sup>32</sup> Lá Orwell adquiriu e cultivou uma grande admiração pelos espanhóis, especialmente, pela generosidade do homem comum.

Apesar da admiração em vários aspectos, Orwell avaliava que definitivamente os espanhóis eram péssimos para fazer guerras, sobretudo pela falta de pontualidade. Além disso, os armamentos eram escassos e antigos, havia pouca munição, e pouco menos da metade dos milicianos eram garotos entre quinze de dezessete anos de idade, entusiasmados com a perspectiva de chegarem à frente de batalha. Entretanto, os conflitos relatados por Orwell apontam para uma guerra de trincheiras, onde em determinadas ocasiões os mantimentos como

---

<sup>32</sup> ORWELL, George. **Lutando na Espanha**: homenagem à Catalunha, recordando a guerra civil espanhola e outros escritos. São Paulo : Globo, 2006. p.30.



fumo, comida, lenha eram mais preocupantes que o inimigo, pois, era importante manter-se aquecido e era isso que as tropas faziam a maior parte do tempo.

E nada acontecia ainda, nada nunca parecia acontecer. “Quando vamos atacar? ”, “Porque não atacamos? ”, eram as perguntas que se ouvia dia e noite, de espanhóis e ingleses, igualmente. Quando se pensa no que significa lutar, é estranho que soldados queiram lutar e, no entanto, é o que querem. Na guerra estacionária, há três coisas pelas quais os soldados anseiam: uma batalha, mais cigarros e uma semana de folga.<sup>33</sup>

Os combatentes sofriam com a escassez de recursos e com parasitas como mosquitos e o chamado piolho-de-soldado, que se alastrava por toda a tropa, sendo remediado apenas com a queima de toda a roupa. Era possível manter algum controle queimando os ovos e se banhando quando era possível e desejável. Orwell ingressara na milícia para lutar e até determinada altura quase nenhum combate havia acontecido, seus únicos sofrimentos até então eram o frio, a falta de sono e:

Os piolhos-de-soldado se multiplicavam em minhas calças muito mais depressa do que podia massacrá-los e, desde o mês passado, não tinha mais nenhuma meia e minhas botas só tinham um pouquinho de sola, de modo que estava caminhando mais ou menos descalço. Queria um banho quente, roupas limpas e uma noite em lençóis, mais apaixonadamente do que é possível querer algo, quando se está vivendo uma vida civilizada normal.<sup>34</sup>

Orwell esteve a maior parte do tempo no nordeste da Espanha, em Barcelona e no *front* de Aragão. No seu diagnóstico da situação, estava “na única comunidade da Europa ocidental em que era muito mais comum se ter consciência política e descreer no capitalismo do que o contrário”.<sup>35</sup> Em Aragão, diz ele, as pessoas conviviam em termos de igualdade, como se ali o socialismo desse seu primeiro passo e muitos hábitos da sociedade de classes tivessem ficado para trás:

Não havia mais ninguém ali, a não ser nós mesmos e os camponeses, e ninguém era dono de ninguém. É claro que um estado de coisas assim não podia durar. Era simplesmente uma fase temporária e localizada, num imenso jogo que se desenrola em toda a superfície da Terra. Mas durou o bastante para fazer efeito sobre qualquer um que o experimentara. Por mais que tenhamos praguejado na hora, compreendíamos depois que estivéramos em contato com algo estranho e valioso.<sup>36</sup>

Os meses na milícia foram de grande impacto na vida e na consolidação dos ideais políticos de Orwell, lá pôde experimentar, mesmo que por um curto período, a igualdade, a atmosfera que concebia como os estágios iniciais do socialismo. Em seu julgamento, o elemento

---

<sup>33</sup> *Ibid.*, p.73.

<sup>34</sup> *Ibid.*, p.108.

<sup>35</sup> *Ibid.*, p.105.

<sup>36</sup> *Idem.*

da igualdade é o que realmente atrai os homens comuns para o socialismo, aquilo pelo qual lutam e arriscam suas vidas. De acordo com Orwell, o ponto essencial do sistema de milícias era a igualdade social entre soldados e oficiais. Todos comiam a mesma comida, recebiam o mesmo soldo e vestiam as mesmas roupas. A disciplina das milícias revolucionárias dependia da consciência política, de um entendimento da razão das ordens a serem obedecidas. E, apesar dos desdobramentos da causa revolucionária, ao invés da desilusão, estabeleceu em Orwell um sentimento de atração ainda maior pela causa socialista, que para ele era a causa da liberdade.

Como indicado anteriormente, os conflitos naquela região eram irregulares, a estratégia consistia basicamente em manter as posições, avançar sempre que possível, na maioria das vezes à noite quando a visibilidade é pouca e a travessia dos campos torna-se menos arriscada. A maioria dos rifles eram antigos e tinham pouca precisão, portanto, disparos a longa distância dificilmente acertavam o alvo, mas acertaram. Orwell retratou a experiência de ser baleado<sup>37</sup> como “um choque tremendo, nenhuma dor, apenas um choque violento”, fora atingido na garganta, o que dificultou sua fala por cerca de dois meses. Outra sequela foi uma semiparalisia nos dedos da mão direita além das dores no braço, pois a bala rompeu nervos atrás de seu pescoço. Todos estavam surpresos com a sobrevivência de Orwell após o ocorrido, fato que ele narra com o seu humor característico:

Todos que conheci nessa época – médicos, enfermeiras, praticantes ou pacientes – fizeram questão de me dizer que um homem que é atingido por uma bala no pescoço e sobrevive é a criatura mais sortuda que existe. Não pude deixar de pensar que seria mais sortudo se não tivesse sido atingido de jeito nenhum.<sup>38</sup>

Baleado, fora carregado de maca por cerca de dois quilômetros até a ambulância mais próxima. Após os primeiros atendimentos médicos, foi mandado para o hospital Sietamo e de lá transferido para Barbastro. O hospital estava lotado e, na manhã seguinte, ele e outros pacientes foram enviados para Lérida, onde ficou um pouco menos de uma semana. Ainda debilitado, Orwell partiu de Lérida rumo à Tarragona para, enfim, voltar até Barcelona. A atmosfera da cidade era, definitivamente, outra.

Segundo o relato pessoal de Orwell, no início de maio, o governo tomou o controle da Companhia Telefônica que desde o início da guerra era controlada por trabalhadores da CNT. O motivo apontado pelo governo era de que estava sendo mal administrada e as ligações oficiais grampeadas. O prédio foi tomado e barricadas foram levantadas na cidade. De modo

---

<sup>37</sup> Huesca, 20 de maio de 1937.

<sup>38</sup> *Ibid.*, p.165.

geral, as forças da CNT-FAI-POUM ocuparam os subúrbios e as forças policiais e o PSUC tomaram a parte central de Barcelona. Com o desenrolar dos acontecimentos políticos, o POUM começara a receber falsas acusações, e surgiam exigências de cassação devido às denúncias vinculadas aos jornais do PSUC declarando que o POUM era, na verdade, uma organização fascista disfarçada. Orwell criticou profundamente a postura de alguns jornais como o *Daily Worker*, *News Chronicle*, *New Republic* de fazer uma cobertura do evento sem a presença efetiva e sem levantar os fatos com o devido cuidado.

Um das características mais terríveis da guerra é que toda a propaganda de guerra, toda gritaria e mentiras e o ódio vem invariavelmente de pessoas que não estão lutando. [...] Um dos efeitos mais melancólicos dessa guerra foi o de me ensinar que a imprensa de esquerda é, até a última linha, tão espúria e desonesta quanto a de direita.<sup>39</sup>

O argumento a ser destacado é de que os acontecimentos na Espanha apontavam não apenas para a guerra civil, mas para o início de uma revolução. Propriedades dos grandes donos de terra foram confiscadas em várias regiões, houve coletivização da indústria e do transporte e ainda a tentativa de estabelecer um governo de trabalhadores. Obviamente, este processo não se deu de forma homogênea, sendo muito mais percebido na Catalunha do que em outras partes. De acordo com Orwell, a imprensa antifascista fora da Espanha tratou de ocultar este aspecto revolucionário e limitar a questão a “fascismo *versus* democracia”, quando a realidade era mais complexa de tudo que se publicava nos jornais da época. Tudo era ainda mais escandaloso devido à atuação contrarrevolucionária do Partido Comunista. Orwell aponta que a virada para direita se deu a partir de outubro-novembro de 1936, quando a União Soviética passou a fornecer armas para o governo, e os anarquistas perderam terreno para os comunistas. Assim, os russos estavam em posição de ditar os rumos das diretrizes a serem tomadas. Com essa guinada centralizadora, o POUM acaba sendo acusado de associação aos fascistas e seus membros perseguidos e presos. Nesse sentido, a luta comunista na Espanha consistia em impedir o avanço de Franco e reaver o poder das mãos de sindicatos e anarquistas.

Na realidade, foram os comunistas, mais do que todos os outros, que impediram a revolução na Espanha. Mais tarde, quando as forças de direita já tinham pleno controle, os comunistas se mostraram dispostos a ir mais fundo do que os liberais na caçada aos líderes revolucionários.<sup>40</sup>

Ao contrário dos comunistas, o POUM era a favor de uma revolução imediata e logo recebeu acusações através de cartazes e periódicos. O partido fora acusado de ser “a quinta

---

<sup>39</sup> *Ibid.*, p.222.

<sup>40</sup> *Ibid.*, p.215.

coluna de Franco”, uma organização trotskista que trabalhava em conjunto com os fascistas. Orwell tinha combatido os “fascistas” enquanto miliciano do POUM e agora ele e todos aqueles que conhecia eram fascistas infiltrados. Por essa razão dedica uma série de textos apontando as falácias presentes nos jornais, apontando erros factuais, inversões, contradições e invenção de acontecimentos em redações a milhares de quilômetros de distância.

De acordo com a historiadora britânica Helen Graham, existia a necessidade imediata de restituir o Estado republicano, nesse sentido o governo central tomou medidas contra as manifestações de localismo que tinham surgido a partir da rebeldia militar, os comitês de povoados, conselhos regionais e o próprio governo da Catalunha. Logo, o governo central tomou medidas contra setores da esquerda radical que haviam proclamado formas cooperativas e coletivizadas na agricultura e na indústria. Os comunistas alinharam-se com setores do Partido Socialista, partidos republicanos e até com parcelas da central sindical. Em maio de 1937, a partir dessa coalização de forças, foi estabelecido um novo governo presidido pelo socialista de centro Juan Negrín. Orwell acerta que os conflitos em Barcelona eram relativos aos modos de organizar a sociedade e a política na República, no entanto, o escritor exagera o papel dos comunistas no processo sendo, portanto, insustentável sua teoria conspiratória de que as chamadas Jornadas de Maio foram de algum modo fabricadas. Na direção contrária, afirma:

Este não é lugar para contar a história toda. Mas a maioria dos cronistas e historiadores hoje concorda: em *Lutando na Espanha*, Orwell disse a verdade a respeito da subversão deliberada da República Espanhola pelos agentes de Stálin e sobre o modo especialmente impiedoso como eles tentaram destruir a esquerda independente da Catalunha. Acontece que Orwell foi testemunha ocular da tentativa de golpe comunista em Barcelona no começo de maio de 1937, e documentos disponibilizados recentemente pelo Arquivo Militar Soviético em Moscou deixam claro que, de fato, era dar um golpe de Estado total. [...] o grande líder catalão Andrés Nin, fundador do Poum, foi sequestrado, selvagememente torturado e, recusando-se a ceder, assassinado. Porta-vozes dos comunistas anunciaram então que ele fugira para juntar-se aos nazistas.<sup>41</sup>

Orwell tinha impressão de que seria muito difícil recontar a história daquele período pela falta de documentação necessária e porque os intelectuais estavam empenhados em inventar acontecimentos de acordo com suas linhas partidárias. Em carta, escreve para Victor Gollancz que esperava pela chance de escrever a verdade sobre o que tinha visto.<sup>42</sup> Obviamente, não se pode fazer um relato isento de qualquer circunstância histórica, Orwell sabia disso, mas

---

<sup>41</sup> HITCHENS, Christopher, *op. cit.* p.73.

<sup>42</sup> 9 de maio de 1937, Orwell qualifica o que saía nos jornais ingleses como “a mais estarrecedora das mentiras”. Diz a Gollancz que se voltasse em agosto prepararia um livro para o início de 1938.

também defendia que “é preciso estabelecer a verdade, tanto quanto for possível”. Para Orwell era como se qualquer princípio de uma verdade objetiva dos fatos fosse descartado, pois tudo que lia destoava muito do que presenciou no *front*.

[...] como é que a história da guerra será escrita? Que tipo de arquivo Franco deixará para trás? [...] depois que aqueles que de fato se lembrarem da guerra estiverem mortos, será universalmente aceita. Então, para todos os efeitos práticos, a mentira terá se tornado verdade.

Sei que é moda dizer que boa parte da história oficial é mentira, de qualquer forma. Estou disposto a acreditar que a história é, em sua maior parte, incorreta e tendenciosa, mas o que é peculiar a nossa época é o abandono da ideia que a história *pudesse* ser escrita com base na verdade.<sup>43</sup>

Na correspondência com Rayner Heppenstall,<sup>44</sup> Orwell comenta toda a situação conturbada na Espanha, em especial a supressão do POUM: “Era um negócio esquisito. Começamos por ser defensores heroicos da democracia e acabamos fugindo pela fronteira, com a polícia ofegante em nossos calcanhares”.<sup>45</sup> Escreve sobre as prisões de vários amigos e como os feridos estavam sendo tirados dos hospitais e jogados direto na cadeia por tempo indeterminado sob a acusação de “trotskismo”. Orwell evidencia, uma vez mais, o silêncio da imprensa inglesa a respeito, com exceção do ILP, filiado ao POUM. Quando consegue chegar à França telefona para *New Statesman* para perguntar se eles tinham interesse em um artigo, eles prontamente aceitaram, mas quando descobriram que se tratava da proibição do POUM recusaram a publicação, pois era “contra a política editorial”.

Ao mesmo tempo, Orwell estava tentando mudar de editora, pelo menos para publicação de seus textos sobre a situação espanhola, visto que teria dificuldades em fazê-lo com Victor Gollancz, que fazia parte da “rede comunista”. Após a descrição de seu ferimento no pescoço, escreve: “O que eu vi na Espanha me tornou cínico, mas me faz pensar que o futuro é bastante sombrio”, mas não há desilusão, pois ainda é necessário “lutar pelo socialismo e contra o fascismo, quer dizer, lutar fisicamente com armas, só que é preciso descobrir quem é quem”. A experiência na Espanha revolucionária e a atmosfera decorrente das mudanças sociais que ali ocorreram, assim como a traição, perseguição e espionagem influenciaram sobremaneira à produção intelectual de Orwell dali em diante.

---

<sup>43</sup> ORWELL, 2006, p.275.

<sup>44</sup> Romancista, crítico e historiador do crime. A carta é datada de 31 de julho de 1937.

<sup>45</sup> ORWELL, 2013, p.120.

### 1.3 ORWELL E A *INTELLIGTSIA* INGLESA

Após os acontecimentos na Espanha George Orwell retorna à Inglaterra e depois passa uma temporada no Marrocos francês. Seus problemas respiratórios foram agravados pelo ferimento na garganta e lhe fora recomendada uma estadia no Norte da África. Orwell morreria em 1950. No intervalo de sua participação na Guerra Civil Espanhola e seu falecimento, Orwell publicou seus livros de maior sucesso e uma série de artigos e ensaios sobre os acontecimentos na Espanha e a situação política da Europa, tomada por regimes fascistas e assombrada por uma guerra que poderia pôr fim ao mundo existente. Não é exagero afirmar que *1984* é uma conjunção das principais preocupações políticas do escritor, é fácil perceber a utilização de ideias e até mesmo de trechos que antes apareceram em artigos jornalísticos, transmutados na narrativa literária. Podemos dizer, de forma simplista, que a principal questão para Orwell é a liberdade e, se quisermos ser mais exatos, a liberdade de expressão e pensamento. É propriamente essa a preocupação de Orwell sobre escrita e fala política moderna, sobretudo na imprensa, onde cada vez mais o jornalista, ou os intelectuais de maneira geral, estariam abandonando a utilização de uma linguagem precisa em prol de um “artifício retórico” encarregado de suavizar as atrocidades cometidas no campo político. De acordo com Cancelli:

Envolvido profundamente na crítica ao regime da URSS, George Orwell achava ser evidente que os abusos da linguagem tinham causas políticas e econômicas. Pensar mais claramente, enfatizava, seria um primeiro passo necessário em direção à regeneração política e à liberação de vícios mentais de que somos acometidos. Para desenvolver seus argumentos comprobatórios neste ensaio, George Orwell utilizou-se de cinco trechos de autorias diferentes. [...]. Aos cinco trechos Orwell atribui os mesmos defeitos, ou como ele diz, falcatruas e imperfeições que se afastam do concreto pelo uso de: bafio de imagens, falta de precisão, vagueza, expressão estereotipadas, metáforas tecnicamente mortas, muletas verbais, eliminação de verbos simples, adjetivação e expressão vocal pretensiosas, adjetivos, de palavras latinas e estrangeiras para dar legitimidade e ares de cultura e elegância ao texto, de palavras sem significado (tal como usadas na crítica de arte), abuso de palavras políticas (liberdade, democracia, justiça, burguês, totalitários, reacionário) e utilização de longas filas de palavras que já foram ordenadas por outras pessoas para apresentá-las como pura mistificação.<sup>46</sup>

O comentário acima refere-se a *A política e a língua inglesa*,<sup>47</sup> sendo que o primeiro trecho refere-se Harold Laski (1893-1950), acadêmico de esquerda ligado ao Partido Trabalhista inglês, tendo sido professor em McGill, London School of Economics, Yale e cofundador do *Left Book Club*, um clube do livro, responsável por publicações e que tinha como

---

<sup>46</sup> CANCELLI, Elizabeth. **Em tempos do indefensável:** linguagem política, modernismo e totalitarismo. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. 26., 2011, São Paulo. Anais... São Paulo: ANPUH, 2011, p. 1-16.

<sup>47</sup> *Politics and the English language, Payments Book*, 11 de outubro de 1945; *Horizon*, abril de 1946. ORWELL, George. **Como morrem os pobres e outros ensaios.** São Paulo: Companhia das Letras, 2011 p.142-158.

objetivo educar o trabalhador inglês. Segundo Cancelli: “Até 1939, o clube havia recusado fazer qualquer crítica ao stalinismo. Somente após o pacto de Hitler com Stalin houve uma ruptura, inclusive com o Partido Comunista inglês”.<sup>48</sup> Por esse motivo o *Left Book Club* recusou publicar Homenagem à Catalunha, em que Orwell defende arduamente o papel controverso da URSS. O segundo trecho é de Lancelot Hogben (1895-1975). Renomado biólogo, Hogben foi professor das universidades de Edinburgo, McGill, Cape Town, London School of Economics, Aberdeen e Birmingham. Hogben era socialista e integrante do Partido Trabalhista Independente. Além dos textos de renomados intelectuais da esquerda inglesa, os demais trechos são: um ensaio de psicologia publicado na *Politics* de Nova York, um panfleto comunista, e uma carta enviada ao jornal *Tribune*, em que Orwell trabalhou por dois anos. A prerrogativa de George Orwell é a seguinte: se o pensamento corrompe a linguagem, o contrário também se aplica, em seu famoso texto, *A prevenção contra a literatura*<sup>49</sup>, argumenta:

Na literatura comunista, o ataque à liberdade intelectual costuma ser disfarçado pela oratória sobre o “individualismo pequeno-burguês”, a “ilusão do liberalismo do século XIX” etc., e apoiado por palavras ofensivas como “romântico” e “sentimental”, as quais, uma vez que não têm nenhum significado aceito por todos, são difíceis de responder. Desse modo, a controvérsia é manobrada para se afastar da verdadeira questão. Pode-se aceitar – e a maioria das pessoas esclarecidas aceitaria – a tese comunista de que a liberdade pura só existirá numa sociedade sem classes, e que se é livre quando se trabalha para chegar a essa sociedade. Mas junto com isso vem a alegação bastante infundada de que o Partido Comunista busca o estabelecimento de uma sociedade sem classes, e que na União Soviética esse objetivo está em vias de ser alcançado. Se permitimos que a primeira alegação implique a segunda, não há quase nenhum ataque ao bom senso e à decência pública que não possa ser justificado. Mas, enquanto isso, a verdadeira questão foi evitada. Liberdade de intelecto significa liberdade de contar o que se viu, ouviu ou sentiu, e não ser obrigado a fabricar fatos e sentimentos imaginários. Os ataques familiares contra “escapismo”, o “individualismo”, o “romantismo” e assim por diante são meros estratagemas forenses cujo objetivo é fazer a perversão da história parecer respeitável.<sup>50</sup>

A relação de Orwell com a esquerda inglesa não era das melhores, tendo sido alvo de muitos ataques e controvérsias. Na compreensão de Raymond Williams o efeito geral da obra de Orwell é um efeito de paradoxo, era uma pessoa humana que “comunicava um extremo terror desumano”; um homem envolvido com a decência que “tornava real uma imundície característica”. Aponta que além desses elementos de um paradoxo geral, existem outros, mais particulares: como socialista, vulgarizou uma crítica grave e prejudicial da ideia do socialismo e seus adeptos e, como crítico voraz do abuso da linguagem, ele próprio teria cometido alguns

<sup>48</sup> CANCELLI, Elizabeth, *op. cit.*, p.3.

<sup>49</sup> *The prevention of literature, Polemic*, nº2, janeiro de 1946.

<sup>50</sup> ORWELL, 2011, p.206/207.

dos abusos mais importantes e característicos. A partir das referidas prerrogativas, Williams tece suas críticas a George Orwell. A partir da análise de fragmentos de seus escritos, Williams conclui que nos juízos de Orwell há um elemento de verdade, ou no mínimo uma base para argumentação, de modo que seu estilo é costumeiramente afirmar, e em seguida argumentar dentro da afirmação. Mas o destaque de Williams é o que ele chama de “paradoxo do exilado”. Segundo essa definição, Orwell é mais um de um número expressivo de homens que, desprovidos de uma vida acomodada, de uma fé, ou ainda “tendo rejeitado aqueles que tinham sido herdados, encontra a virtude em uma espécie de vida improvisada e em uma afirmação de independência. A tradição, na Inglaterra é eminente”.<sup>51</sup> O exilado cultiva em si muitos dos valores liberais, por exemplo, o empirismo, honestidade, e um tanto de integridade; além disso, o exilado tem como virtude própria certas qualidades de percepção, especialmente a capacidade de reconhecer inadequações nos círculos que foram negados. Portanto, sua rejeição por determinado modo de vida precisaria de um princípio que a ratificasse “essa era a condição para que a vida errante se transformasse em exílio”.<sup>52</sup> O princípio escolhido é o socialismo, sendo que *Homenagem à Catalunha* “ainda é um livro emocionante (separadamente da controvérsia política que ele envolve) porque é um relato da tentativa mais premeditada de se tornar parte de uma comunidade de crenças”,<sup>53</sup> princípio que manteria inviolado a qualquer custo:

Seu ataque não foi tanto ao socialismo, que era seguro em sua mente, quanto aos socialistas, que estavam lá e poderiam envolvê-lo. O que ele realmente atacou, no socialismo, foram suas disciplinas e, com base nisso, veio a concentrar seu ataque no comunismo. Seus ataques sobre a negação da liberdade são admiráveis: todos nós temos de defender as liberdades básicas de associação e expressão, com toda lealdade, ou estaremos negando o homem.<sup>54</sup>

Apesar disso, na condição de exilado quando fala de liberdade, Orwell está em uma posição estranhamente ambígua, uma vez que se os direitos assinalados podem ser categorizados como individuais, a condição de sua salvaguarda é necessariamente social. O exilado, devido a sua própria posição, não é capaz de acreditar em qualquer garantia social. Como este é o paradigma de sua conduta, quase todos os grupos são duvidosos. Igualmente, há um temor por parte do exilado porque ele não dispõe de nenhum meio para afirmar socialmente sua própria individualidade, situação que é a condição psicológica do autoexilado, segundo Williams. Ao enfrentar a negação da liberdade, Orwell estaria em um “terreno seguro”:

---

<sup>51</sup> WILLIAMS, 2011, p.314.

<sup>52</sup> *Ibid.*, p.316.

<sup>53</sup> *Idem.*

<sup>54</sup> *Idem.*



[...]é totalmente sincero ao rejeitar as tentativas da sociedade de envolvê-lo. Quando, no entanto, de qualquer maneira positiva, tem de afirmar a liberdade, é obrigado a negar sua base social inevitável: e só pode depender então da noção de uma sociedade atomista que deixará os indivíduos em paz. “Totalitário” descreve um certo tipo de controle social repressivo, mas também qualquer sociedade real, qualquer comunidade adequada é necessariamente uma totalidade. Pertencer a uma comunidade é ser parte de um todo, e, necessariamente, aceitar, enquanto ajuda a defini-las, suas disciplinas. Para o exilado, no entanto, a sociedade propriamente dita é totalitária; ele não pode se comprometer, tem de ficar de fora.<sup>55</sup>

Raymond Williams aponta que o título de “pequeno burguês”, designado a Orwell pelos marxistas a fim de rejeitá-lo é superficial demais, pois um homem não poderia ser interpretado “em termos de algum pecado original de classe”, além disso, Orwell “escreveu extensivamente sobre a classe trabalhadora inglesa e que isso, porque teve uma grande influência, precisa ser revalorizado”.<sup>56</sup> Na sua atuação como repórter, é um exímio observador e frequentemente inclinado a generalizações razoáveis. A partir de seu ponto de observação, pensa a classe trabalhadora antes de tudo como uma classe e assim ele presumiu que sua observação de indivíduos determinados da classe trabalhadora era um exame do comportamento da classe trabalhadora como um todo. Apesar disso, admite Williams ele olhava para as pessoas e “muitas vezes está mais próximo da verdade do que escritores mais abstratos da esquerda”.<sup>57</sup> Mas seu principal e inevitável erro era que percebia o evidente, os elementos exteriores, o que lhe fez concluir que os trabalhadores eram verdadeiramente incapazes e que não poderiam ajudar uns aos outros, como fica manifesto em *A revolução dos bichos* e *1984* em que:

Os políticos odiosos têm o controle, enquanto a massa tola de “proles” continua na vidinha de sempre, protegida por sua própria estupidez. A única dissensão vem de um rebelde intelectual: o exilado contra todo o sistema. Orwell se expressa nesses termos porque isso é exatamente como ele via a sociedade atual, e *Nineteen Eighty-Four* é desesperado porque Orwell reconheceu que nesse tipo de construção o exilado não poderia vencer e nesse caso não haveria nenhuma esperança.<sup>58</sup>

Há a ressalva dos proletas a que Williams está atento e registra: “a única classe na qual é possível depositar alguma esperança está descartada nos termos atuais por ser impotente”.<sup>59</sup> A esta altura divergimos de Raymond Williams. O desfecho desastroso do romance onde Winston, uma notória projeção do Orwell dissidente, acaba por amar o Grande Irmão, o fracasso da cruzada de Winston contra o poder estabelecido, evidencia que o sucesso de um projeto político não pode depender exclusivamente de um homem. A solução está nos proletas

---

<sup>55</sup> *Ibid.*, p.317.

<sup>56</sup> *Ibid.*, p.318.

<sup>57</sup> *Idem.*

<sup>58</sup> *Ibid.*, p.319.

<sup>59</sup> *Idem.*

(coletividade) que permaneceram humanos e representam a generosidade do homem comum que Orwell tanto admirou nos espanhóis; em oposição está o pedantismo intelectual personificado nos membros do partido interno, do qual o próprio Winston faz parte, a própria atmosfera de vigilância representada nas teletelas e na polícia do pensamento. Não seria também uma crítica ao patrulhamento ideológico que normalmente é exercido quando se está posicionado mas não devidamente adequado às diretrizes à direita ou esquerda da política? Afinal, a vigilância e a sensação de sufocamento são características que marcam a narrativa do início ao fim:

Todo som produzido por Winston que ultrapassasse o nível de sussurro muito discreto seria captado por ela; mais: enquanto Winston permanecesse no campo de visão enquadrado pela placa de metal, além de ouvido poderia ser visto. Claro, não havia como saber se você estava sendo observado num momento específico. Tentar adivinhar o sistema utilizado pela Polícia das ideias para conectar-se a cada aparelho individual ou a frequência com que o fazia não passava de especulação. Era possível que ela controlasse todo mundo o tempo todo. Fosse como fosse, uma coisa era certa: tinha meios de conectar-se a seu aparelho sempre que quisesse. Você era obrigado a viver – e vivia, em decorrência do hábito transformado em instinto – acreditando que todo som que fizesse seria ouvido e, se a escuridão não fosse completa, todo movimento examinado meticulosamente.<sup>60</sup>

O fato é que *1984*, assim como outros de seus escritos causou mal-estar em certos setores da esquerda inglesa, justamente por essa claustrofobia, e Williams o qualifica de “desesperado”. Ele comenta que até o final dos anos 1960, os editoriais políticos nos jornais advertiam com frequência os jovens socialistas a ler George Orwell para que eles vissem até onde isso os poderia levar. A situação pareceria enganosa, pois a história de Orwell lhe parecia complexa e paradoxal; lá estava um homem que dissera que toda sua prática de escrita almejava o socialismo democrático, daí o seu envolvimento no movimento revolucionário na Catalunha. Entretanto, “muitos de seus textos são claramente antissocialistas de um modo geral, não apenas no que tange a questões particulares, e de fato têm tido um imenso efeito antissocialista”.<sup>61</sup> Mas Orwell não esteve a favor do conservadorismo político ao conceber seus textos. Em 26 de agosto de 1947, em carta para Richard Usborne, editor do periódico literário mensal *The Strand*, Orwell conta um pouco de sua trajetória e comenta acerca de sua experiência na Espanha, e sobre seu posicionamento político:

[...]fui contaminado por um horror ao totalitarismo, que na verdade eu já tinha, sob forma de hostilidade a Igreja católica. Lutei por seis meses

---

<sup>60</sup> ORWELL, George. **1984**. Tradução: Alexandre Hubner e Heloisa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p.13.

<sup>61</sup> WILLIAMS, Raymond. **A política e as letras**: entrevistas da *New Left Review* – 1ª. ed. – São Paulo: Editora Unesp, 2013. p.394.

(1936-7) na Espanha, ao lado do governo, e tive a infelicidade de me envolver na luta interna do lado do governo, o que me deixou com a convicção de que não há muito que escolher entre comunismo e fascismo, embora por várias razões eu escolhesse o comunismo, se não houvesse outra opção em aberto. Estive vagamente associado aos trotskistas e anarquistas, e mais estreitamente com a ala esquerda do Partido Trabalhista (o lado Bevan-Foot dele). Fui editor literário do *Tribune*, então o jornal de Bevan, durante cerca de um ano e meio (1943-5), e escrevi para ele durante um período maior que isso. Mas nunca pertenci a um partido político, e acredito que até mesmo politicamente sou mais valioso se registrar o que acredito ser verdade e me recusar a seguir uma linha partidária.<sup>62</sup>

A preocupação de Orwell seria: mais do que adequar os fatos para conformá-los com seu posicionamento político, reforçar o seu posicionamento político através de sua prática intelectual. Em 1949, o jornal nova-iorquino *Daily News*, publicou um editorial afirmando que *1984* era um ataque ao governo trabalhista britânico. Após solicitação de Francis Henson, Orwell escreveu:

Meu novo romance *não* pretende ser um ataque ao socialismo nem ao Partido Trabalhista Britânico (o qual apoio), e sim desmascarar as perversões a que está sujeita uma economia centralizada e que já se concretizaram parcialmente no comunismo e no fascismo [...]. A ambientação do livro é na Grã-Bretanha para salientar que os povos falantes do inglês não são congenitamente melhores do que quaisquer outros e que o totalitarismo, se não for combatido, poderá triunfar em qualquer lugar.<sup>63</sup>

Em uma época em que a democracia sofria ataques por todos os lados e a liberdade ameaçada constantemente, Orwell valoriza a decência do homem comum face à arrogância cega dos intelectuais: “O homem comum é mais sábio que os intelectuais, assim como os animais são mais sábios que os homens”.<sup>64</sup> O homem ordinário, sem grande intelecto, tem apenas seu instinto e tradição e sabe quando algo não está certo, ao contrário muitos intelectuais perdem seu senso moral na construção do seu argumento político, no convencimento de si mesmos em ultrapassar certos limites para determinado objetivo ou necessidade política imediata. Orwell julga que uma educação no marxismo consiste em grande parte nesse tipo de postura:

[...] há o fato de que os intelectuais têm uma perspectiva mais totalitária do que a gente comum. No conjunto, a *intelligentsia* inglesa se opôs a Hitler, mas somente ao preço de aceitar Stálin. A maioria está perfeitamente pronta para métodos ditatoriais, polícia secreta, falsificação sistemática da história etc., desde que ache que isso está do “nosso” lado. Com efeito, a declaração de que não tivemos um movimento fascista na Inglaterra significa, em grande medida, que neste momento os jovens procuram seu Führer em outro lugar.<sup>65</sup>

<sup>62</sup> ORWELL, 2013, p.14.

<sup>63</sup> ORWELL *apud* HITCHENS, p.89.

<sup>64</sup> ORWELL, George. **O que é fascismo? E outros ensaios**. 1ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. p.39

<sup>65</sup> ORWELL, 2013, p.256.

No artigo *A literatura e a esquerda*<sup>66</sup> demonstra expressamente os problemas do que ele chama de “marxistas doutrinários”. Para argumentar, Orwell seleciona as figuras dos renomados escritores Joyce, Yeats, Lawrence e Eliot. Em especial Eliot, afirma, é amaldiçoado na imprensa esquerdista, pelos mesmos críticos que superestimavam obras já esquecidas pelo Clube do Livro de Esquerda. O fato de Eliot ser reacionário, um “intelectual burguês”, o coloca na condição de mau escritor. Esse tipo de argumento seria uma confusão semiconsciente presente em quase toda a crítica político-literária: “Não gostar da posição política de um escritor é uma coisa. Não gostar dele porque ele obriga você a pensar é outra, não necessariamente incompatível com a primeira”.<sup>67</sup> Para Orwell, portanto, o movimento socialista perdeu muito ao alienar-se dessa maneira, confundindo panfletos com literatura e não lhes dando espaço para uma cultura humanística.

Pouco tempo depois da morte de Orwell, a CIA, através de Howard Hunt, compra os direitos de *A revolução dos bichos* para a produção de um filme de animação. O final é deliberadamente alterado, tornando-o o roteiro em um espetáculo anticomunista, amplamente utilizado pelo Departamento de Estado estadunidense durante o período da Guerra Fria. Por esse motivo, Orwell por vezes é tido como um anticomunista por excelência, apesar de suas obras denunciarem igualmente o abuso do capitalismo. Apesar das apropriações de seus escritos, em prefácio para edição ucraniana de 1947, Orwell escreve que até 1930 não se considerava completamente socialista:

Na verdade, nunca tive opiniões políticas claramente definidas. Tornei-me pró-socialista mais por desgosto com a maneira como os setores mais pobres dos trabalhadores industriais eram oprimidos e negligenciados do que devido a qualquer admiração teórica por uma sociedade planificada.<sup>68</sup>

Há também um outro texto intitulado *Marx e a Rússia*<sup>69</sup> em que escritor aborda uma certa ambiguidade presente ao conceito de comunismo, que significaria ao menos duas coisas diferentes, mesmo que tenuemente relacionadas: uma teoria política e um movimento político que até então não colocara em prática aquela teoria. Apesar disso, a visão original do comunismo não deveria ser esquecida em nenhum momento “uma vez que ainda é o dínamo que alimenta milhões de partidários com fé, portanto, com poder de ação”.<sup>70</sup> Inicialmente,

---

<sup>66</sup> *Tribune*, 4 de junho de 1943.

<sup>67</sup> ORWELL, 2017. p.51.

<sup>68</sup> ORWELL, George. **A revolução dos bichos**: um conto de fadas. Tradução Heitor Aquino Ferreira; posfácio Christopher Hitchens. – São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p.142.

<sup>69</sup> *The Observer*, 15 de fevereiro de 1948.

<sup>70</sup> ORWELL, George. **Literatura e política**: jornalismo em tempos de guerra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006. p.99.

“comunismo” representava uma sociedade justa e livre, alicerçada na convicção de ser dado a cada um aquilo que lhe é direito e impreterivelmente necessário. Marx, observa Orwell, tornou viável essa visão “ao fazê-la parte de um processo histórico aparentemente inevitável”.<sup>71</sup> Algumas décadas após a morte de Marx, explode a Revolução Russa e os homens que estiveram à frente do processo se autointitularam e, realmente acreditavam, os mais fiéis seguidores de Marx. Porém, seu êxito dependia do abandono de uma boa parte dos ensinamentos de seu professor. Marx havia projetado um proletariado poderoso que conseguiria derrotar seus oponentes e, então, através de representante eleitos, governaria democraticamente, mas o que aconteceu na Rússia “foi a tomada do poder por um pequeno corpo de revolucionários profissionais destituídos de classe, que alegava representar o homem comum, mas que não foi por ele escolhido, nem atende genuinamente a seus interesses”.<sup>72</sup> Para Lênin, essa seria uma questão inevitável, pois seu grupo tinha que ficar no comando uma vez que eram herdeiros legítimos da doutrina marxista e era óbvio para Orwell que isso não poderia acontecer de forma democrática:

A “ditadura do proletariado” só poderia ser uma ditadura de um punhado de intelectuais, reinando por meio do terrorismo. A revolução estava salva, mas, daí em diante, o Partido Comunista Russo se desenvolveu numa direção que Lênin possivelmente desaprovava se tivesse vivido mais.<sup>73</sup>

Orwell conclui que os comunistas russos acabaram transformando-se numa “casta governante permanente” ou, ainda, uma espécie de oligarquia cooptada não pelo nascimento, mas por adoção. Como não poderiam aceitar a crítica autêntica e, uma vez que a silenciavam, com frequência praticavam erros evitáveis, logo, não podiam assumir os próprios erros e “tinham que arranjar bodes expiatórios, às vezes em enorme escala”.<sup>74</sup> Assim, o resultado foi uma ditadura cada vez mais rígida à proporção que o regime se tornou mais seguro. Dali em diante a Rússia apenas se distanciou do socialismo igualitário. Orwell defendia que era necessário denunciar a “influência negativa do mito soviético sobre o movimento socialista ocidental”:

No momento, não estamos senão aplicando abertamente o duplo padrão de moralidade. Com um lado de nossas bocas, clamamos que deportações em massa, campos de concentração, trabalho forçado e supressão da liberdade de manifestação são crimes hediondos, enquanto com outro proclamamos que essas coisas estão perfeitamente corretas se feitas pela URSS ou seus estados satélites; e, quando necessário, tornamos isso plausível adulterando as notícias e cortando os fatos desagradáveis. Não podemos construir um movimento

---

<sup>71</sup> *Idem.*

<sup>72</sup> *Ibid.*, p.100

<sup>73</sup> *Idem.*

<sup>74</sup> *Idem.*

socialista saudável se formos obrigados a tolerar qualquer crime quando é a URSS que o comete. Ninguém melhor do que eu sabe quanto é impopular dizer qualquer coisa antirrusa neste momento.<sup>75</sup>

Contra todas as ditaduras, George Orwell acreditava que o “mito russo” fizera grande mal para o movimento de esquerda na Grã-Bretanha e em outros lugares, portanto, era necessário apresentar o regime russo como de fato era (ou como ele achava que era). Orwell não tinha intenção de interferir no regime soviético (mesmo se pudesse), mas estava preocupado com a reprodução de seus métodos e hábitos de pensamento na Inglaterra, temia que alguma forma de “totalitarismo” se desenvolvesse por lá. Sua luta envolvia combater os “russificadores” de seu país, por essa razão fora colocado de diferentes formas à esquerda e à direita do pensamento político. Em um exercício imaginativo ele poderia ter respondido assim como Camus quando lhe perguntaram se era de esquerda: “Sim, apesar de mim e apesar dela”.

---

<sup>75</sup> ORWELL, 2013, p.287

## 2. A NOVAFALA E O PROBLEMA DA LINGUAGEM

### 2.1 MÍMESIS, FICÇÃO E AUTOR

Na obra *História. Ficção. Literatura*, Luiz Costa Lima discute os limites entre a história e a poesia, como desde a Antiguidade esse contraste tem sido estabelecido e quais são as especificidades do discurso ficcional, literário e o historiográfico (este último discutiremos detalhadamente mais adiante). A partir de Heródoto, a intenção do historiador era declarar a razão dos agentes históricos, os motivos de seus feitos, relacionando com aspectos de seu caráter. Havia uma disputa em declarar o que fora e é verdade (*alétheia*) entre o aedo - atingido pela desagregação da ordem micênica, perdeu seu caráter profético e ganhou o de professor – e o *historés*. A história, como um discurso comparativamente tardio, desde seu início teve como paradigma enfatizar as fontes confiáveis de apreensão do acontecido. Como já colocara Aristóteles,

Do que foi dito, também fica evidente que não é função do poeta realizar um relato exato dos eventos, mas sim daquilo que poderia acontecer e que é possível dentro da probabilidade ou da necessidade. O historiador e o poeta não se diferenciam pelo fato de um usar prosa e o outro, versos. A obra de Heródoto poderia ser versificada, com o que não seria menos obra de história, estando a métrica presente ou não. A diferença está no fato de o primeiro relatar o que aconteceu realmente, enquanto o segundo, o que poderia ter acontecido. Consequentemente, a poesia é mais filosófica e mais séria do que a história, pois a poesia se ocupa mais do universal, ao passo que a história se restringe ao particular. O *universal* é o que cabe a um certo tipo de pessoas dizer ou fazer em determinadas circunstâncias segundo o provável ou o necessário; esse é o objetivo da poesia, ainda que atribuindo nomes aos indivíduos.<sup>76</sup>

Assim, o historiador não terá que lidar com seus textos menos que o poeta, mesmo que o faça levando em conta o particular, enquanto o poeta, o geral. Portanto, o uso da imaginação não é privativo do poeta, já que sua utilização pelo historiador a coloca em proveito do entendimento. Segundo, Luiz Costa Lima, será pela mimesis que estaremos aptos a indicar a correspondência entre mundo sócio-histórico e texto. Através da mimesis o texto recebe, seleciona e modifica as configurações sociais. A sociedade é o seu par porque nela se propagam os costumes, usos e valores que constituem uma lógica social anterior à lógica do indivíduo. A mimesis, portanto, ancora a obra no mundo. Posto que o mundo é mais abundante que o elemento objetivo, empírico,

Na obra da mimesis de arte, valores, usos e costumes não só circulam, mas implícita ou explicitamente são postos em questão. Seus limites, portanto, não se confundem com os da mimesis aristotélica: os limites do mundo e a reviravolta passível de suceder à sorte dos homens, no curso de suas ações.

<sup>76</sup> ARISTÓTELES. *Poética*. São Paulo: EDIPRO, 2011, p. 54/55.

São eles apresentados por outra modalidade de organização discursiva. *Quanto mais um discurso encaminha para a formulação de conceitos ou tem os seus pontos capitais ocupados por conceitos, tanto menos a obra pertencerá ao campo da mimesis.* Por definição, o conceito é um enunciado que subsume ilimitadas situações particulares, às quais define, sem necessariamente operacionalizá-las. Pois o conceito antes cabe a filosofia do que às ciências (Deleuze-Guattari). (Um operador, ao contrário, intervém em uma situação, atua sobre ela, sem que pretenda conhecê-la.)<sup>77</sup>

Não exclusivamente na arte, mas igualmente na formulação de conceitos, a linguagem vai além do simples recolhimento de dados específicos para produção ou aquisição de sentido. Desse modo, prossegue Luiz Costa Lima, a mimesis é o radar que seleciona e acolhe os valores da sociedade e os transmuta em vias de orientação que perpassam suas obras, sendo que a ficção fala da (ou pode desnudar a) determinação discursiva de tais textos. A mimesis é concreta, pois atua segundo a vigência social de costumes e valores. Isso não quer dizer que eles precisem ser defendidos ou acentuados, adquirindo assim um arranjo que os torne explícitos, quanto anteriormente se apresentavam como detalhes irrelevantes. Dessa forma, a mimesis consome a matéria-prima da sociedade para explorá-la. De modo que toda ficção presume uma mimesis em ação, ainda que inicialmente seja impossível identificá-la. A ficção exige a presença de uma aporia diferente daquela que é o lastro da escrita da história: “não pretende ser uma investigação do que foi, sem que, por isso, o mundo de fora deixe de tocá-la”.<sup>78</sup> A *fiction* tem como fundamento simular sem o propósito de enganar.

No que se refere ao desenvolvimento de uma teoria do ficcional, ou, mais precisamente, à reflexão sobre o discurso da ficção verbal, destacaremos a figura do filósofo e jurista Jeremy Bentham (1748-1832) e seu *The Theory of Fictions*,<sup>79</sup> seguindo os comentários e a reflexão de Costa Lima. Qual seria então a finalidade de pensar as ficções? Segundo Bentham o homem é naturalmente inclinado a conhecer, a reflexão filosófica perde, inicialmente, “a possibilidade de diferenciar as ficções que apenas servem a interesses particulares do que ele chamará de *ficção necessária*”.<sup>80</sup> Acompanhando o raciocínio de Costa Lima, em companhia de Wolfgang Iser, tal diferenciação é fundamental pois a ficção não pode ser justificada por si mesma, já que ocupa um lugar entre o falso e o verdadeiro, só podendo ser caracterizada por sua “distinção quanto ao falso e pela perspectivização, teoricamente demonstrável, do verdadeiro”.<sup>81</sup> A resolução encontrada por Bentham para conciliar sua abordagem empirista e a atribuição de

<sup>77</sup> COSTA LIMA, Luiz. **História. Ficção. Literatura.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 207.

<sup>78</sup> *Ibid.*, p.225.

<sup>79</sup> BENTHAM, Jeremy. *The Theory of Fictions* apud COSTA LIMA *op. cit.*

<sup>80</sup> *Ibid.*, p.262.

<sup>81</sup> *Ibid.*, p.263.



uma perspectiva positiva e imprescindível da ficção foi apoiar-se na definição de entidade: “Ela é a designação em consequência da qual é compreendido tudo o que a gramática chama de substantivo (*noun-substantive*)”.<sup>82</sup> Bentham toma a linguagem como ponto de partida e como fio condutor de seu raciocínio, a linguagem é o instrumento pelo qual o mundo é elaborado. Em relação ao mundo estritamente humano, pouco importa saber como fisicamente o mundo fora produzido, mas, importa realmente que sem linguagem o mundo não está disponível.

Daí parte a distinção entre entidades perceptivas e inferenciais. Perceptivas são aquelas cuja existência depende do testemunho imediato dos sentidos, sem que ocorra alguma interferência mental. “Uma entidade perceptível real é, em suma, um corpo”. As entidades inferenciais, por sua vez, são as que derivam de uma cadeia reflexiva (*of reasoning*). Real, portanto, é apenas aquela entidade que se impões independentemente de uma atividade mental. “Uma entidade real é aquela a que, por ocasião e para o fim do discurso, a existência é realmente imputada” [*is really meant to be ascribed*]. Daí se infere que “faculdades, poderes da mente, disposições, todas elas são irrealis: todas são entidades fictícias”. Com isso, também automaticamente, Bentham formula com mais precisão o que entende por linguagem. Ser ela o canal pelo qual a matéria do mundo chega à mente humana não a converte em espelho do mundo: “Bentham acreditava que a linguagem deve conter ficções para que permanecesse linguagem, i.e, que seria impossível que uma linguagem ‘espelhasse’ a realidade”. E isso simplesmente porque a linguagem combina percepção e ativação de faculdades mentais. Em consequência, as entidades fictícias são aquelas às quais é atribuída existência *por força do discurso*, ainda que tal atribuição não decorra da verdade e da realidade (*in truth and reality*). A linguagem, por conseguinte, deixa de ser entendida como uma simples mediadora para se tornar engendradora; não de ilusões, mas, antes delas, de... ficções.<sup>83</sup>

Bentham argumenta que a entidade fictícia decorre da relação que estabelece com determinada entidade real, por essa razão, ela pode ser de primeiro ou segundo grau. De primeiro grau é aquela que deriva da relação imediata com uma entidade real. De modo que se entende o corpo fictício como se fosse “um poste” (*a stake*) e o corpo real um animal que lhe estivesse amarrado. Assim, movimento e repouso pressupõem estados “dependentes de relações mentalmente concebidas. A entidade fictícia já não é um ornamento de que poderíamos tratar ou não; ao contrário, sem ela não nos comunicamos, pois *must be spoken of as if it were real*”.<sup>84</sup> Nesse sentido, imobilidade e movimento não são *propriedades percebidas*,<sup>85</sup> uma vez que dependem sempre de uma relação mentalmente estabelecida a partir de um corpo; este por sua vez percebido. A entidade fictícia de segundo grau supõe a admissão prévia de um fictício

---

<sup>82</sup> *Idem.*

<sup>83</sup> *Ibid.*, p.263/264.

<sup>84</sup> *Ibid.*, p.265.

<sup>85</sup> Grifo do autor.

primário, assim, ao apreciar a velocidade de algo já antecipamos um corpo em movimento, portanto a *qualidade* é um fictício de segundo grau.

À linguagem, portanto – apenas à linguagem –, é que as entidades fictícias devem sua existência: a sua impossível, mas indispensável existência [*To language, then – to language alone – it is, that fictitious entities owe their existence; their impossible, yet indispensable, existence*].<sup>86</sup>

De acordo com Bentham, a substância seria o que está impreterivelmente aí, o que está continuaria presente sem nenhum auxílio da linguagem. Portanto, qualquer espécie animal poderia reconhecer. “Assim entendida, a substância seria um corpo (!) a que *não se acrescenta uma matéria*”.<sup>87</sup> Através da linguagem os corpos se percebem como matéria. Logo, Bentham procura estabelecer o que é real por si e em si, para em seguida definir que o avanço do pensamento necessita de algo além da natureza, ou seja, que ele não funciona sem ficções necessárias. É a ficção, portanto, que distingue o ser humano.

Já para o filósofo H. Vaihinger (1852-1933) e seu *A filosofia do Como Se*,<sup>88</sup> diferentemente de Bentham, a realidade abarca estados psíquicos, estes se reduzem às sensações, o mundo material subjetivo. Como expõe Costa Lima, para Vaihinger, qualquer construção mental já é resultado da *Urfiktion*, ou seja, ficção necessária; Vaihinger insiste na utilidade das ficções pois “Como instrumentos auxiliares ao entendimento da realidade (e, acrescentemos, a seu domínio), as ficções são ferramentas com que nos aproximamos da sucessão e da coexistência das sucessões. Elas são úteis e mesmo indispensáveis”.<sup>89</sup> Vejamos o exemplo da ficção da liberdade e sua utilização no direito: o conceito de liberdade contraria a realidade existente, como igualmente contradiz a si próprio, pois uma ação plenamente livre e arbitrária é eticamente tão sem valor quanto uma ação absolutamente necessária, no entanto, sem a ficção da liberdade todo o direito penal moderno perderia seu significado, pois sem prerrogativa da liberdade, qualquer pena por alguma infração seria, do prisma ético, impensável:

A ficção é sempre uma ferramenta subjetiva ou um “andaime do pensamento” (*Denkgerüst*), havendo de se separar aquelas que hão de ser desmontadas, quando já não se mostrem necessárias, das que hão de ser mantidas porque, de sua contradição, dependem instituições que queremos manter. É o caso da ficção da liberdade, e não só no direito penal, como fundamento necessário da ética”.<sup>90</sup>

<sup>86</sup> BENTHAM *apud* COSTA LIMA, *op. cit.* p.265.

<sup>87</sup> *Idem*, p.267.

<sup>88</sup> VAHINGER, H. *Die Philosophie des Als Ob*. System der theoretischen, praktischen und religiösen Fiktionen der Menschheit auf grund eines idealistischen Positivismus, *apud* COSTA LIMA, *op. cit.*

<sup>89</sup> COSTA LIMA, *op. cit.*, p.274.

<sup>90</sup> *Ibid.*, p.275.

Como podemos ver, o ficcional está presente onde linguagem e pensamento se manifestam, não sendo uma característica privativa do texto literário. Portanto não há uma equivalência absoluta entre o ficcional e o literário, assim como não há uma correspondência entre o ficcional e o *falso*. O ficcional literário vincula fragmentos da realidade, não estabelecendo a medida em que o faz. Nesse ponto, como já abordamos, o lugar social é indispensável para interpretação do texto e sua recepção, orientada por um “horizonte de expectativas”. O que nos faz retornar à questão da mimesis, que supõe a captura de elementos da realidade e desordena a representação do mundo “seja porque não é sua repetição, seja porque não obedece a seus campos de referência”;<sup>91</sup> mimesis e ficção, portanto, possuem mecanismos constitutivos parecidos. A diferenciação reside no fato de que a mimesis se realiza diante de um certo outro, uma determinada sociedade, à medida que a “descrição do mecanismo ficcional” não precisa chamar a atenção para a sociedade, de que aborda somente parcelas específicas, oferecendo-lhe outra configuração.

A mimesis fixa a ancoragem do ato ficcional no interior de um quadro de usos e valores e, portanto, de referências vigentes em uma certa sociedade. Seu estudo, por conseguinte, ganha em concreção quando contrastamos os elementos que seleciona com a função que eles têm na sociedade de que a obra ficcional os tomou. Desse modo, sua inter-relação com o conhecimento ficcional é vantajosa para ambas as partes: da parte da mimesis, sua articulação com ficcional estorva a manutenção da prenoção do imitativo; da parte da ficção, sua abordagem impede que se encerre no próprio objeto sobre o qual reflete, ou que seu praticante seja forçado a entender a realidade como pura construção, a que o ficcional ofereceria uma (inconsequente) alternativa.<sup>92</sup>

Como ressalta Costa Lima, as considerações de Bentham e Vaihinger oportunizam uma reflexão significativa do ficcional. Apesar de conservá-lo eminentemente na razão utilitária, eles deslocam o ficcional do campo da ornamentação e da falsidade, e nos levam a desmistificar a equivalência entre o texto ficcional, na forma de romance através da literatura, e o texto *falso*. A literatura feita por Orwell esteve diretamente ligada às suas experiências pessoais, segundo Jeffrey Meyers, biógrafo e pesquisador do autor, Orwell não teria um grande poder imaginativo, limitando-se a escrever sobre coisas que ele próprio tinha observado.<sup>93</sup> A afirmação é muito taxativa, mas evidencia que as preocupações políticas imediatas de Orwell são fundamentalmente a matéria prima de *1984*. A experiência estética ao tocar a política, se coloca

---

<sup>91</sup> *Ibid.*, p.291.

<sup>92</sup> *Idem.*

<sup>93</sup> “Orwell works are closely connected to the events of his life. He did not have great powers of imagination and could write only about things he had actually observed, so he deliberately sought out material he could write about and used every scrap of experience in his books” (MEYERS, 1975, p.18) *apud* PAVLOSKI, Evanir. *1984. A distopia do indivíduo sob controle*. Curitiba : 2005. p.2.

também como experiência de dissenso, dissenso entendido como conflito de vários regimes de sensorialidade. Em outras palavras, a ficção propõe “rupturas no tecido sensível das percepções e na dinâmica dos afetos”, o trabalho ficcional realiza dissensos “que muda os modos de apresentação sensível e as formas de enunciação”. Dessa maneira altera as coordenadas do representável, muda a percepção social dos acontecimentos sensíveis.

[...] a relação entre arte e política não é uma passagem da ficção para a realidade, mas uma relação entre duas maneiras de produzir ficções. As práticas da arte não são instrumentos que forneçam formas de consciência ou energias mobilizadoras em proveito de uma política que lhes seja exterior. Mas tampouco saem de si mesmas para se tornarem formas de ação política coletiva. Contribuem para desenhar uma paisagem nova do visível, do dizível e do factível. Forjam contra o consenso outras formas de senso comum, formas de um senso comum polêmico.<sup>94</sup>

Para melhor entender a relação da atividade ficcional de Orwell e sua posição política utilizaremos um texto do próprio Orwell. Em *Porque escrevo*,<sup>95</sup> Orwell fala do desejo de escrever já na infância e de suas primeiras tentativas até se tornar escritor profissional. Orwell oferece antecedentes porque acredita “não se pode avaliar o que move um escritor sem uma noção de seu desenvolvimento inicial”,<sup>96</sup> sobretudo em épocas “revolucionárias” e “tumuluosas”. Fora a necessidade de sobrevivência, Orwell pontua quatro grandes motivos para escrever (prosa), esses motivos se manifestam em diferentes níveis em cada escritor e de acordo com a atmosfera em que vive. O primeiro deles seria o “puro egoísmo” vinculado ao desejo de ser comentado, lembrado postumamente, característica que os escritores compartilham com cientistas, artistas, políticos, advogados, homens de negócio de sucesso etc. Em seguida coloca o entusiasmo estético: “A percepção da beleza no mundo externo ou, de outro lado, nas palavras e em seu arranjo correto.”<sup>97</sup> O terceiro ponto elencado é o “impulso histórico” que manifesta “o desejo de ver as coisas como elas são”, de detectar fatos verídicos e preservá-los para as gerações futuras. Por fim, o propósito político que o autor expressa como:

O desejo de lançar o mundo em determinada direção, de mudar as ideias das pessoas sobre o tipo de sociedade que deveriam se esforçar para alcançar. Também neste caso ninguém está verdadeiramente isento de tendências políticas. A opinião de que arte não deveria ter a ver com política é em si mesma uma atitude política.<sup>98</sup>

Este aspecto é importante porque Orwell fala que se vivesse em uma época de paz, talvez poderia ter escrito livros “floreados”, de maior apelo estético ou simplesmente

<sup>94</sup> RANCIÈRE, Jacques. **O espectador emancipado**. São Paulo : Editora WMF Martins Fontes, 2012. p.75.

<sup>95</sup> *Gangrel*, 1946.

<sup>96</sup> ORWELL, 2005, p.24.

<sup>97</sup> *Ibid.*, p.25.

<sup>98</sup> *Idem*.

descritivos e poderia ter deixado de lado suas lealdades políticas. No entanto, segundo ele próprio teria se forçado a tornar-se uma espécie de panfleteiro. Isso se deve pela sua atividade como policial que o colocou em contato com a exploração colonial e a situação dos trabalhadores, mas que não lhe ofereceram uma orientação política mais precisa que viria com a Guerra Civil Espanhola:

A Guerra Civil Espanhola e outros acontecimentos em 1936-7 pesaram na balança, e a partir de então eu soube me situar. Cada linha de trabalho sério que escrevi desde 1936 foi escrita, direta ou indiretamente, *contra* o totalitarismo e *a favor* do socialismo democrata, da forma que eu o entendo. Parece-me absurdo, num período como o nosso, pensar que se pode evitar escrever sobre esses assuntos. Todo mundo escreve sobre eles de uma forma ou de outra. É apenas uma questão de que lado tomar e de que abordagem adotar. Quanto mais ciente se está de uma tendência política, mais oportunidade se tem de atuar politicamente, sem sacrificar a estética e a integridade intelectual.<sup>99</sup>

Segundo Orwell, o que desejou produzir em dez anos – da sua participação na guerra civil até o momento que escreve o ensaio – foi transformar escrita política em arte. Suas motivações estão relacionadas a mentira que pretendia expor e as pessoas que desejava atingir.<sup>100</sup> Neste momento da vida Orwell já tinha adquirido uma certa fama internacional por conta de *Homenagem à Catalunha* e, especialmente por *Revolução dos Bichos* que, segundo o autor “foi o primeiro livro que tentei, com plena consciência do que fazia, amalgamar os propósitos político e artístico”.<sup>101</sup> Já naquela época, Orwell manifestou a expectativa de escrever um novo romance (*1984*) e já teria uma clara noção do tipo de livro que pretendia escrever.

A caracterização dos proletas em *1984* como classe impotente tem um caráter de denúncia tendo em vista claro apelo político da obra. Esta caracterização levou a interpretações derrotistas da obra ficcional de Orwell, em evidente contraste com seus escritos não-ficcionais e sua própria militância. No entanto, a teoria literária fornece elementos que nem sempre o autor projeta seus desejos na obra. Ademais, o fundamento das vanguardas artísticas, segundo

---

<sup>99</sup> *Ibid*, p.28.

<sup>100</sup> Orwell fala de seu livro sobre a guerra civil que, apesar de ser abertamente político, buscou um certo distanciamento e preocupação com a forma: “Empenhei-me muito em contar toda a verdade sem violar meus instintos literários. Mas entre outras coisas o livro contém um longo capítulo, repleto de citações e coisas do gênero, que defende trotskistas acusados de tramar com Franco. Sem dúvida um capítulo assim, que após um ou dois anos perderia o interesse para qualquer leitor comum, deve arruinar o livro. Um crítico que respeito me passou um sermão sobre isso. ‘Porque incluiu todo esse material?’, perguntou. ‘Transformou em jornalismo o que poderia ter sido um bom’. O que ele disse era verdade, mas eu não poderia ter feito de outra maneira. Ocorreu que eu sabia o que poucas pessoas na Inglaterra tiveram a oportunidade de saber: que homens inocentes estavam sendo falsamente acusados. Se eu não tivesse revoltado com isso, jamais teria escrito o livro.” *Ibid.*, p.29/30.

<sup>101</sup> *Ibid*, p.30.

Rancière,<sup>102</sup> se deu através da oposição “arte ativa (/vanguarda política) – espectador (/cidadão passivo)”. Isso poderia explicar a caracterização apática dos proletas a despeito da “dignidade do homem comum” e sua própria participação direta de uma mobilização política popular. Em um certo sentido, a esperança está nos proletas pela sua decência de permanecerem humanos, mas a esperança está inacessível precisamente por essa passividade. Se entendermos Winston como uma projeção de Orwell – como muitas interpretações fundamentas o fazem –, fica evidente este caráter ativo em contraposição à inércia dos proletas.

Na qualidade crítico literário, leitor de autores como Joyce, Yeats, Lawrence, Eliot etc., Orwell tinha o conhecimento dessas questões, sobretudo que não há sempre coincidência entre a persona do cidadão e aquela do escritor. Mesmo que com seu evidente propósito político, expostos em diversas páginas de análise histórica, talvez, o contexto político tenha pesado sobre sua escrita, na qualidade de um inconsciente textual, levando-se em consideração aqui todo o horizonte político e intelectual, mergulhado na sensação de fragmentação do mundo moderno e o fortalecimento do autoritarismo como solução à crise.

## **2.2 A FRAGMENTAÇÃO DO MUNDO MODERNO E A ASCENSÃO DO AUTORITARISMO**

Na segunda parte de *1984*, por meio do livro *Teoria e Prática do Coletivismo Oligárquico*, atribuído a Goldstein, temos uma sistematização dos artifícios utilizados pelo Partido para construção e manutenção do domínio político exercido na Oceania. Primeiramente, Orwell estabelece uma luta de classes que se desenrolou ao redor do mundo desde o fim do neolítico, ao longo do tempo as classes Altas, Médias e Baixas – e seus objetivos irreconciliáveis - disputavam para suplantarem umas às outras. Chegando o século XX, as nações passaram a se organizar em superestados que disputariam a hegemonia global travando guerras intermináveis. Essas guerras teriam como objetivo privar os seres humanos dos excedentes produzidos pelas máquinas, não fosse isso o padrão de vida seria elevado a um patamar em que as classes dirigentes perderiam seus privilégios. A exposição passa por uma reflexão acerca dos problemas do mundo industrial moderno, em que a guerra é destacada com engendradora de um novo tipo de homem que, lançado e desamparado nas contradições do mundo moderno, buscará no autoritarismo o caminho para superar a desintegração que é acometido.

---

<sup>102</sup> RANCIÈRE, *op. cit.*

Em *Tudo que é sólido desmancha no ar*, o filósofo Marshall Berman investiga a cultura dos séculos XIX e XX, a partir de uma análise de escritos literários de autores de diversos períodos e nacionalidades, na tentativa de compreender a vida e o turbilhão de sentimentos oriundos das contradições da modernidade. Daí o título do livro, inspirado no pensamento de Marx que sintetiza a “unidade paradoxal, uma unidade de desunidade” na qual a modernidade está assentada. Metodologicamente, Berman situa a história da modernidade em três fases. Na fase inicial, do início do século XVI até o fim do século XVIII, as pessoas apenas começavam a vivenciar a modernidade, buscando um vocabulário para compreender a nova etapa que desabrochava. No segundo momento, a partir da Revolução Francesa e sua inevitável ressonância no espírito público, as pessoas partilham o sentimento de viver em uma época revolucionária, uma era sem precedentes nos níveis de vida pessoal, econômica e política; simultaneamente, ainda lembravam de como era viver em uma atmosfera diferente daquela, em um mundo que não é completamente moderno.

Nesse panorama de divisão acentuada, na sensação de viver em dois mundos ao mesmo tempo é que se desenvolve a ideia de modernismo e modernização. Na terceira etapa, o século XX, quando o processo de modernização se desenvolve de tal maneira que envolve potencialmente o mundo todo. Nesse movimento “à medida que se expande, o público moderno se multiplica em uma multidão de fragmentos[...] e perde sua capacidade de organizar e dar sentido à vida das pessoas”. As diversas formas de autoritarismo, dentre elas o fascismo, ganharam força como alternativa que poria significado nas vidas dos homens de uma sociedade atomizada. Como crítico da cultura, Orwell esteve atento ao papel da linguagem no processo de desencadeamento da violência política e na crise dos paradigmas e instituições políticas ocidentais. Apesar da Segunda Guerra Mundial ser o grande palco onde o colapso se manifesta de maneira mais brutal, suas raízes podem ser percebidas na crise de sentido histórico entre finais do século XIX e as primeiras décadas do século XX.

É de conhecimento geral a tardia unificação da Itália e Alemanha em relação às outras grandes nações europeias. Unificadas apenas na segunda metade do século XIX, o estabelecimento desses países provocou problemas de ordem econômica e política nas disputas pelo poder que resultariam mais adiante na Guerra Mundial de 31 anos. O que nos interessa, fundamentalmente, no período recortado, é a emergência da crise histórica manifestada igualmente como crise de sentido. Nessa perceptiva, colocamos em evidência o comentário de

Barash<sup>103</sup> à obra *Europa und der Fascismus*, em que Heller aponta insuficiência do fascismo para solucionar a crise espiritual e política da Europa, indicando como principais razões a crise das estruturas político-jurídicas em um plano específico, e de forma geral uma crise espiritual da época alavancada pela ruína do liberalismo e a tragédia da Primeira Guerra Mundial.

A avaliação de Heller do fascismo apontava para uma convergência paradoxal presente na raiz do mesmo, isto é, a direita reacionária se apropria de métodos revolucionários e, por outro lado, os revolucionários assumem da filosofia da vida um novo ímpeto irracionalista, desse modo surgindo uma ideologia da revolução contrarrevolucionária. De modo geral, a ideologia fascista era resultado da tentativa de fazer convergir direita e esquerda, tendo em vista a sensação compartilhada de vazio devido ao avanço das relações capitalistas e a preocupação com a arregimentação política das massas. Para Heller, portanto, o Estado fascista não conseguiu se colocar como “terceiro superior” encarregado de solucionar os interesses particulares de classe bem como de pôr em prática a ideia jurídico-política de democracia.<sup>104</sup>

O pensamento reacionário alemão, com seus variados aspectos próprios – autoritarismo, nacionalismo, militarismo, racismo, elitismo –, toma novo entusiasmo após 1918 devido às implicações da guerra. Neste mesmo ano é publicado *O Declínio do Ocidente* de Oswald Spengler, obra que seria *best-seller* não apenas na Alemanha. De caráter nietzschiano e organicista, critica a divisão de classes no capitalismo e os efeitos corrosivos do dinheiro; coloca “o socialismo como conjunção entre abnegação e força vital para a construção de uma nova ordem, sendo pois uma importante alavanca para a versão direitista do socialismo”.<sup>105</sup> Dois anos mais tarde, com *Prussianismo e Socialismo*, Spengler aproxima o socialismo ao prussianismo nos aspectos morais como liderança, coragem, disciplina, obediência, o caminho seria a associação de ambos para integração da classe trabalhadora na comunidade e para regeneração nacional.

Conforme Coelho, apoiando-se em Steven E. Aschheim (*The Nietzsche Legacy in Germany, 1890-1990*), a presença de Nietzsche é fundamental na leitura de Spengler, o destaque no ceticismo destemido, na dureza, na vontade de poder que deveriam deslocar o que ele indicava como os tradicionais “ideólogos da *Bildung*” e da “missão espiritual da Alemanha”.

---

<sup>103</sup> BARASH, Jeffrey Andrew. *Politiques de l'histoire. L'historicisme comme promesse et comme mythe*. Paris: Presses Universitaires de France, 2004 *apud* COELHO, Victor de O. P. A totalidade enquanto problema histórico e categoria teórica: Uma abordagem a partir das obras de Humbolt, Simmel e Ernst Jünger. *Revista de Teoria da História*, ano 4, Número 8, Dez/2012. p.80.

<sup>104</sup> *Idem*.

<sup>105</sup> *Ibid.*, p.83



Desse modo *O Trabalhador*, de Ernst Jünger, pode ser lido como manifesto do Nacional-Bolchevismo, ao contrastar a representação do trabalhador à sociedade burguesa fragmentária, em que:

“O trabalhador é considerado não através de categorias socioeconômicas, mas como tipo meta-histórico, como *Gestalt* desindividualizada”, cuja base está em um tipo de estética política além do bem e do mal, do falso ou verdadeiro. “Pelo contrário, é um fenômeno compreensível somente em seus próprios termos”. O autor destaca também que Jünger – neste e em outras obras –, também com sua apropriação de noções nietzschianas, faz da experiência da guerra (*Kriegserlebnis*) parte da experiência cotidiana moderna, assim como as elementais capacidades do trabalho mobilizadas no controle da tecnologia e da produção em que a liberdade torna-se idêntica à obediência.<sup>106</sup>

A formulação de *Bildung* (formação, instrução, educação), uma herança da tradição liberal alemã, como vemos na *Teoria da formação do ser humano* de Wilhem von Humboldt (1767-1835) apresenta uma ligação entre a formação do cidadão e a historicidade. O autor fala de uma “terceira estância” que instituiria o entendimento do espírito humano diante de si próprio, do mesmo modo que a ligação do nosso eu com o mundo. De acordo com Humboldt deve-se exigir da nação, de uma época: a) que entre seus membros prevaleça instrução, sabedoria e virtude, esses valores devem ser difundidos universalmente tanto quanto possível para que a humanidade atinja o máximo de sua dignidade; b) o homem tem a obrigação de colocar seus valores nas instituições que estabelece, em seus descendentes deve imprimir as qualidades da “virtude e da força”, preservando os benefícios já conquistados em uma sucessão segura. Assim, como ressalta Coelho, a ligação da instrução e educação estabelece um ciclo virtuoso de formação do homem, de modo que a terceira instância seria essa relação circular de cultivo entre o interior e o mundo exterior:

[...] destaquemos a ideia da constituição de uma totalidade enquanto “terceira instância” mediadora diante da “pluralidade que dispersa e confunde”. Para Humboldt, vimos que a *Bildung* se coloca como fundamento da formação do cidadão e da constituição do mundo como terceira instância que liga o sujeito à esfera exterior, sendo que a formação do cidadão e do *mundo*, fica claro, são duas faces de uma mesma tarefa.<sup>107</sup>

Com relação à tarefa do historiador, Humboldt defende que o mundo sensível é desordenado, isolado, fragmentado, e fica de fora do horizonte de observação direta o ingrediente que vincula essas frações, aquilo que lhes dá forma. Cabe ao historiador dar forma ao que está desarranjado, ele igualmente admite que a verdade do acontecido repousa na contemplação a ser feita pelo historiador na parcela invisível do fato. Partindo da *Bildung*, o

---

<sup>106</sup> *Ibid.*, p.83.

<sup>107</sup> *Ibid.*, p.85.

desenrolar da história acontece através da vida espiritual, diferentemente da História Filosófica que concede as ideias à História. Nesse sentido, Humboldt compara a verdade histórica às nuvens, que apenas ganham forma com o distanciamento do olhar, assim o historiador compõe um todo a partir de um aglomerado de estilhaços. A consciência do homem, portanto, se constitui e relaciona com as transformações da história, que a cada época inauguram novas formas de viver e de interpretação do mundo.

A *Bildung* se faz absolutamente importante na dimensão da linguagem, como aponta Humboldt em *Sobre a natureza da linguagem em geral*. A linguagem apresenta uma característica de estabelecimento e difusão por intermédio de um espaço de mediação, isto é, “terceira instância”. Humboldt defende que a linguagem nada mais seria que a complementação do ato de pensar, ou seja, tem como propósito alçar as percepções exteriores e as sensações interiores ainda vagas a situação de conceitos inteligíveis, para formulação de novos conceitos que se vinculam a outros e assim por diante.

A partir do final do século XIX, a *Bildung* passa a ser confrontada com uma revivência do mito, em uma aliança entre a política reacionária e o anti-intelectualismo. O movimento *völkish* e neorromântico, e também, depois, a mitologia política nazista procuravam uma totalidade que se oporia à modernidade e seus aspectos desagregadores provenientes das transformações urbanas e sociopolíticas buscando a harmonização da alma individual com o cosmo. Logo, em detrimento das instâncias mediadoras, dentre as quais a *Bildung*, “o que emerge é a noção de um líder que pudesse galvanizar os anseios do povo e apontar para um futuro, um destino”.<sup>108</sup> O vitalismo, em prejuízo do classicismo, é privilegiado pela intelectualidade alemã na busca de uma identidade. Assim, a noção de *Gestalt* (forma, figura) e *Gestaltung* (configuração) adquirirão uma dimensão indispensável.

Já no século XX, o fascismo de massa – e seus fatores determinantes, nacionalismo orgânico, estatismo radical e paramilitarismo – surge como uma resposta às crises ideológicas, econômicas, militares e políticas posteriores à Primeira Guerra Mundial. De acordo com Michael Mann, os fascistas tinham soluções a propor nos quatro casos, o que passaria necessariamente pela ascensão de um Estado mais forte, entendido como condutor de um projeto moral encarregado de promover o desenvolvimento econômico, social e moral. O fascismo teve sucesso em convencer boa parte de duas gerações de jovens de que estaria apto para estabelecer uma ordem social mais equilibrada.

---

<sup>108</sup> *Ibid.*, p.87.

Na qualidade de esquerdistas não materialistas, esses homens também faziam o elogio da “resistência”, da “vontade”, do “movimento”, da “ação coletiva”, das “massas” e da dialética do “progresso” por intermédio da “luta”, da “força” e da “violência”. Estes valores nietzschianos tornavam o fascismo “radical”. Os fascistas estavam decididos a superar implacavelmente toda oposição, pela vontade, pela força e o que fosse necessário, sem compromissos nem escrúpulos. Na prática, isto significava a constituição de forças paramilitares, além de partidos. Coletivistas, eles desprezavam o “individualismo amoral” do liberalismo de livre mercado e a “democracia burguesa”, que negligenciavam os interesses das “comunidades vivas” e da “nação como todo orgânico”. A nação era essencialmente uma e indivisível, uma entidade viva e palpitante, definida como “integral” ou “orgânica”. Ser alemão, italiano, ou francês, sustentavam os fascistas, significava muito mais do que viver em num espaço geográfico; significava algo que os estrangeiros não podiam avaliar, enfatiza Mosse, a versão alemã da nação diferia da europeia do sul, sendo tão racial quanto cultural. Recorria mais ao darwinismo social, ao antissemitismo e a outras correntes teóricas raciais do século XIX para formar um *Volk*, uma unidade étnico-cultural singular que transcendia qualquer possibilidade de conflito em seu interior, mas ao mesmo tempo erguendo limites mais altos contra os outros povos.<sup>109</sup>

Os intelectuais fascistas defendiam que o conflito de classes entre trabalhadores e capitalistas não era o centro do problema. A luta a ser encarada pelos trabalhadores seria contra os inimigos improdutivos, normalmente vistos como capitalistas financeiros, forasteiros ou judeus. Assim, o fascismo seria uma associação entre “nacionalismo” e “socialismo”, a nação teria de ser representada por um Estado sindicalista e corporativista. A nação seria preparada para superar a degradação moral e o conflito de classe da sociedade burguesa no cenário de um “plano total” que disponibilizasse uma “terceira via” entre socialismo e capitalismo:

O italiano Gentile (adepto tardio do fascismo) alegava que o fascismo resolvia o “paradoxo entre liberdade e autoridade. A autoridade do Estado é absoluta”. Mussolini concordava: “Tudo no Estado, nada contra o Estado, nada fora do Estado”. “O nosso será um Estado totalitário a serviço da integridade da pátria”, proclamava o espanhol José Antonio Primo de Rivera. O belga Henri de Man aplaudia a “democracia autoritária”. A “revolução fascista” haveria de gerar “o homem total na sociedade total, sem conflitos, submissão nem anarquia”, dizia o francês Déat.<sup>110</sup>

O termo totalitário surgiu do improviso de Mussolini,<sup>111</sup> e acabou por se tornar um conceito de filosofia política pela obra de Giovanni Gentile na virada dos anos de 1920-1930. Em dezembro de 1932, o título da conferência de Carl Schmitt combina as bases da crise econômica com interesses do poder político, assim, pela linguagem de Carl Schmitt, o *Stato*

<sup>109</sup> MANN, 2008, p.18.

<sup>110</sup> *Ibid.*, p.19.

<sup>111</sup> De acordo com Jean-Pierre Faye a primeira aparição política do termo data de 22 de junho de 1925 no enunciado mussoliniano do discurso no teatro Augusteo de Roma.

*totalitario* italiano é transformado no *totale Staat* alemão. Como sustenta Faye,<sup>112</sup> o termo totalitário aparece primeiro no léxico italiano para só depois entrar na língua alemã. O autor da *Dottrina del fascismo*, assinado por Mussolini, mas que a tradição escrita do fascismo aponta para Giovanni Gentile, afirma que o Estado fascista não é reacionário, mas revolucionário. Para o fascista:

Tudo está no Estado, e nada do humano ou do espiritual existe e, menos ainda tem valor, fora do Estado. Neste sentido, o fascismo é totalitário [*in tal senso il fascismo è totalitario*] e o Estado fascista, síntese e unidade de todo valor, interpreta, desenvolve e engrandece a vida do povo.<sup>113</sup>

A aparição do perigoso termo *totalitário* no vocabulário político é uma transposição feita pelo próprio Mussolini do léxico das sociedades anônimas do capitalismo. O uso do termo era empregado em assembleias gerais das sociedades por ações, isto é, uma sessão *totalitária* seria aquela onde o quórum é integralmente prestigiado. Essa transformação lexical se deu em uma língua determinada de estrutura latina e, posteriormente, transportada para o alemão. De acordo com a explicação de Faye:

Enquanto o sufixo *-är* na língua alemã designa uma palavra de origem estrangeira, *-ario* pertence às formas que significam certas oposições fundamentais na língua italiana. Assim, *totalitario* aparece como o análogo morfológico e o oposto semântico de *frammentario*, como a *totalitarietät* opõe-se à *frammentarietät* do Estado liberal e do sindicalismo livre.<sup>114</sup>

Portanto, o Estado fascista aparece como um caminho para superar a crescente fragmentação nas diversas esferas da vida social. Em uma era de revoluções, o fascismo pretende-se revolucionário, porém, conservador diante da continua fragmentação do mundo. Como afirmou o jurista Bortolotto: “O fascismo é uma revolução conservadora na medida em que exaltou o princípio da autoridade e reforçou-a contra uma liberdade democrática exagerada e sem medida”.<sup>115</sup> O fascismo pretendia superar a crise do Estado por uma resolução dupla entre esquerda e direita. Através do nacionalismo opta-se pela direita, com o sindicalismo pela esquerda, portanto, ao conjugar ambos podia-se criar um Estado total e unitário. Mas, diferentemente do ideário comunista, o Estado fascista não preconizava uma polarização com o princípio da propriedade privada.

No caso alemão, particularmente, os nazistas e antisemitas estavam inclinados para o *Volk* (povo), e menos para o Estado; era o movimento nazista personificado pelo Führer que

<sup>112</sup> FAYE, Jean-Pierre. **Introdução às linguagens totalitárias:** teoria e transformação do relato. São Paulo: Perspectiva, 2009.

<sup>113</sup> GENTILE *Apud* FAYE, p.56.

<sup>114</sup> FAYE, *op. cit.*, p.61.

<sup>115</sup> BORTOLOTTI *apud* FAYE, p.69

representava a nação, não o Estado. Logo, Mosse e outros estudiosos afirmam que “fascismo” não é o mesmo que “nazismo”, o nazismo era *völkisch* ao passo que o fascismo era estatista. Apenas o nazismo cometeu genocídio, portanto, não era uma forma de fascismo. Nesse ponto concordamos com Mann quando ele afirma que os nazistas eram sim fascistas e podemos enfrentar o fascismo como um fenômeno mais global, pois tanto Hitler como Mussolini acreditavam que faziam parte de um mesmo movimento. Os dois movimentos partilhavam de uma base social parecida, partilhavam muitas convicções. O fascismo italiano destacava o estatismo ao passo que o nazismo enfatizava o nacionalismo.

Em sua resenha<sup>116</sup> de *Mein Kampf*, de Adolf Hitler, Orwell observa que a delicada situação da Alemanha, com sete milhões de desempregados, era, de fato, inclinada a demagogos. No entanto, observa que Hitler não teria alcançado o sucesso em face aos demais adversários não fosse o magnetismo de sua própria personalidade, sentida mesmo na “canhestra escrita” de seu livro, e, seguramente, imperativa quando ouvimos seus discursos. Para nossa surpresa, Orwell faz o seguinte registro: “nunca fui capaz de não gostar de Hitler. [...]O fato é que há nele algo que é profundamente atraente” embora certamente o matasse se tivesse a oportunidade. Mais adiante, Orwell comenta que Hitler compreendeu “a falsidade da postura hedonista diante da vida”, sendo que um argumento importante era o de que o pensamento ocidental, desde a última guerra, sobretudo todo pensamento “progressista”, teria aceitado tacitamente que os homens não desejariam nada além de segurança, felicidade e evitar o sofrimento.

Nessa concepção de vida, não haveria lugar para o patriotismo e as “virtudes militares”, ironiza: “O socialista que surpreende seu filho a brincar com soldadinhos costuma ficar aborrecido, mas nunca é capaz de pensar em um substituto para os soldados de chumbo; pacifistas de chumbo, de certa forma, não iam funcionar”. Hitler sente isso – diz Orwell – com uma força descomunal em seu espírito – provavelmente essa é a percepção generalizada entre os fascistas – entende que os seres humanos não desejam apenas segurança, conforto, horas reduzidas de trabalho, além disso, eles também desejam (ao menos de tempos em tempos) autossacrifício e todos os rituais simbólicos característicos da guerra: tambores, bandeiras, desfiles e assim por diante. Logo, o que quer que representem nazismo e fascismo em termos econômicos, em termos psicológicos “são muito mais sensatos do que qualquer concepção hedonista da vida”.

---

<sup>116</sup>*New English Weekly*, 21 de março de 1940.

Orwell considera o fascismo como um desenvolvimento do capitalismo e mesmo a democracia é suscetível de transmutar-se em fascismo quando há pressão suficiente. Assim, Orwell observa que apesar de a Inglaterra ser considerada um país democrático, o seu domínio sobre a Índia, por exemplo, é tão nefasto quanto o fascismo alemão, apesar de ser menos irritante. Logo, a oposição contra o fascismo passaria necessariamente por uma luta para derrubar o capitalismo e isso começa em seu próprio país:

Se colaboramos com um governo capitalista-imperialista na luta “contra o fascismo”, ou seja, contra um imperialismo rival, estamos simplesmente deixando o fascismo entrar pelas portas dos fundos. Toda luta na Espanha, do lado do governo, girou em torno disso. Os partidos revolucionários, os anarquistas, o POUM etc. queriam completar a revolução, os outros queriam combater os fascistas, em nome da “democracia”, e, é óbvio, quando se sentiram suficientemente seguros de sua posição e enganaram os trabalhadores a entregar as armas, reintroduziram o capitalismo. O traço grotesco, que pouquíssimas pessoas fora da Espanha já compreenderam, foi que os comunistas estavam mais à direita de todos, e estavam ainda mais ansiosos do que os liberais para caçar os revolucionários e esmagar todas as ideias revolucionárias.<sup>117</sup>

Todas essas experiências – fascismo (de maneira ampla), o nazismo – aparecem em 1984 como crítica ao que chamamos genericamente de totalitarismo, o que nos leva (automaticamente) a pensar em Hannah Arendt. Primeiramente, ela procura estabelecer a diferença fundamental entre as “ditaduras modernas” e as “tirantias do passado”. O elemento característico seria a utilização do terror como instrumento para governar as massas. Este seria o primeiro requisito: o terror como mecanismo imperativo para a realização de determinada ideologia. O corte é justamente a instalação de governos totalitários fundamentados no apoio das massas, especificamente, a Rússia de 1929 e a Alemanha de 1933. Para Arendt, a interpretação de Mussolini do Estado corporativo era a investida para vencer os perigos nacionais de uma sociedade dominada por classes através de uma “nova organização social integrada”, para dessa maneira resolver o antagonismo entre Estado e sociedade. O movimento fascista, como um partido acima de todos os outros, declarava representar os interesses da nação, tomou o Estado, colocou-se na posição da mais alta autoridade e procurou converter todo o povo em parte do Estado.

Segundo Giorgio Agamben, o totalitarismo moderno pode ser entendido como a implementação, através do estado de exceção, de uma guerra civil legal que possibilita a eliminação física não apenas de inimigos políticos, mas também daqueles cidadãos que por alguma razão pareçam não incorporáveis ao sistema político. Vejamos o caso do Estado nazista.

---

<sup>117</sup> Carta para Geoffrey Goer datada de 15 de setembro de 1937.

Logo que Hitler assumiu, promulgou o *Decreto para a proteção do povo e do Estado*, que interditava os artigos da Constituição de Weimar concernentes às liberdades individuais. Como o decreto nunca foi revogado, sob o prisma jurídico, o Terceiro Reich foi um estado de exceção que perdurou por 12 anos. Anos antes, à época da Primeira Guerra Mundial e seus desdobramentos, aparece “como um laboratório em que se experimentam e se aperfeiçoam os mecanismos funcionais do estado de exceção como paradigma de governo”.<sup>118</sup> Um de seus atributos fundamentais é a eliminação provisória da diferença entres os poderes legislativo, executivo e judiciário, de modo que mostra uma inclinação a tornar-se uma prática permanente de governo. Sua primeira aparição “pseudomórfica”, segundo o autor, remonta a Carl Schmitt e o seu debate sobre a ditadura constitucional em que estabelece a relação entre estado de exceção e soberania. No panorama de transformação das constituições das democracias ocidentais no entre-guerras, a vida política assume uma nova forma:

O estado de exceção em que a Alemanha se encontrou sob a presidência de Hindenburg foi justificado por Schmitt no plano constitucional a partir da ideia de que o presidente agia como “guardião da constituição” (Schmitt, 1931); mas o fim da República de Weimar mostra, ao contrário e de modo claro, que uma “democracia protegida” não é uma democracia e que o paradigma da ditadura constitucional funciona sobretudo como uma fase de transição que leva fatalmente à instauração de um regime totalitário.<sup>119</sup>

Como afirmara Rossiter, na era atômica na qual o mundo ingressara, seria plausível que o uso dos poderes de emergência constitucional deixasse de ser a exceção e se tornasse regra. Conclui: “Nenhum sacrifício pela nossa democracia é demasiado grande, menos ainda o sacrifício temporário da própria democracia”.<sup>120</sup> O aspecto jurídico do estado de exceção pressupõe a suspensão, integral ou parcial, do ordenamento. Como poderia então a permanência dessa interdição dentro da ordem legal? Sua conformação, segundo Agamben, não está no interior nem no exterior do ordenamento jurídico: “o problema de sua definição diz respeito a um patamar, ou a uma zona de indiferença, em que dentro e fora não se excluem, mas se indeterminam”.<sup>121</sup> O princípio de necessidade em que a lei perde sua obrigatoriedade transmuta-se noutro em que a necessidade é fonte e fundamento da própria lei. Apenas com os modernos o estado de necessidade passou a ser incluído na ordem jurídica e a ser apontado como legítimo estado da lei.

Longe de responder a uma lacuna normativa, o estado de exceção apresenta-se como a abertura de uma lacuna fictícia no ordenamento, com o objetivo de

<sup>118</sup> AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004. p.19.

<sup>119</sup> *Ibid.*, p.29.

<sup>120</sup> ROSSITER, C.L. *Constitutional Dictatorship: Crisis Government in the Modern Democracies*. New York, Harcourt Brace, 1948. *apud* AGAMBEN, *op. cit.*, p.22.

<sup>121</sup> *Ibid.*, p.39.

salvaguardar a existência da norma e sua aplicabilidade à situação normal. A lacuna não é interna à lei, mas diz respeito à sua relação com a realidade, à possibilidade mesma de sua aplicação. É como se uma fratura essencial entre o estabelecimento da norma e sua aplicação e que, em caso extremo, só pudesse ser preenchida pelo estado de exceção, ou seja, criando uma área onde essa aplicação é suspensa, mas onde a lei, enquanto tal, permanece em vigor.<sup>122</sup>

Carl Schmitt defendia que os termos “ditadura” e “estado de sítio” poderiam desaparecer e seriam substituídos por estado de exceção (*Ausnahmezustand*). O elemento característico da teoria de Schmitt é de possibilitar a articulação entre o estado de exceção e a ordem jurídica, sendo que advogava que em sentido jurídico ainda existiria uma ordem, ainda que não fosse uma ordem jurídica, uma articulação evidentemente contraditória: “*Estar-fora e, ao mesmo tempo, pertencer*: tal é a estrutura topológica do estado de exceção”.<sup>123</sup> Agamben considera o estado de exceção como a área onde a antagonismo entre a norma e sua realização alcança sua intensidade máxima. Portanto, o estado de exceção é um espaço anômico “onde o que está em jogo é uma força de lei sem lei”, onde a força de lei “é certamente algo como um elemento místico, ou melhor, uma *fictio* por meio da qual o direito se atribui sua própria anomia”.<sup>124</sup> Prossegue:

[...]. Como entre a linguagem e o mundo, também entre a norma e sua aplicação não há nenhuma relação interna que permita fazer decorrer diretamente uma da outra.

O estado de exceção é, nesse sentido, a abertura de um espaço em que a aplicação e norma mostram sua separação e em que uma pura força de lei realiza (isto é, aplica desapplicando) uma norma cuja aplicação foi suspensa. Desse modo, a união impossível entre norma e realidade, e a consequente constituição do âmbito da norma, é operada sob a forma da exceção, isto é, pelo pressuposto de relação. Isso significa que, para aplicar uma norma, é necessário, em última análise, suspender sua aplicação, produzir uma exceção. Em todos os casos, o estado de exceção marca um patamar onde lógica e práxis se indeterminam e onde uma pura violência sem *logos* pretende realizar um enunciado sem nenhuma referência real.<sup>125</sup>

Portanto, da perspectiva colocada por Agamben, o estado de exceção não é uma ditadura (constitucional ou inconstitucional), mas um vazio de direito, onde todas obrigações jurídicas estão anuladas. Após tais considerações a respeito do problema do totalitarismo e do Estado de exceção, retornamos a Orwell e sua concepção de que um dos fatores característicos do totalitarismo seria a ausência de leis em que, apesar dessa ausência, ainda assim, o indivíduo

---

<sup>122</sup> *Ibid.*, p.48/49.

<sup>123</sup> *Ibid.*, p.57.

<sup>124</sup> *Ibid.*, p.61.

<sup>125</sup> *Ibid.*, p.63.



pode ser considerado criminoso, embora não exista lei a ser violada. Esta ideia aparece logo no início da narrativa quando Winston adquire um caderno que logo se transformaria em diário; Winston carrega o caderno com culpa, pois, se fosse apanhado, era certa sua punição, embora não fosse um ato propriamente ilegal visto que não existiam leis. Orwell baseia-se na situação da Alemanha e da Rússia, e, sobretudo, em sua experiência pessoal na Espanha onde muitos militantes foram presos sob falsa ou nenhuma acusação – o que nos leva à reflexão de Hannah Arendt de que no totalitarismo o inimigo político é inocente até mesmo do ponto de vista do perseguidor.

A noção de totalitarismo é profundamente criticada pelo filósofo esloveno Slavoj Žižek pois, segundo o autor, a elevação de Hannah Arendt a autoridade intocável do tema demonstra um sinal de derrota teórica da esquerda: “o fato de a esquerda ter aceitado as coordenadas básicas da democracia liberal (‘democracia’ *versus* ‘totalitarismo’)”. O argumento basilar é que a noção de “totalitarismo” está longe de ser um conceito teórico satisfatório, é uma espécie de *tapa-buraco* que não nos possibilita o pensamento, isto é, não nos obriga a obter uma nova perspectiva acerca da realidade histórica à qual se refere. Nesse sentido, seria inútil tentar salvar o totalitarismo, subdividindo em categorias, delineando as diferenças entre a vertente comunista e fascista, porque a partir do momento em que a noção de totalitarismo é aceita, entra-se no horizonte liberal-democrático. A filosofia política contemporânea utiliza de forma vergonhosa os horrores do *gulag* ou do Holocausto com o objetivo de frustrar qualquer alternativa política radical séria:

Desse modo, os salafários liberais conformistas podem sentir uma satisfação hipócrita na defesa da ordem existente: eles sabem que existe corrupção, exploração etc., mas cada tentativa de mudar as coisas é considerada eticamente perigosa e inaceitável, porque ressuscita o fantasma do “totalitarismo”.<sup>126</sup>

Portanto, o termo seria uma estratégia retórica que oculta uma série de similitudes entre “totalitarismo” e a democracia liberal moderna. O que nos faz retomar o raciocínio de Agamben de que desde a Primeira Guerra Mundial, através do nacional-socialismo e do fascismo, o estado de exceção atinge nos dias atuais, como paradigma de governo, o seu máximo desdobramento planetário.<sup>127</sup> Ainda na primeira metade do século XX, Orwell apontava para esta de supressão

---

<sup>126</sup> ŽIŽEK, Slavoj. **Alguém disse totalitarismo?** : cinco intervenções no (mau) uso de uma noção. 1.ed. – São Paulo: Boitempo, 2013. p.8

<sup>127</sup> “Isso significa que o princípio democrático da divisão dos poderes hoje está caduco e que o poder executivo absorveu de fato, ao menos em parte, o poder legislativo. O Parlamento não é mais o órgão soberano a quem compete o poder exclusivo de obrigar os cidadãos pela lei: ele se limita a ratificar os decretos emanados do poder executivo. Em sentido técnico, a República não é mais parlamentar e, sim, governamental. E é significativo que semelhante transformação da ordem constitucional, que hoje ocorre em graus diversos em todas as democracias

das liberdades, mesmo nas ditas democracias ocidentais, e sua reflexão é ensejada sobretudo pela utilização política da linguagem.

### **2.3 CARACTERÍSTICAS E ESTRUTURA DA NOVAFALA: O DISCURSO POLÍTICO MODERNO E O USO DA LINGUAGEM**

Novafala é uma das representações criadas por Orwell para compor a base doutrinária do Socing. Trata-se de um idioma fundamentado na diminuição progressiva do vocabulário existente, bem como limitação semântica de cada palavra. Este é um dos elementos fundamentais para a dominação política exercida na narrativa. Ela é ao mesmo tempo uma expressão da visão ideológica do partido e um instrumento para estreitamento do pensar e fazer humanos. A lógica é simples: quanto menos palavras à disposição, menor a articulação de ideias até um pensamento mais complexo, portanto, menor possibilidade de resistência e capacidade racional para contestação política.

Você não vê que a verdadeira finalidade da Novafala é estreitar o âmbito do pensamento? No fim teremos tornado o pensamento-crime literalmente impossível, já que não haverá palavras para expressá-lo. Todo conceito de que pudermos necessitar será expresso por apenas uma palavra, com significado rigidamente definido, e todos os seus significados subsidiários serão eliminados e esquecidos.<sup>128</sup>

O Partido reelabora constantemente o Dicionário de Novafala, que consiste, contrariamente aos dicionários usuais, na diminuição progressiva da quantidade de palavras bem como na delimitação semântica, de acordo com a doutrina do Partido. A revolução proposta e iniciada pelo partido só estará concluída com revolução completa e permanente na linguagem. Para este fim, o Partido conta com o departamento de pesquisas, onde Syme exerce a função de filólogo responsável pela compilação da décima primeira edição do Dicionário de Novafala, que eliminaria um número ainda maior de palavras. Ao conversar com Syme, Winston constatou que o que saía da boca dele eram palavras, mas não constituíam fala, era como um ruído, o som emitido por uma espécie de animal sem consciência. Para Winston, Syme não era mais um ser humano genuíno, mas algum tipo de simulacro. Após todo aquele falatório desfreado, Syme diz a Winston:

---

ocidentais, apesar de ser bem conhecida pelos juristas e pelos políticos, permaneça totalmente despercebida por parte dos cidadãos. Exatamente no momento em que gostaria de dar lições de democracia a culturas e a tradições diferentes, a cultura política do Ocidente não se dá conta de haver perdido por inteiro os princípios que a fundam” (AGAMBEN, *op. cit.*, p.32/33).

<sup>128</sup> ORWELL, 2009, p.68/69.

Tem uma palavra em Novafala”, disse Syme, “que não sei se você conhece. Patofala, grasnar feito um pato. É uma dessas palavras interessantes com dois sentidos contraditórios. Quando aplicadas a um adversário, é ofensa; aplicada a alguém com quem você concorda, é elogio.<sup>129</sup>

Aqui, temos um exemplo significativo da ‘gramaticalidade’ da Novafala. Ao inventar a estrutura gramatical da Novafala, Orwell procurou acentuar traços sintáticos e morfológicos já existentes, de alguma forma, na língua inglesa. Ao final do romance, existe um apêndice intitulado “Os princípios da Novafala”, uma espécie de manual que explica o idioma. Devemos ter em mente que as inovações gramaticais citadas, da mesma maneira que seus exemplos, estão sempre baseadas na língua inglesa, de forma que o texto precisou sofrer pequenas adaptações, como afirma Alexandre Hubner e Heloisa Jahn, tradutores da obra no Brasil.<sup>130</sup>

Isto posto, gostaríamos de nos dedicar com especial atenção a este apêndice. Como idioma oficial da Oceania, a Novafala fora criada para atender às necessidades ideológicas do Socing. O objetivo seria a substituição completa da *velhafala* (inglês padrão) até o ano de 2050. O propósito seria viabilizar um instrumento de expressão conciliável com a visão de mundo e os hábitos mentais dos seguidores do Partido, além disso, impossibilitar outras formas de pensamento que não a hegemônica. O vocabulário em Novafala deveria conferir expressão exata e palavras perderiam sua significação política:

Vejamos um exemplo. A palavra *livre* continuava a existir em Novafala, porém só podia ser empregada em sentenças como “O caminho está livre” ou: “A toailete está livre”. Não podia ser usada no velho sentido de “politicamente livre” ou “intelectualmente livre”, pois as liberdades políticas e intelectuais já não existiam nem como conceitos, não sendo, portanto, passíveis de ser nomeadas. [...] A Novafala foi concebida não para ampliar, e sim restringir os limites do pensamento, e a redução a um mínimo do estoque de palavras disponíveis era uma maneira indireta de atingir esse propósito.<sup>131</sup>

Em Novafala, as palavras estão distribuídas em três grupos diferentes. No *Vocabulário* A estão palavras relativas às atividades cotidianas: trabalhar, beber, comer, cozinhar, dormir e assim por diante. Isto é, um grupo de palavras reservada unicamente para exprimir pensamentos habituais e utilitários, geralmente envolvendo ações físicas ou objetos concretos. A gramática inventada por Orwell possui duas características fundamentais. A primeira delas é a permutabilidade quase integral entre os diferentes elementos do discurso. Basicamente, qualquer palavra poderia ser utilizada como substantivo, adjetivo, verbo ou advérbio. Quando

<sup>129</sup> *Ibid.*, p.71.

<sup>130</sup> Utilizamos a edição da Companhia das Letras, editora que tem publicado com regularidade a obra de Orwell no Brasil. O primeiro livro de Orwell publicado no país foi o próprio *1984*, pela Editora Companhia Nacional em 1954.

<sup>131</sup> *Ibid.*, p.348/349.

as formas nominais ou verbais tinham o mesmo radical, não se permitia nenhuma forma de variante: “A palavra *pensamento*, por exemplo, não existia em Novafala. Seu lugar foi ocupado por *pensar*, que fazia as vezes de verbo e substantivo”.<sup>132</sup> A composição de expressões não segue nenhum princípio etimológico, por vezes se preserva o substantivo original, por outras o verbo. Nos serviremos do seguinte trecho para ilustrar o funcionamento do idioma:

A palavra *cortar*, por exemplo, não existia, pois, seu significado estava devidamente contido no substantivo-verbo *faca*. Os adjetivos eram formados com o acréscimo do sufixo *-oso* ao substantivo-verbo, e os advérbios acrescidos de *-mente*. Assim, por exemplo, *velocidadoso* significa “rápido” e *velocidademente* significa “depressa”. [...] Todos os advérbios não terminados em *-mente* foram abolidos; a terminação *-mente* era invariável. A palavra *bem*, por exemplo, foi substituída por *benemente*. Ademais, qualquer palavra – e, de novo, isso em princípio se aplicava a todas as palavras do idioma – podia ser transformada em seu antônimo por meio do acréscimo do prefixo *des-*, ou podia ser reforçada com o prefixo *mais-* ou, ênfase ainda maior, *duplormais-*. Assim, por exemplo, *desfrio* significava “quente”, ao passo que *maisfrio* e *duplormaisfrio* significavam, respectivamente, “muito frio” e “extremamente frio”. Dada a palavra *bom*, por exemplo, não havia necessidade de uma palavra como *ruim*, pois o sentido por ela veiculado seria tão bem ou ainda mais bem com *desbom*. Em todos os casos em que duas palavras formassem um par natural de opostos, bastava escolher qual delas suprimir. *Escuro*, por exemplo, podia ser substituído por *desclaro*; ou *claro* por *desescuro*.<sup>133</sup>

A segunda peculiaridade da gramática da Novafala é que todas as (in)flexões sofrem as mesmas regras. Por isso, o particípio e o pretérito de todos os verbos são iguais; para as formas plurais são acrescentados o *-s* ou *-es*. A segunda parte do apêndice é dedicada ao *Vocabulário B*. Esta categoria comporta palavras fabricadas com objetivos políticos evidentes. Nas palavras do autor “Tratava-se de uma espécie de taquigrafia verbal, frequentemente resumindo grandes extensões de ideias em poucas sílabas, mostrando-se, ao mesmo tempo, mais precisas e eficazes que o vocabulário empregado no dia a dia”.<sup>134</sup> Logo, as palavras do *Vocabulário B* resultam sempre da união de duas ou mais palavras, ou de partes, reunidas visando a facilitar a pronúncia:

Para dar um exemplo: a palavra *bompensar*, que muito grosseiramente poderia ser traduzida por “ortodoxia”, ou, na função de verbo: “pensar de maneira ortodoxa”. O vocábulo era flexionado da seguinte maneira: substantivo-verbo, *benepensar*; particípio, *benepensado*; gerúndio, *benepensando*; adjetivo, *benepensivo*; advérbio, *benepensamente*; substantivo deverbal, *benepensador*.<sup>135</sup>

<sup>132</sup> *Ibid.*, p.350.

<sup>133</sup> *Ibid.*, p.352.

<sup>134</sup> *Idem.*

<sup>135</sup> *Idem.*

Muitas palavras são extremamente indesejadas pelo Partido. Palavras como liberdade, justiça, democracia, ciência, religião dentre outras, passaram a ser englobadas por poucos vocábulos e caracterizavam o *crimepensar*.<sup>136</sup> Como já foi observado, o propósito era diminuir progressivamente o repertório de palavras e, sobretudo, destruir palavras de apelo ideológico forte como as mencionadas acima. Orwell constrói as palavras do *Vocabulário B* como a expressão ideológica do Partido, muitas delas sendo eufemismos, outras expressando justamente o contrário daquilo que se poderia entender. Por exemplo, a palavra *campofolia* significa campo de trabalhos forçados, *Minipaz* é a forma reduzida de Ministério da Paz, ou seja, divisão institucional responsável pela guerra, como o “Departamento de Defesa” estadunidense.

O *Vocabulário C* é composto de termos científicos e técnicos. A estrutura não difere das anteriormente citadas. Nesse vocabulário os cientistas e técnicos encontrariam todas as palavras para desenvolver suas funções em programas do Partido. No universo de 1984 não existe Ciência tal como conhecemos, toda investigação ou empreendimento técnico serve apenas para reforçar o domínio do partido e atingir seus objetivos políticos. Desse modo, a partir e, através da linguagem, o Partido diminuiria radicalmente a possibilidade do pensar e agir humanos, reduzindo sobremaneira a possibilidade de transformação da vida social.

Embora a literatura não seja o reflexo da sociedade, ela tem base em uma realidade histórica na qual o escritor está inserido. A partir da criação da novafala podemos apontar críticas de Orwell em relação ao discurso político e à própria cena intelectual da Inglaterra. Nesta perspectiva, o lugar que o sujeito ocupa na produção é decisivo no estabelecimento do sentido. O discurso não é simplesmente um conjunto de enunciados, frases e palavras. Há sempre um conjunto de relações sociais que o constitui. Dessa forma, o fazer literário “permite ao artista se colocar certos problemas sobre a realidade que ele vive ou que lhe é relatada e responder artisticamente a esses problemas, sempre de acordo com seu ponto de vista”.<sup>137</sup> Orwell nos dá exemplos da vida real ao citar os termos *nazi*, *Gestapo*, *Comintern*, *Imprecorr*, *agitprop*. Segundo o autor, o objetivo disso não era apenas poupar tempo. O emprego de siglas e abreviações se tornou característica da linguagem política nas primeiras décadas do século passado, sobretudo, nos países e organizações de caráter totalitário. Vejamos o seguinte trecho:

Observou-se que tais abreviações estreitavam e modificavam sutilmente o sentido das palavras originais, eliminando a maior parte das associações que de outra forma se manteriam vinculadas a elas. As palavras *Internacional*

<sup>136</sup> Qualquer tipo de desvio em relação a doutrina do Partido.

<sup>137</sup> BACCEGA, Maria Aparecida. **Palavra e discurso**: história e literatura. São Paulo: Ática, 2007. p.128.

*Comunista*, por exemplo, evocavam uma imagem em que se misturavam a fraternidade universal, as bandeiras vermelhas, as barricadas, a figura de Karl Marx e a Comuna de Paris. O termo *Comintern*, por sua vez, transmite apenas a ideia de uma organização unida e fechada, dotada de um corpo doutrinário bem definido. Refere-se a algo quase tão facilmente reconhecível e de finalidade quase tão limitada quanto uma cadeira ou uma mesa. Se *Comintern* é uma palavra que a pessoa pode pronunciar de forma quase automática, a expressão *Internacional Comunista* exige um mínimo de reflexão.<sup>138</sup>

As experiências de George Orwell na BBC foram decisivas na construção de *1984*. A linguagem, em especial a linguagem política vinculada aos meios de comunicação, era sua preocupação constante. A corrupção intelectual aliada ao “burocratês” é abordada em seu memorável ensaio *A política e a língua inglesa*<sup>139</sup> em que crítica a imprecisão da linguagem utilizada na imprensa, na qual as palavras são empregadas de modo que pareçam imparciais e juízos tendenciosos adquiram aparência científica. Argumenta que a tendência da prosa moderna é afastar-se da concretude, dessa maneira, a “escrita moderna” não se fundamenta nas escolhas de palavras pelo seu sentido objetivando um entendimento mais preciso. Portanto, o escritor deve ter claro em mente a mensagem que quer transmitir e quais palavras melhor a expressam. O eufemismo no discurso político é duramente atacado:

Em nosso tempo, o discurso e a escrita política são, em grande medida, a defesa do indefensável. Podem-se defender coisas como a continuação do domínio britânico na Índia, os expurgos e as deportações russas, as bombas atômicas jogadas sobre o Japão, mas somente com argumentos que são brutais demais para a maioria das pessoas e que não estão de acordo com os objetivos declarados dos partidos políticos. Desse modo, a linguagem política precisa consistir, em larga medida, em eufemismos, argumentos circulares e pura imprecisão nebulosa. Aldeias indefesas são bombardeadas por aviões, os habitantes são expulsos para o campo, o gado é metralhado, as cabanas incendiadas por bombas incendiárias: isso se chama *pacificação*. Milhões de camponeses têm suas fazendas roubadas e são mandados para a estrada com não mais do que aquilo que podem carregar consigo: isso se chama *transferência da população* ou *retificação de fronteiras*. Pessoas ficam presas durante anos, sem julgamento, ou são fuziladas na nuca, ou são mandadas para morrer de escorbuto em acampamentos de lenhadores no Ártico: isso se chama *eliminação de elementos não confiáveis*.<sup>140</sup>

A percepção do autor acerca da linguagem política, de anarquistas a conservadores, é de que era projetada para dar uma aparência sólida a argumentos completamente sem fundamento, para que as mentiras pudessem ser reconhecidas como verdades incontestáveis e o assassinato sempre fosse apresentado melhor do que é na realidade. Presumivelmente, Orwell esteve atento à palavra como indicador de mudanças sociais, como afirma Mikhail Bakhtin. Na

<sup>138</sup> ORWELL, 2009, p.356.

<sup>139</sup> Politics and the English language, *Payments Book*, 11 de outubro de 1945; *Horizon*, abril de 1946.

<sup>140</sup> ORWEL, 2011, p.153/154.

obra *Marxismo e filosofia da linguagem*, Bakhtin evidencia que tudo que é ideológico tem um significado e reporta-se a algo localizado fora de si mesmo. Logo, há uma correspondência entre o domínio do ideológico e o domínio do signo, pois tudo que é ideológico conserva um valor semiótico. Por esse motivo, a crítica de Bakhtin ao idealismo e ao positivismo psicologista, pois a ideologia não pode derivar da consciência. A consciência é construída e moldada a partir dos signos criados por um grupo organizado no decorrer de suas interações sociais.

Os signos são o alimento da consciência individual, a matéria de seu desenvolvimento, e ela reflete sua lógica e suas leis. A lógica da consciência é a lógica da comunicação ideológica, da interação semiótica de um grupo social. Se privarmos a consciência de seu conteúdo semiótico e ideológico, não sobra nada. A imagem, a palavra, o gesto significante, etc. constituem seu único abrigo. Fora desse material, há apenas o simples ato fisiológico, não esclarecido pela consciência, desprovido do sentido que os signos lhe conferem.<sup>141</sup>

Para Bakhtin toda palavra é consumida pela sua função de signo. A palavra não compreende nada além que não esteja relacionado com essa função, nada que não tenha sido produzido por ela. A palavra é o modo mais puro e sensível de relação social. Sendo assim, a palavra é, portanto, fenômeno ideológico por excelência:

É devido a esse papel excepcional de instrumento da consciência que a palavra funciona como elemento essencial que acompanha toda criação ideológica, seja ela qual for. A palavra acompanha e comenta todo ato ideológico. Os processos de compreensão de todos os fenômenos ideológicos (um quadro, uma peça musical, um ritual ou um comportamento humano) não podem operar sem a participação do discurso interior.<sup>142</sup>

Em vista disso, a hipérbole criada por Orwell é um indicativo de como a utilização dos signos pode condicionar as formas de consciência, aumentando o grau de conformação política. As limitações próprias da Novafala dificultam a articulação de ideias políticas de sublevação, prendendo as personagens nos pensamentos mais triviais e utilitários. Isto é, como expressão ideológica do Partido, o idioma fictício limita as possibilidades da construção do discurso interior, regulando as formas de consciência individual. Portanto, se a palavra se faz presente em todos os atos de compreensão e todas as práticas de interpretação, um governo que pretendesse a dominação total e completa de determinada população não prescindiria da linguagem como instrumento de dominação ideológica.

Segundo Bakhtin, as palavras são produzidas com base em uma multiplicidade de fios ideológicos e articulam todas as relações sociais em todos os setores. Como já mencionamos, a

---

<sup>141</sup> BAKHTIN Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 13ª ed. São Paulo: Hucitec Editora, 2012. p.34

<sup>142</sup> *Ibid.*, p.36.

palavra é o indício mais sensível das transformações sociais, mesmo aquelas que apenas emergem embrionariamente, ainda sem forma definida, que ainda não constituíram sistemas ideológicos estruturados. A intermediação entre o homem e sua realidade concreta é efetuada pelas linguagens, sobretudo a linguagem verbal, pela palavra. Portanto, construção de novas realidades sociais é uma possibilidade que nos é dada especialmente pela palavra que adquire seus significados nos discursos. Os atos de fala, pessoais e singulares, consistem na tomada de um processo coletivo, isto é, a fala é invariavelmente um resultado de um indivíduo social, já que os significados são estabelecidos entre os sujeitos organizados socialmente. Logo, o homem se constitui na interação verbal. A língua é realização de toda sociedade, de todos os homens no decurso do tempo. De acordo com Maria Aparecida Baccega:

A língua não é apenas um instrumento com a finalidade de transmitir informações. É todo um dinâmico que abarca o movimento da sociedade: por isso, é lugar de conflitos. Esses conflitos se “concretizam” nos discursos. Neles, as realizações linguísticas trazem inscritas as diferenças de interesses, as propostas de direções diversas ao mesmo processo histórico.<sup>143</sup>

O campo da Comunicação é por onde necessariamente passa essa problemática. A produção e reprodução de técnicas no ato de comunicar que mudam as percepções humanas do acontecer social. As palavras, por serem polissêmicas, precisam ser entendidas levando em consideração “as condições da produção do discurso, a formação discursiva em que esse discurso se inscreve e a formação ideológica a que se filia”.<sup>144</sup> Por condições de produção podemos entender o complexo de fatores que cerca a produção de um discurso. Por formação ideológica compreende-se o conjunto de atitudes e representações que tocam posições de classe social, econômica, política, de onde se fala. Cada formação ideológica pode conter diversas formações discursivas em interação. Por isso, as palavras podem adquirir sentidos diferentes de acordo com a formação ideológica e discursiva a que se associa. A linguagem, portanto, é um aspecto fundamental no entendimento da sociedade e os discursos que a atravessam. A novafala, como metáfora, aponta tanto para o aparecimento de um linguajar característico da sociedade industrial de massa, isto é, de uma sociedade administrada; sua manifestação nas siglas dos partidos políticos (1.2) e na composição eufemística do discurso (1.3).

---

<sup>143</sup> BACCEGA, Maria Aparecida *op. cit.*, 2007. p.48

<sup>144</sup> BRANDÃO, Helena. Enunciação e construção do sentido. In: FIGARO, Roseli (org.). **Comunicação e análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2013, p.19-43.



### 3. MUTABILIDADE DO PASSADO: DISTOPIA DA HISTÓRIA

#### 3.1 A UTOPIA DE WINSTON: UM MUNDO ONDE OS ANIMAIS EXTINTOS POSSAM SE MOVER

Uma das características fundamentais da condição humana é a capacidade de projeção. Para ilustrar esta prerrogativa voltamos ao exemplo dado por Karl Marx na obra *Ideologia Alemã*. Mesmo o pior dos construtores humano é superior a melhor das abelhas. Ainda que na execução comparada de suas tarefas, a abelha seja performaticamente superior, executando a tarefa de maneira automática e com alto grau de precisão como todas as outras abelhas foram programadas a fazê-lo; o ser humano projeta sua construção mentalmente antes da execução, mesmo que o resultado final não corresponda perfeitamente à *prévia ideação*, essa faculdade corresponde unicamente à capacidade racional do ser humano.

Temos a imaginação indispensável para o desempenho daquilo que deve vir a existir. Além disso, a imaginação pode ter um nível de exigência ainda maior, que podemos nomear de imaginação utópica. Nas palavras de Teixeira Coelho seria a imaginação “capaz de prolongar o real existente na direção do futuro, das possibilidades; capaz de antecipar este futuro enquanto projeção de um presente a partir daquilo que neste existe e é passível de ser transformado. Mais: de ser melhorado”.<sup>145</sup> Primeiramente, tem seu ponto de partida no indivíduo, mas a seguir, nutre-se “dos fatores objetivos produzidos pela tendência social da época, guia-se pelas possibilidades objetivas e reais do instante, que funcionam como elementos mediadores do processo de passagem para o diferente existir amanhã”.<sup>146</sup> Isto é, a imaginação utópica é resultado da vontade humana e lida com dados reais da sociedade. Diferentemente da profecia, que é uma antecipação daquilo que necessariamente ocorrerá, a imaginação utópica é propositiva.

A palavra utopia remonta ao século XVI, mais precisamente em 1516, quando Thomas More publica em latim a obra *Utopia*. No desabrochar da Idade Moderna, o livro representa a vida levada pelos habitantes de uma ilha, a ilha de Utopia, ou seja, de *ou-topos*, a ilha de lugar nenhum. A referida obra representa um marco na utopia política no Ocidente, isto é, uma vida projetada sob uma nova configuração política da sociedade. Quase um século depois temos *La città del sole* (*A cidade do sol*, 1602), de Tommaso Campanella (1568-1639), que fala de uma cidade ideal no hemisfério sul. Essa cidade seria constituída simetricamente por sete anéis e as

---

<sup>145</sup> COELHO, Teixeira. **O que é utopia?** In: Primeiros passos vol.3. O que é revolução. O que é utopia. O que é anarquismo. São Paulo: Círculo do livro, 1993. p.82.

<sup>146</sup> *Ibid.*

ornamentações em seus muros inspirariam a busca do conhecimento, o respeito aos deuses e o amor pela natureza. A propriedade é coletiva, a educação é universal e as relações sexuais são controladas, proibindo a promiscuidade e o sentimento de patriotismo “é consolidado pela adoração ao sol, institucionalizada por meio de orações quatro vezes ao dia”.<sup>147</sup> Ao longo do período moderno outras utopias surgiram inspiradas no modelo instituído por Thomas More, embora seja possível encontrar no pensamento platônico um modelo semelhante.

No século IV a.C., embora a palavra ainda não existisse, podemos encontrar no mundo clássico grego um projeto utópico rigorosamente sistematizado, *A República* de Platão. O sonho político de Platão era a constituição de uma cidade perfeita que seria governada pelo rei filósofo. Nela, os homens estariam dispostos de acordo com seus níveis de renda, distribuídos em três classes sociais: governantes, auxiliares e a população em geral. A primeira e a segunda estariam incumbidas da defesa e administração, portanto, encarregados das forças armadas e dos assuntos públicos, ao passo que os outros teriam que atender às necessidades materiais da sociedade. A direção da cidade ideal caberia ao rei filósofo que seria escolhido entre aqueles do primeiro grupo. A partir da indicação de um grupo seletivo, o rei filósofo deveria governar com sabedoria para seus súditos. Não haveria eleições, pois segundo Platão, governa aquele que *sabe* e não aquele escolhido pela maioria.

Algumas questões são recorrentes nas imaginações utópicas, a citar a abolição da propriedade privada, a questão da eliminação do trabalho ou a diminuição do tempo dispensado a esta atividade. Na Utopia, por exemplo, todos trabalham para que todos trabalhem menos. Na imaginação utópica, existe ainda um interesse pela vida comum dos habitantes, a liberação ou a privação sexual, os papéis sociais do homem e da mulher etc. No caso específico da Utopia temos um paralelo interessante com a obra *1984*, como aponta Teixeira Coelho: “Além do mais, ‘todos ficam de olho em você, de modo que se é obrigado a trabalhar e fazer uso conveniente do tempo livre’. Este olho debruçado sobre todos antecipa o Grande Irmão de *1984*, que a todos vigia através da TV”.<sup>148</sup>

A partir da imaginação utópica estabelecida na obra de Platão e Thomas More, o que Teixeira Coelho chama de “arquetipo de utopia política”, segue uma série de outras com aproximações e distanciamentos, mas ainda assim a estrutura tem como referencial a República e a Utopia. É interessante notar como os programas utópicos projetam uma configuração de um mundo possível no futuro, e por outro lado, sob determinados aspectos, são retroativos, a defesa

---

<sup>147</sup> CLAEYS, 2013, p. 118.

<sup>148</sup> COELHO, *op. cit.*, p.94.

de um regresso a uma situação idealizada no passado, que teria acontecido no princípio da humanidade. Na tradição judaico-cristã, podemos perceber esse movimento pela queda do homem do Éden e a busca pelo paraíso perdido, seja ele nesse plano ou no outro, olhar para trás é:

[...] um traço próprio da imaginação utópica, por mais que alguns pretendam renegá-lo por reacionário, e pode ser tomado como uma vontade de aprender e integrar esse passado à vida do homem e do grupo, a fim de evitar que percam suas amarras e se alienem.

Mas ambos são também aquilo que a imaginação utópica declina: emblemas do futuro, que arrancam soluções do passado para projetá-las, jogá-las para frente, reformuladas. Sob este aspecto, são exemplos daquele utópico concreto, distinto do sonho abstratamente utópico porque leva em consideração as possibilidades históricas de realização.<sup>149</sup>

Além disso, é comum a extremada preocupação com a ordem, a necessidade indispensável de racionalizar a vida. Nesse sentido, Platão condena o poeta e o artista alegando que a arte é um desvio. Na cidade perfeita, Platão fala ainda de raças metálicas, das quais os filósofos eram oriundos e, por isso, sua vocação natural para os assuntos públicos. É significativa a centralização contida no pensamento platônico, centralização que se manifestou de forma autoritária sob diversas formas ao longo do século XX, como a onda de regimes fascistas e totalitários por toda Europa e, posteriormente, nas ditaduras latino americanas. A composição de distopias literárias no século XX como *Nós* do russo Evgueny Zamiatin (1921), *Admirável mundo novo* de Aldous Huxley (1936) e *1984*, objeto de nossa investigação, surge como uma crítica não apenas ao caráter cada vez mais autoritário da política, ou à própria falta de política como diria Hannah Arendt, mas também ao caráter disciplinador das utopias:

Esse outro lado da utopia, sua face oculta, torna obrigatório concluir que nem tudo, sem seus domínios, é essa suposta terra amena do mel e do vinho. Mesmo porque há utopias que são declaradamente “más”. É o caso do *Admirável mundo novo* e *1984*. Em ambas, o Estado não oculta sua vocação totalitária, e tanto uma como outra são, no fundo, a República levada a suas últimas consequências. No mundo novo temido por Huxley, o indivíduo está condenado desde a infância. Habitado a não pensar por conta própria, a sempre seguir seu líder, esse indivíduo sem livre-arbítrio e sem consciência revela-se perfeitamente adaptado a suas funções (“cada um ocupa-se de suas coisas”) e sente-se, assim, “feliz”. É um indivíduo programado, mas está errado dizer que o é desde a infância: está programado “desde a concepção”, já que é um bebê de profeta. E as coisas não são nada melhores em *1984* com seus minutos de ódio programado, o Grande Irmão que tudo guarda e observa, os copistas encarregados de mudar o passado que não se adapta às palavras do Estado (intolerado e condenado não é apenas o indivíduo que se opõe ao Estado; condenada e eliminada é a própria história), os processos de tortura psicológica capazes de fazer os melhores dos seres humanos renegar aquilo que lhes é mais vital. Um mundo cujo totalitarismo se infiltra na própria

<sup>149</sup> *Ibid.*, p.95.

linguagem, regido que é por três palavras de ordem: “A guerra é paz”, “A liberdade é a escravidão”, “A ignorância é a força”.<sup>150</sup>

Como vimos, existem diferentes aspectos que cercam o conceito de utopia, assim se faz necessária a distinção entre os diferentes tipos de programas imaginados no futuro. Embora, sob diversos aspectos, esses escritos tenham semelhanças, é preciso diferenciá-los para uma melhor compreensão. Nesse sentido, dispomos de outros dois conceitos, espécies do gênero da utopia. Temos assim: a distopia, o lugar ruim, e a eutopia, o lugar bom; no entanto, é preciso ter cuidado com a aplicação desses conceitos, pois mesmo as eutopias não escapam de manifestar seu caráter distópico, mas por sua vez não foram pensadas no sentido de pesadelo, mas de sonho dentro de determinado horizonte de expectativas. Podemos citar, por exemplo, a já mencionada República de Platão, que seria seu sonho político e de muitos de seus seguidores, mas ia de encontro exatamente aos interesses políticos de seus contemporâneos. Se partimos do pressuposto de que o exercício da democracia direta era um dever e um direito para os cidadãos gregos, a cidade ideal de Platão é o pesadelo social para a comunidade política da época:

É que, como observa Karl Popper, Platão e muitos Utopos mostram-se na verdade contra toda mudança política, embora se possa talvez conceder-lhes a honestidade de propósitos quando dizem que isso é para o bem de todos. Seja como for, essas limitações acabam por instituir um tipo especial de ditadura: a sofocracia, como diz ainda Popper. Isto é, um regime onde prevalece soberanamente o poder dos que detêm a erudição, senão o saber. E regime forte, esse: a palavra do Estado (uma vez que na cidade ideal – como aliás em muitos países que conhecemos – o governo é confundido com a classe dominante, por vontade desta) não pode ser contrariada. A pena para o crime de discordar das opiniões e diretivas do Estado pode ser a morte, decidida por um nebuloso Conselho Noturno.<sup>151</sup>

Já apontamos aqui, o conceito de imaginação utópica, a imaginação capaz de projetar no futuro o real, a partir das inquietações e desejos surgidos no presente. A partir disso, podemos falar então de uma *imaginação distópica* que, ao contrário da imaginação utópica que visa à antecipação de um futuro imaginado, projeta-se e move-se para tal, (a imaginação distópica) serve como um freio, um alerta para a sociedade de caminhos catastróficos que pode trilhar. Podemos dizer então que o corte fundamental entre a utopia e a distopia se manifesta no propósito imaginativo que cada uma traz consigo, isto é, mesmo que a utopia possua um caráter distópico sob determinada medida, ela conserva seu caráter eutópico à medida que se manifesta como um desejo, um ideal ao ser alcançado, ao passo que a distopia é sempre um alerta de algo a ser evitado, é claramente um protesto, uma crítica à sociedade em que foi produzida, algo que

---

<sup>150</sup> *Ibid.*, p.101/102

<sup>151</sup> *Ibid.*, p.98.

também compartilha com a utopia. Ambas só podem ser entendidas a partir de um espaço de experiência e um horizonte de expectativas.

A partir de um estudo rigoroso da linguagem, Koselleck assinala as transformações que produziram a modernidade europeia na transição do século XVIII para o XIX. No cerne da sua reflexão se encontra o conceito de história. A partir da sua investigação científica percebe uma mudança radical na utilização do termo. Até a metade do século XVIII, a expressão história (*Historie*) era utilizada no plural para se referir a narrativas históricas específicas, a partir desse período é cada vez mais utilizado o termo História (*Geschichte*) no singular para assinalar uma sucessão de acontecimentos unificados que integram a marcha da humanidade, e como o próprio relato dessa marcha. Como observa Marcelo Jasmin:

A essa “singularização semântica da História, que expressa a inclusão de toda a humanidade em um único processo temporal, corresponde a sua transformação em objeto de teorias políticas e filosofias que imaginam poder apreender o passado, o presente e o futuro como uma totalidade dotada de sentido previamente definido.<sup>152</sup>

A hipótese apresentada por Koselleck em *Futuro Passado* é de que no processo de demarcação da diferença entre passado e futuro, entre experiência e expectativa, coloca-se algo como o tempo histórico. A partir da análise de conceitos como revolução, progresso, desenvolvimento, história, entre outros, percebe-se de forma evidente, a alteração da relação entre passado e futuro. No período estudado, Koselleck aponta uma temporalização da história, em que se pode detectar uma aceleração que é característica da modernidade. No mundo cristão, até o século XVI, a história é uma constante expectativa do final dos tempos; em contrapartida ela é ao mesmo tempo a história das sucessivas prorrogações desse mesmo fim do mundo. Contudo, no lugar de um fim do mundo profetizado, um tempo diferente e novo foi começado. A partir daí o homem passou a viver na modernidade, consciente da sua condição de moderno:

Falando toscamente, até meados do século XVII a expectativa do futuro era limitada pela chegada do Juízo Final, quando a injustiça terrena encontraria uma compreensão trans-histórica. O destino, nesse sentido, era tão injusto como clemente, é claro que, também então, os homens deviam empenhar-se em prever e em agir de acordo com suas previsões. A arte do prognóstico político desenvolveu-se especialmente a partir do século XVI, passando a fazer parte da atividade de todos os governantes. Mas essas práticas não superavam o horizonte de uma expectativa cristã do fim. Precisamente porque antes do fim nada de fundamentalmente novo haveria de acontecer, podia-se tirar conclusões do passado para o futuro. As conclusões da experiência

---

<sup>152</sup> JASMIN, Marcelo. Prefácio In: KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2012. p.11.

anterior, projetadas para o futuro esperado, utilizavam elementos estruturalmente sempre iguais.

Isso só mudou no século XVIII, quando os resultados da ciência e da técnica pareciam abrir um espaço ilimitado de novas possibilidades.<sup>153</sup>

Apenas quando as expectativas cristãs do Juízo deixaram de ser uma presença permanente, é que se pôde desvelar um tempo que se transfigurou em ilimitado, abrindo o caminho para o novo. O desenvolvimento das ciências, que cada vez mais prenunciavam e proclamavam mais descobertas no futuro, bem como a descoberta de um Novo Mundo, contribuíram para construir a consciência de uma história universal, inaugurando um novo tempo. Daí o conceito de tempo moderno (*Neuzeit*) vai pouco a pouco se delineando, o “novo tempo”, como conceito da experiência histórica em que se acumulam constantemente novas expectativas em relação ao futuro, pouco difundido na historiografia e na teoria da história do século XVIII, prevalecendo a consciência de que aproximadamente três séculos se viviam em um novo tempo, que se distinguia dos antecessores como uma nova era. Como sustenta Koselleck, a partir da segunda metade do século XVIII temos indícios que indicam substancialmente um novo conceito de tempo:

O tempo passa a ser não apenas a forma em que todas as histórias se desenrolam; ele próprio adquire uma qualidade histórica. A história, então, passa a realizar-se não apenas no tempo, mas através do tempo. O tempo se dinamiza como uma força da própria história. Mas esta nova fórmula da experiência pressupõe também um novo conceito de história, a saber, a história como singular coletivo, que a partir de mais ou menos 1780 pôde ser concebido como uma história em si, sem um objeto a ela coordenado ou um sujeito pré-ordenado.<sup>154</sup>

Dessa forma, os séculos transfiguraram-se em conceitos temporais da experiência histórica; esta nova conformação já é entendida como secular. Assim, os processos históricos são entendidos reflexivamente, evoluem, até o conceito de desenvolvimento ser possível. Com a expansão europeia e o confronto com outras culturas organizadas de maneira completamente distinta, passa-se a ordenar diacronicamente por uma comparação sincrônica. Isto é, olha-se para a América “selvagem” a partir da Europa “civilizada”, o que significava igualmente olhar para trás, assim as comparações organizaram a história do mundo “que passava a fazer parte da experiência, interpretada como um progresso para objetivos cada vez mais avançados”.<sup>155</sup> Esta experiência inicial do progresso, que foi possível em torno de 1800, tem fundamento no conhecimento anacrônico que acontece em um tempo cronologicamente igual. A partir do

---

<sup>153</sup> KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2012. p.238.

<sup>154</sup> *Ibid.*, p.282/283.

<sup>155</sup> *Ibid.*, p.284.

século XVIII as desconformidades em relação à mais adequada ordenação ou ao cenário do desenvolvimento técnico-científico e econômico passaram ser organizados gradativamente pela experiência histórica, então, toda história assumiu uma constituição temporal própria.

A simultaneidade daquilo que não é contemporâneo entre si, de início uma experiência surgida da expansão para o ultramar, passou a ser o padrão básico para que a crescente unidade da história universal a partir do século XVIII fosse interpretada como progresso.<sup>156</sup>

Nesse sentido, “experiência” e “expectativa”, como categorias históricas, são equivalentes às de espaço e tempo. Em concordância com Koselleck, todas as histórias foram constituídas pelas experiências vivenciadas e pelas expectativas das pessoas que sofrem ou atuam. Assim, o par de conceitos é interativo, isto é, um não pode existir sem o outro. Essas duas categorias apontam para uma condição sem a qual a história não seria possível. Como um dado antropológico prévio, são categorias oportunas:

[...] para nos ocuparmos com o tempo histórico, pois elas entrelaçam passado e futuro. São adequadas também para se tentar descobrir o tempo histórico, pois, enriquecidas em seu conteúdo, elas dirigem as ações concretas no movimento social e político.<sup>157</sup>

Esperança, temor, aspiração, ansiedade, além disso, a análise racional, curiosidade, constroem a expectativa e a formulam. Embora se relacionem, experiência e expectativa não são conceitos proporcionais complementares. Ao contrário, apresentam formas de ser distintas. Uma expectativa, de modo algum, pode ser apreendida completamente da experiência, tal como passado e futuro não se confundem. A experiência, uma vez realizada, está concluída uma vez que suas causas são passadas, enquanto a experiência futura, antecipada como expectativa, se divide em uma série de momentos temporais. Nesse sentido, é fundamental estabelecer que a presença do passado é diferente da presença do futuro. Assim, argumenta Koselleck, é mais adequado falarmos em termos de “espaço de experiência” e de “horizonte de expectativa do que do contrário, ainda que “horizonte de experiência” e “espaço de expectativa” possam também expressar um sentido.

A experiência, proveniente do passado, é uma composição em que muitos estratos de tempos anteriores estão sincronicamente existentes, sem menção a um antes e depois. As experiências já adquiridas podem ser modificadas com o tempo. Dessa maneira, se justapõem, se misturam umas nas outras, abrindo caminho para novas expectativas. A estrutura temporal da expectativa não permite que esta possa ser adquirida sem experiência. A diferença entre as

---

<sup>156</sup> *Ibid.*, p.293.

<sup>157</sup> *Ibid.*, p.308.

duas categorias nos leva a uma qualidade fundamental da história: as coisas podem ocorrer de forma diferente daquilo se imaginou. Quando se rompe o horizonte de expectativas, cria-se uma experiência nova:

O ganho de experiência ultrapassa então a limitação do futuro possível, tal como pressuposta pela experiência anterior. Assim, a superação temporal das expectativas organiza nossas dimensões de maneira nova. [...] é a tensão entre a experiência e expectativa que, de uma forma sempre diferente, suscita novas soluções, fazendo surgir o tempo histórico.<sup>158</sup>

A verossimilhança de um futuro previsto provém dos dados anteriores do passado, organizado cientificamente ou não. No diagnóstico, portanto, estão compreendidos os dados. Dessa maneira, o que desloca o horizonte de expectativa é o espaço de experiência aberto para o futuro, assim as experiências liberam os prognósticos e os conduzem. Da mesma forma, os prognósticos são determinados pela necessidade de aguardar algo. Assim, a previsão libera expectativa a que se somam receio e esperança, de modo que o espaço de experiência pressuposto jamais determina o horizonte de expectativa. Por essa razão não há como entender a relação espaço de experiência e horizonte de expectativa sem a dinâmica que lhe é inerente. Koselleck assevera que no período moderno a diferença entre experiência e expectativa aumenta de forma progressiva, o período moderno só pode ser entendido como um tempo novo desde que as expectativas passam a afastar-se cada vez mais das experiências realizadas até aquele momento. A partir de então a história pôde ser entendida como um único processo contínuo com sucessivos melhoramentos. Deste momento em diante o horizonte de expectativa passa a integrar um “coeficiente de mudança” que se desenvolve com o tempo.

Produto do final do século XVIII, o conceito de progresso buscou abarcar um grande número de novas experiências dos três séculos predecessores. O conceito alimentou-se de novas experiências individuais, de setores específicos que interferiram radicalmente no cotidiano e que anteriormente não existiam. Desse modo, o progresso juntou experiências e expectativas afetadas por um *coeficiente de variação temporal*. Como coloca Terry Eagleton, a própria “cultura” como equivalente de “civilização” fazia parte do espírito do Iluminismo, com seu tributo ao autodesenvolvimento progressivo e secular.<sup>159</sup> Então, grupos, países tinham consciência de estarem adiantados em relação a outros, ou procuravam alcançá-los ou passar à frente.

---

<sup>158</sup> *Ibid.*, p.313.

<sup>159</sup> EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. São Paulo: Editora Unesp, 2011. p.20.



Dessa maneira, a época do “Iluminismo” constitui um horizonte de expectativa que não apenas visa a alterar a sociedade, mas igualmente aperfeiçoá-la. Não bastou o abismo crescente entre passado e futuro; a diferença entre experiência e expectativa é constantemente superada, de forma cada vez mais acelerada, para que consiga permanecer viva e funcional. Portanto, a modernidade só conseguiu ser concebida como um novo tempo à medida que as expectativas se afastaram cada vez mais de todas as experiências anteriores. Na modernidade, a diferença entre expectativa e experiência obteve sua expressão “história em si” e sua propriedade particular de tempo moderno no conceito de progresso. Em 1770, Louis-Sébastien Mercier escreveu a obra *O ano 2440*, certamente o primeiro romance futurístico da literatura mundial. A Paris do ano de 2440 retratada por Mercier é uma utopia futurística precisa. O espaço de experiência das utopias até então era sobretudo espacial, tal qual seu modo de representação. Faltava ainda, fundamentalmente, o aspecto temporal do futuro como instrumento da utopia, pois existia um número relevante de utopias inclinadas para o passado. Como argumenta Koselleck:

[...] os contramundos espaciais das antigas utopias podem ser lidos como visões potenciais do futuro. Pois eles sempre contêm algumas irrealidades, cujos programas de contraste críticos podem chegar a invocar a transformação, a reforma ou a revolução do próprio mundo.<sup>160</sup>

O estabelecimento do romance futurístico se dá com incorporação da utopia na filosofia da história, isto é, a partir da segunda metade do século XVIII, justamente com Mercier. Isso mudou o *status* da utopia em pelo menos dois sentidos fundamentais. A primeira transformação relaciona-se com a função do autor. Agora, o autor de uma utopia futurística se transforma no próprio autor de sua utopia, isto é, o futuro não pode ser observado nem apurado, nem mesmo alcançado pela experiência:

Por isso, a utopia futurística é, dentro do repertório da criação ficcional, um feito genuíno e puro da consciência do autor. [...] O *status* ficcional de uma utopia temporal se distingue do *status* de uma utopia espacial. Os sinais da realidade de sua ficção não estão mais no espaço presente, mas só na consciência do autor. Só ele, nenhuma outra pessoa além dele, é o artífice da utopia, que se transforma em uchronia. A realidade do futuro só existe como produto do escritor; o fundamento verificável do presente é abandonado.<sup>161</sup>

Todas as utopias futurísticas se estabelecem a partir de pontos de contato com um presente que pode ser trazido não apenas de forma fictícia, mas também de forma empírica. O futuro disponibiliza uma reparação dos problemas atuais, sejam eles políticos, sociais, morais.

---

<sup>160</sup> KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**: estudos sobre história. 1.ed. – Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014. p. 123

<sup>161</sup> *Ibid.*, p.124/125.

Nesse sentido, a utopia serviu diretamente aos propósitos dos filósofos iluministas. Mercier apresenta sua Paris do futuro como ela será e não como deveria ser. A dedução de futuro melhor de um presente ruim é o paradigma que determina a configuração dessa utopia. Inferir do presente ruim um futuro ainda pior é o padrão que determina a configuração das distopias. A filosofia do progresso resultou em grandes inovações científicas e tecnológicas, por outro lado, trouxe uma série de problemas sociais que terão o seu ápice com as grandes guerras e na experiência inédita do totalitarismo. As promessas de felicidade não se concretizaram, como argumenta Freud:

Nas últimas gerações a humanidade fez progressos extraordinários nas ciências naturais e em sua aplicação técnica, consolidando o domínio sobre a natureza de um modo antes inimaginável. Os pormenores desses progressos são conhecidos; não é mister enumerá-los. Os homens estão orgulhosos dessas realizações, e têm direito a isso. Mas eles parecem haver notado que esta recém-adquirida disposição de espaço e tempo, esta submissão de forças naturais, concretização de um anseio milenar, não elevou o grau de satisfação prazerosa que esperam da vida, não os fez sentirem mais felizes.<sup>162</sup>

Os horrores da guerra, o fascínio e medo das inovações tecnológicas inspiraram sobremaneira as reflexões filosóficas e as criações literárias como *1984*. Se a boa utopia “descobre uma ponte entre o presente e o futuro naquelas forças no presente que são potencialmente capazes de transformá-lo”,<sup>163</sup> ao contrário, a distopia projeta no futuro pesadelos sociais potencialmente realizáveis. A distopia não é apenas a inversão dos paraísos utópicos, mas também a crítica impetuosa do caráter normalizador do utopismo como a encontrada na república platônica, como enfatiza Berlin:

Daí o protesto – e as antiutopias – de Aldous Huxley, Orwell ou Zamiatin (na Rússia do início da década de 1920), que pintam um quadro horripilante de uma sociedade sem atritos em que as diferenças entre os seres humanos são, tanto quanto possível, eliminadas, ou pelo menos reduzidas, e o padrão multicolorido dos vários temperamentos, inclinações e ideais humanos – em suma, o próprio fluxo da vida – é brutalmente reduzido à uniformidade, aprisionado em uma camisa-de-força social e política que fere e estrofia, terminando por esmagar os homens em nome de uma teoria monística, do sonho de uma ordem perfeita e estática.<sup>164</sup>

Em *Profecias do fascismo*<sup>165</sup> Orwell comenta sobre o livro *O tacão de ferro*, de Jack London (1907), especialmente sobre a grande procura durante o período de agressão fascista. O livro foi muito consumido na Alemanha e ganhou fama por ser um certo prognóstico da

<sup>162</sup> FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011. p.32

<sup>163</sup> EAGLETON, 2011, p.37

<sup>164</sup> BERLIN, Isaiah. **Limites da Utopia**: Capítulos das Histórias da Ideias. São Paulo: Companhia das Letras: 1991. p. 48/49.

<sup>165</sup> *Tribune*, 12 de julho de 1940. ORWELL, 2017, p.31-35.

ascensão de Adolf Hitler, embora Orwell considerasse que não se tratava disso, mas, na realidade, um conto de opressão capitalista. Para ele, London teve a percepção necessária para retratar que a transição do socialismo não seria automática, muito menos fácil. Os capitalistas não iriam simplesmente sucumbir em suas próprias contradições. Há a comparação entre o romance de London e o romance *The Sleeper Wakes* [O adormecido desperta], de H.G Wells (1910), que Orwell considera superior, mas em virtude do “temperamento selvagem London pôde captar algo que Wells aparentemente não captou, ou seja, que as sociedades hedonistas não duram muito”.

Em seguida, Orwell volta suas atenções para *Admirável mundo novo*, que considera uma brilhante caricatura dos anos 1930, mas “não lança nenhuma luz para o futuro”, porque uma classe governante que raciocinasse em função de uma “vida boa” perderia sua vitalidade em algumas gerações. Para Orwell, uma classe governante precisaria ter uma mística, uma moralidade poderosa que seria quase uma religião. Justamente nesse aspecto, London agrada mais a Orwell pois: “London aceitou as conclusões do marxismo e imaginou que as contradições do capitalismo, a inconsumível mais-valia e assim por diante, persistiriam mesmo após a classe capitalista ter-se organizado como um único corpo corporativo”.<sup>166</sup> Embora Orwell acreditasse que London tivesse dentro de si uma inclinação fascista devido a seu amor à violência, à força, exaltação do primitivo e coisas do gênero, isso o ajudou a entender como a classe detentora reagiria uma vez que fosse gravemente agredida e, nesse ponto, os socialistas marxianos deixaram a desejar:

Sua interpretação da história era mecanicista a ponto de não verem perigos que eram óbvios para pessoas que nunca tinham ouvido o nome de Marx. Às vezes se alega que Marx falhou ao não prever a ascensão do fascismo. Não sei se ele previu ou não – naquela época ele só poderia fazê-lo em termos muito genéricos –, mas de qualquer maneira é certo que seus seguidores falharam ao não perceber perigo algum no fascismo até eles mesmos atingirem o portão do campo de concentração. Um ano ou mais *depois* que Hitler chegou ao poder, o marxismo oficial ainda proclamava que Hitler não tinha importância e que o “fascismo social” (isto é, democracia) é que era o real inimigo. London provavelmente não teria cometido esse erro. Seus instintos o teriam advertido de que Hitler era perigoso. Ele sabia que as leis da economia não operavam da mesma forma que as leis da gravidade, que podiam ser controladas durante longos períodos por pessoas que, como Hitler, acreditassem em seu próprio destino.<sup>167</sup>

Orwell retoma a questão da utopia três anos depois em *Socialistas podem ser felizes?*.<sup>168</sup> Aborda a etimologia da palavra e assevera que todas as tentativas de retratar uma felicidade

---

<sup>166</sup> *Ibid.*, p.33.

<sup>167</sup> *Ibid.*, p.33.

<sup>168</sup> *Tribune*, 24 de dezembro de 1943. *Ibid.*, p.63-72.

permanente foram malsucedidas. Refere-se mais uma vez a H. G. Wells, que teria as mais conhecidas utopias modernas. A visão de Wells do futuro: “É um mundo cujas tônicas são um hedonismo esclarecido e a curiosidade científica. Todos os demônios e todas as misérias que agora nos afligem desapareceram”,<sup>169</sup> então medo, guerra, fome, pobreza, sobrecarga de trabalho e outras injustiças teriam desaparecido. Dessa maneira, é praticamente um consenso que todos nós desejamos um mundo assim, queremos abolir todas as coisas que nos prejudicam. Mas Orwell se questiona: “será que existe alguém que realmente quer viver numa utopia wellsiana?”.<sup>170</sup> A contraposição é feita a partir de *Admirável mundo novo*, que é, no entendimento do autor, uma manifestação do medo genuíno que o homem moderno sente da sociedade hedonista racionalizada que ele pode concretizar.

Com o progresso da técnica, várias questões que antes poderiam ser apenas almeçadas, poderiam agora ser realizadas e isso era tanto um desejo quanto uma ameaça. Orwell lembra que um escritor católico teria dito que, em termos técnicos, as utopias já eram realizáveis e, por essa razão, “*como evitar uma utopia* tornou-se uma questão séria”.<sup>171</sup> Com o avanço do movimento fascista, esta era uma observação a ser levada a sério, porque “uma das fontes do movimento fascista é o desejo de evitar que se crie um mundo racional demais e confortável demais”.<sup>172</sup> Segundo sua argumentação, os seres humanos parecem não ser capazes de descrever ou imaginar a felicidade que são seja em situações de contraste. Por esse motivo, Orwell diz que a concepção de céu ou de uma utopia varia de acordo com a época, pela suposta incapacidade do gênero humano de imaginar a felicidade senão na condição de abrandamento do cansaço ou do sofrimento, apresenta ao socialismo um grave problema, pois não é objetivo do socialismo o paraíso terreno. Aqui, ele expõe mais uma vez sua crença de que o objetivo concreto do socialismo é a fraternidade humana. A luta a que os homens entregam suas vidas, pela qual são torturados, morrem, não é para estabelecer um paraíso na Terra:

[...], mas porque eles querem um mundo no qual homens amem uns aos outros em vez de trapacearem e se assassinarem reciprocamente. E eles querem esse mundo como um primeiro passo. Para onde irão a partir daí ainda não é tão certo, e a tentativa de prever em detalhes só faz confundir a questão.<sup>173</sup>

Os criadores da utopia, em sua maioria, diz Orwell, são como o homem que tem dor de dente e, por isso, imaginam que a felicidade reside em não ter dor de dente. Portanto, querem edificar uma sociedade perfeita a partir de um prolongamento ininterrupto de algo que só foi

---

<sup>169</sup> *Ibid.*, p.65.

<sup>170</sup> *Idem.*

<sup>171</sup> *Idem.*

<sup>172</sup> *Idem.*

<sup>173</sup> *Ibid.*, p.71.

valioso porque era temporário. Embora Orwell, tenha lá sua parcela de razão, ao mesmo tempo, as utopias têm o mérito de ampliar os horizontes imaginativos das capacidades humanas. De maneira geral, cada época, cada sociedade tem seus próprios horizontes de expectativas sob os quais as utopias são edificadas. Talvez, a esta altura, evocar a figura de Paul Ricoeur e sua reflexão sobre a imaginação seja mais do que necessário.

De acordo com o filósofo francês, a dialética entre a utopia e a ideologia pode lançar alguma luz sobre a questão mal resolvida da imaginação enquanto problema filosófico. Cada uma delas, ideologia e utopia, possuem uma face negativa e uma face positiva, uma função construtiva e outra corrosiva, uma dimensão constitutiva e outra patológica. Sua hipótese é de que a polaridade ou a tensão entre utopia e ideologia pode ser trazida à tona através de um “exame de uma polaridade ou de uma tensão análogas entre as próprias noções. Pretendo que essa dupla polaridade entre utopia e ideologia e no seio de cada uma dessas noções pode ser posta na conta de traços estruturais daquilo que eu denomino *imaginação cultural*”.<sup>174</sup> Segundo Ricoeur, o conceito de utopia é marcado frequentemente por uma má reputação, que o considera como representante de um tipo de sonho social que por não está atento aos estágios reais e indispensáveis à construção de uma nova sociedade. Ao passo que a ideologia é sempre um conceito polêmico, nunca assumida em primeira pessoa. Nenhum de nós se reconhece como apanhado na ideologia, enquanto as utopias são reivindicadas pelos seus autores e inclusive estabelecem um gênero literário próprio. Deste modo as obras entendidas como utopias são assumidas por seus autores, enquanto as ideologias são refutadas pelos seus. O horizonte de sua pesquisa é, portanto, o exame dessa complementariedade cruzada entre ideologia e utopia:

Assim, tudo se passa como se a imaginação social, ou a imaginação cultural, operando simultaneamente de maneira construtiva e de maneira destrutiva, fosse simultaneamente uma confirmação e uma contestação da situação presente. Talvez seja fecunda uma hipótese segundo a qual a polaridade da ideologia e da utopia está relacionada com as diferentes figuras da não-congruência, características da imaginação social. E que talvez os lados respectivamente negativos e positivos de cada uma das duas noções estejam em relação mútua.<sup>175</sup>

Indo diretamente a Marx, o paradigma de uma imagem invertida da realidade é elementar para o primeiro conceito de ideologia. Toma a noção de “reflexo invertido da realidade” de Feuerbach que afirmava que no cristianismo sujeito e predicado são invertidos, os seres humanos são os sujeitos que prolongaram no divino suas características próprias (os predicados humanos), e o divino percebido pelos homens como um sujeito de que eles se

---

<sup>174</sup> RICOEUR, Paul. **A ideologia e a utopia**. 1ed. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. p. 16.

<sup>175</sup> *Ibid.*, p.17.

tornaram os predicados.<sup>176</sup> Assim como Feuerbach, Marx concebe a religião como paradigma, o exemplo maior de uma reflexão invertida da realidade que coloca tudo no avesso. No quadro da inversão está a imagem fundamental do conceito de ideologia de Marx que amplia o conceito de religião tomado de Feuerbach, estendendo o seu “funcionamento paradigmático da inversão entre sujeito e predicado para a totalidade do mundo das ideias”.<sup>177</sup> Isso resultou que religião e idealismo, conjuntamente, foram alçados à função de ideologia. Para o jovem Marx, o oposto de ideologia não seria ciência, mas a realidade como práxis. É materialista no sentido de que a materialidade da *práxis* é antecessora da idealidade das coisas. Sua crítica da ideologia é baseada na premissa de que a filosofia inverteu a ordem, e o objetivo é rearranjar a disposição das coisas, isto é, inverter uma inversão. Em um segundo momento, quando o marxismo tomou forma de uma teoria, e se transformou em um corpo de saber científico, o conceito de ideologia é alterado, e sua significação passa a se opor a ciência.

A ideologia se identifica a tudo o que é pré-científico em nossa própria abordagem da realidade social.

Nesse ponto, o conceito de ideologia engloba o de utopia. Todas as utopias – em particular, as utopias socialistas do século XIX, as de Saint-Simon, Fourier, Cabet, Proudhon, etc. – são tratadas pelo marxismo como ideologias. Como veremos, Engels traça uma oposição radical entre o socialismo utópico e o socialismo científico. Por isso, nessa abordagem, a utopia é ideológica na razão de sua oposição à ciência. A utopia é ideologia na medida em que ela é não-científica, pré-científica ou mesmo anticientífica.<sup>178</sup>

A linha de análise de Ricoeur procura estabelecer que o antagonismo entre a ideologia e a ciência é complementar à oposição mais primordial entre a ideologia e a vida social concreta, ou seja, entre a ideologia e a práxis. Nesse sentido, o substancial no contraste da ideologia e da práxis não é sua oposição, a distorção, ou ainda, a dissimulação da práxis através da ideologia. Seria, portanto, uma ligação interna entre as duas definições. Outro aspecto a ser destacado é a função da ideologia como agente legitimador da autoridade. Os sistemas de dominação obrigam não apenas a sujeição física, mas igualmente o consentimento e cooperação. Cada sistema de dominação não se vale apenas da dominação, quer igualmente que seu poder seja fundamentado, pois sua autoridade é legítima e o papel da ideologia é lhe conferir tal autoridade.

---

<sup>176</sup> “Tal paradigma da inversão, característico de Feuerbach, implica, portanto, um intercâmbio entre sujeito e sujeito, o sujeito humano e o predicado divino, que, aos olhos de sujeitos humanos, possui os predicados humanos”. *Ibid.*, p.19.

<sup>177</sup> *Idem.*

<sup>178</sup> *Ibid.*, p.21.

Particularmente, a utopia se caracteriza por um gênero semântico próprio. Ricoeur a considera uma elaboração indispensável da reflexividade, que nos permite compreender nossos papéis sociais, pela qual podemos projetar um lugar vazio em que refletimos sobre nós mesmos. Como falta à utopia uma unidade temática própria, busca entendê-la a partir da sua unidade de função. Ao permitir alterações imaginárias acerca da sociedade, política, poder, religião etc., a utopia, como o lugar do possível, libera e proporciona maneiras de viver para além da realidade existente, tem como função o desenvolvimento de novas perspectivas e alternativas à vida. A consideração de Ricoeur é de que a função mais radical da utopia e ideologia é inerente, ambas esbarram na zona fulcral da autoridade:

Se toda ideologia tende em última análise a legitimar um sistema de autoridade, toda utopia, o momento do outro, não deve enfrentar o problema do poder? O que, no final das contas, está em causa na utopia não é tanto o consumo, a família ou a religião, mas o uso do poder em cada uma dessas instituições. E a utopia não teria se tornado possível porque existe um problema de credibilidade em todos os sistemas de legitimação de autoridade? Não seria, em outros termos, a função da utopia expor o problema de credibilidade que surge ali onde os sistemas de autoridade excedem simultaneamente a nossa confiança neles e a nossa crença em sua legitimidade? O ponto de inflexão da ideologia, aquele em que a sua função integradora se reverte em distorção, é também, portanto, o ponto de inflexão da utopia.<sup>179</sup>

A utopia como gênero literário procura convencer o leitor através dos métodos retóricos da ficção. Para melhor entender o seu funcionamento, aponta Ricoeur, Mannheim procura estabelecer uma sociologia da utopia que segue três regras metodológicas. O primeiro passo seria definir um conceito operatório. Em segundo lugar, seria distinguir as utopias de acordo com as camadas sociais, isto é, a utopia como um discurso de um grupo. A terceira regra metodológica é que a utopia não é apenas um aglomerado de ideias, mas uma mentalidade, um *Geist*, um arranjo de elementos que dá sentido à ideias e sentimentos. Para Mannheim, toda utopia se determina por meio de seu antagonismo em relação às demais. Por isso, as utopias aparecem e se constituem em contrautopias reciprocamente concorrentes, desse modo “Algumas poderão ser tipicamente antiutopias, porque há um elemento de contrautopia em cada utopia”.<sup>180</sup>

Na análise de Mannheim cada utopia indica um sentido próprio do tempo histórico. O primeiro autor privilegiado por ele não é Thomas Morus, mas Thomas Müntzer. O critério inicial é que o anabatismo de Müntzer tem maior grau de distância entre a ideia e a realidade e,

---

<sup>179</sup> *Ibid.*, p.33/34.

<sup>180</sup> *Ibid.*, p.321.

simultaneamente, “o exemplo mais acabado de tentativa de realização do sonho utópico”.<sup>181</sup> Para Mannheim, abalar o *status quo* não é suficiente para definir a utopia. Em segundo lugar, é que a utopia quiliasta<sup>182</sup> atrela o ideal às demandas de uma camada social oprimida. É preciso também que a realização seja possível, por esse motivo:

Mannheim não considera *As leis* de Platão, e menos ainda *A república*, como utopias. Podemos mesmo falar de utopia antes do renascimento? Se a utopia, ao menos a utopia moderna, se define por essa conjunção entre ideal transcendente e a rebelião de uma classe oprimida, bem se trata do nascimento da utopia. É isso que igualmente exclui Thomas Morus como ponto de partida.<sup>183</sup>

Para Mannheim, a utopia quiliasta incentiva o nascimento de contrautopias, que estão direcionadas contra um reaparecimento dessa utopia essencial. De modo que as utopias liberais, conservadoras e socialistas vêem no anarquismo da utopia quiliasta o seu inimigo comum. De acordo com sua argumentação há na utopia quiliasta uma energia antiliberal, visto que não são as ideias que produzem a história, e sim “as energias liberadas pela perspectiva do Reino milenar”.<sup>184</sup> O segundo tipo de utopia mencionado por Mannheim é a utopia liberal humanitária. Esta confronta a ordem estabelecida em defesa de uma ideia. Prestigia sobremaneira a capacidade que a inteligência tem de instruir, portanto, é antiquialista, uma vez que não mobiliza energias. A utopia liberal resulta no idealismo alemão, que é decorrência dessa filosofia da educação, ou seja, a questão da *Bildung* mencionada anteriormente (2.1). O centro da utopia liberal é a ideia de Humanidade como modelo orientador, assim o seu sentido é conferido por uma visão da história semelhante às etapas da vida humana, sem a velhice e a morte: “A ideia central é a de um crescimento no rumo da maturidade. Trata-se de uma concepção de progresso, a qual está dirigida contra a sensibilidade histórica da utopia quiliasta. A mudança não intervém em todo momento, mas no resultado de uma evolução histórica”.<sup>185</sup>

O conservadorismo é o terceiro tipo de utopia abordado por Mannheim. Na qualidade de utopia, o conservadorismo potencializa atributos tais como o espírito de um povo, *Volkgeist*. As pessoas compõem uma comunidade, nação ou Estado, entendidas como partes de um organismo. Nesse sentido, o tempo está orientado sobretudo para o passado, um passado que abastece e ancora o presente: “Contra o *kairos* da primeira utopia e contra o progresso da segunda, o conservadorismo afirma um sentido para a duração, a tradição, a ideia de que algo

---

<sup>181</sup> *Ibid.*, p.322.

<sup>182</sup> O utopismo ocidental tem raízes profundas no cristianismo, o movimento quiliasta aponta para a realização de um reino milenar vindo do Céu.

<sup>183</sup> *Ibid.*, p.323.

<sup>184</sup> *Idem.*

<sup>185</sup> *Ibid.*, p.324.



é transmitido e sempre vivo, e que o presente seria vazio sem afluxo subterrâneo”.<sup>186</sup> Por fim, temos a quarta forma de utopia, a socialista-comunista. O que nos coloca diante do problema de sua classificação de utópico, um movimento que pretende ser antiutópico. Para Mannheim isso se deve a sua relação de síntese com as demais utopias citadas. Da utopia quiliasta é conservado o sentido de ruptura com a história. De igual maneira conserva o mais característico da tradição do progresso, a concepção de uma preparação temporal, de etapas a serem superadas. Depois da revolução, o aspecto conservador tem um papel fundamental na utopia socialista, que seria precisamente de conservar as conquistas da revolução. Uma vez no poder, o partido engendra estratégias de uma utopia conservadora. O tempo é encarado como uma sucessão de pontos estratégicos, assim o entrecruzamento das três primeiras utopias com a quarta é:

[...] particularmente reconhecível no sentido do tempo que caracteriza a utopia socialista-comunista. Mannheim estima que a contribuição decisiva dessa utopia é a maneira pela qual ela articula a relação do próximo e do distante. O distante é a construção do comunismo: será o fim da luta de classes, o fim da opressão, etc. O próximo implica as etapas necessárias à realização dessa meta, etapas que devem ser racionais. O socialismo, por exemplo, deve intervir em primeiro lugar, preceder a etapa do comunismo. A esse respeito, Mannheim fala da apreciação estratégica do tempo próprio à utopia socialista-comunista.<sup>187</sup>

Mannheim sustenta a posição de que a história da utopia evidencia uma proximidade gradativa da vida real, conseqüentemente, é a história da decadência da utopia. Assim, o sentido do tempo histórico é seriamente impactado pelo declínio da utopia. Concordamos com Ricoeur em seu questionamento do método de Mannheim, a escolha da sociologia em prejuízo da história, e podemos ainda colocar em dúvida a ideia de que o socialismo marxista é utópico.

Como sabemos, a distinção entre o socialismo utópico e o socialismo científico é proposta por Engels em obras como *Anti-Dühring* e *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã*. Segundo Engels, a ilusão utópica está na crença de que a verdade será assumida devido a sua qualidade intrínseca, apesar das circunstâncias históricas concretas, ao passo que o socialismo científico enfrenta as condições históricas para construção de uma nova realidade social. Mas a utopia não é meramente um sonho, ela quer sua realização: “Sem dúvida, a intenção utópica é mudar as coisas, e não se pode dizer como Marx, na décima primeira tese sobre Feuerbach, que ela é somente um modo de interpretar o mundo, e não de transformá-lo. Ao contrário, o pensamento utópico quer mudar a realidade”.<sup>188</sup> O que nos leva de volta à

---

<sup>186</sup> *Ibid.*, p.325.

<sup>187</sup> *Ibid.*, p.326.

<sup>188</sup> *Ibid.*, p.337.

hipótese defendida por Ricoeur, de que utopia e ideologia dizem respeito ao poder; enquanto a ideologia procura legitimá-lo, a utopia busca colocar outra coisa em seu lugar. Assim, todas as utopias colocam-se diante do problema da autoridade:

O efeito produzido pela leitura de uma utopia é o questionamento do que existe no presente: ela faz que o mundo atual pareça estranho. Normalmente somos tentados a afirmar que não podemos levar outra vida além da que vivemos atualmente. A utopia, porém, introduz um senso de dúvida que faz a evidência voar em pedaços. Ela opera à maneira da *epokhé* em Husserl, quando ele fala (nas *Ideen I*) da hipótese de colocar o mundo entre parênteses – o que é uma experiência puramente mental.<sup>189</sup>

A utopia pode direcionar para a fuga, mas também funciona como instrumento da crítica, minando a realidade. Como ficção ela é fundamental para projetar uma nova realidade. Como observa Ricoeur, as ideologias – segundo, portanto, essa definição – reproduzem o existente ao justificá-lo, logo, proporcionam um quadro (deformado) daquilo que é, em contrapartida a utopia tem a capacidade ficcional de reconfigurar a vida.

A partir da leitura detalhada de *1984* é possível perceber como os elementos utópicos abordados são mobilizados pelo autor para o debate acerca da crise da civilização ocidental, encarada não apenas no romance em si, mas em uma série de textos dedicados a obras e autores de utopias, levando em conta a própria discussão sobre o socialismo como alternativa viável (ou não) ao capitalismo. Influenciado pela longa tradição da literatura utópica inglesa, iniciando com Thomas More chegando até H.G Wells, Orwell apresenta um mundo em que a manipulação dos fatos e da história é feita deliberadamente, praticamente anulando a diferença entre passado – presente – futuro, isto é, da própria tensão entre espaço de experiência e horizonte de expectativa, indispensáveis para a própria noção de *tempo histórico*. O desprezo por fatos empiricamente comprováveis já incomodava Orwell desde sua participação na guerra civil, com o crescente descrédito da ideia de “verdade objetiva”, ele temia que a História, enquanto paradigma explicativo, desse lugar a propaganda, podendo ser entendida também como ideologia. Considerando essa possível categorização de ideologia (justificativa do existente) e da utopia (desejo de reconfiguração), podemos compreender que o desejo sexual, ao longo da narrativa, se manifesta como alegoria desse desejo utópico – e, como veremos no próximo item – como elemento de tensão contra a tematização da ideologia enquanto um presente perpétuo.

---

<sup>189</sup> Ibid., p.349/350.

### 3.2 MUTABILIDADE DO PASSADO: A METADISTOPIA EM SUA FORMA CRÍTICA

Ao final do capítulo 2 de *1984*, Winston expressa um desejo: “Ao futuro ou ao passado, a um tempo em que o pensamento seja livre, em que os homens sejam diferentes uns dos outros, em que não vivam sós – a um tempo em que a verdade exista e em que o que for feito não possa ser desfeito”.<sup>190</sup> Desde o início Winston estava condenado. O apelo a outro tempo apenas completara seu ato de rebeldia mental, ou melhor, *crimepensamento*. O caderno surge na narrativa como instrumento-irrupção. Registrar seus pensamentos é o ato que deflagra uma série de decisões contra o Grande Irmão. A busca de Winston é por um tempo em que as coisas eram diferentes, em que os homens não eram iguais, um tempo em que gestos espontâneos eram indício de humanidade e não um sintoma de desvio. Orwell explora o anseio pelo ato genuinamente humano através de pequenas passagens, por exemplo, o sonho de Winston com uma mulher que naturalmente tirava as roupas, e apesar de belo, o corpo da mulher é o que menos interessa, Winston estava maravilhado com o gesto, pela forma como ela havia atirado a roupa para o lado:

Com sua graça e displicência, era um gesto que parecia aniquilar toda uma cultura, todo um sistema de pensamento, como se o Grande Irmão, o Partido e a Polícia das Ideias pudessem ser todos jogados no nada com um único gesto que também pertencia aos tempos de antigamente. Winston acordou com a palavra “Shakespeare” nos lábios.<sup>191</sup>

A busca de Winston move-se para o encontro do elemento humano, no entanto, sua tentativa de reconstituição daquele período histórico esbarra na falta de evidências, uma vez que os registros escritos e os relatos orais em nenhum momento apontavam para um cenário político diferente do atual. O controle do partido sobre seus membros tinha como fundamento a regulação da esfera sexual, permitida apenas para a perpetuação da espécie. O propósito era impossibilitar que as pessoas criassem laços de afetividade mútua que minassem sua devoção ao partido. Além disso, sendo impossível eliminar o prazer do ato sexual, o Partido procurava distorcer e redirecionar o impulso sexual.

Winston acreditava que se houvesse alguma salvação, ela só poderia vir dos proletas, pois estes haviam permanecido humanos. Antes da revolução eles eram explorados pelos capitalistas, agora o Partido se vangloriava de tê-los libertado da escravidão. O controle do Partido não era tão efetivo sobre os proletas quanto sobre seus membros, dizia o lema do partido: “Proletas e animais são livres”; obviamente, não era desejável que os proletas tivessem

---

<sup>190</sup> ORWELL, 2009, p.39.

<sup>191</sup> *Ibid.*, p.43.

ideias políticas, bastava que cultivassem um patriotismo primitivo, que poderia ser utilizado para aumentar a carga de trabalho ou a restrição de comida.

Na zona destinada aos proletas, Winston passa cada vez mais o seu tempo. Lá, adquire clandestinamente um caderno em branco onde registraria seus pensamentos, fez sexo com uma prostituta e encontrou um lugar onde passaria seus momentos de fuga com Júlia. Em um primeiro momento, a vontade de Winston era matar Júlia de forma violenta. Ela era jovem e participava da *Liga Juvenil Antissexo*, uma espécie de organização celibatária. Winston pensava que ela estava o espionando e que seria questão de tempo para que ela o denunciasse como um *crimepensante*, portanto, a mataria assim que tivesse a oportunidade de fazê-lo. No entanto, um movimento de Júlia muda toda a situação, ela entrega um pequeno papel a ele com as seguintes palavras: “Amo você”.

A partir desse momento, Júlia e Winston passam a conversar discretamente até marcarem um encontro em uma região mais afastada da cidade. Winston segue as instruções de Júlia, adentram um pequeno um bosque até encontrarem um local mais seguro, longe de qualquer microfone, onde poderiam finalmente conversar. Depois das trocas de carícias, Winston revela que antes seu desejo era estuprá-la e depois matá-la, pois acreditava que ela tinha relação com a polícia das ideias. Júlia confessa que ela mesma não acreditava no Partido, era uma farsante e seu interesse por Winston foi despertado por alguma coisa no rosto dele que indicava que ele estava contra o partido.

Toda a ambientação é elaborada a partir de uma série de elementos sensoriais que despertam regiões há muito tempo esquecidas na memória do Winston. O cheiro do chocolate, o toque humano, a visão das árvores ao seu redor, o toque no corpo de Júlia, tudo era um grande ato que ameaçava toda uma cultura, para Winston “o instinto animal, o desejo simples e indiferenciado: era a força capaz de estraçalhar o Partido”;<sup>192</sup> tudo aquilo não era apenas uma fuga do medo e do ódio, mas acima de tudo um ato político. Júlia não estava interessada em uma revolta organizada contra o partido, para ela bastava quebrar as regras e continuar respirando.

Não seria seguro utilizar aquele esconderijo por mais vezes, a alternativa encontrada por Winston estava na zona dos proletas. Retornou então à loja de antiguidades do sr. Charrington, onde havia adquirido clandestinamente o caderno. Aquele espaço contava uma história de um tempo antes da revolução que levaria o Partido ao poder, cada objeto despertava o seu fascínio

---

<sup>192</sup> *Ibid.*, p.153.

devido ao caráter humano inerente de sua constituição, a característica de permanência no mundo. O local é experimentado através de diversos gestos e sensações, o cheiro e gosto das pequenas refeições, o toque humano, a observação dos proletas através da janela, quebra por instante a atmosfera opressiva da narrativa. Mesmo um objeto banal, como um peso de papéis, é valorizado pelo simbolismo de sua permanência:

“Você tem ideia do que seja isto? , indagou Julia.  
 “Acho que não é nada – quer dizer, acho que nunca foi usado para nada. É justamente por isso que gosto dele. É um pedacinho da história que se esqueceram de alterar. Uma mensagem de cem anos atrás, se alguém soubesse como lê-la.”<sup>193</sup>

Além de um vestígio do passado, o peso de papéis é a imagem de um mundo. A superfície de vidro seria o arco do céu e sua atmosfera. Winston imaginava-se dentro daquele universo, junto com Júlia e todos os elementos que compunham o quarto, inclusive o próprio peso de papéis que em seu interior possuía um coral onde a vida de Winston e Júlia estariam “fixadas numa espécie de eternidade no coração de cristal”.<sup>194</sup> O quarto era um mundo, a utopia de Winston, “um bolsão do passado onde animais extintos podiam se mover”.<sup>195</sup>

A experiência de George Orwell (cf. item 1.2) lhe convenceu que o menosprezo pelo conceito de verdade objetiva era uma característica marcante da sociedade industrial do século XX, esse fenômeno prolongado minuar a estabilidade da história enquanto paradigma explicativo. Esse pressuposto está representado na ideia de mutabilidade do passado que surge como crítica ao tratamento das informações dado pelos meios de comunicação de massa e as práticas de adulteração e falsificação de documentos e fatos históricos.

Outra modalidade de manipulação de opinião é o reescrever da História não em termos de interpretação, mas de deliberada exclusão de fatos – Trotsky, por exemplo, nos compêndios soviéticos, não participou da Revolução Russa. Este tipo de manipulação, que implicou na reabertura do campo de possibilidade para o passado, impede que a história desempenhe sua função, pois o repertório de opções é o campo do futuro e o papel da história é registrar os feitos e acontecimentos decorrentes da política, a partir dos quais se entreabre a estabilidade do possível agir no futuro. Esta situação gera o ceticismo, pois a persuasão e a violência podem destruir a verdade factual, mas não a substituem, porque os seus fluxos carregam uma instabilidade permanente.<sup>196</sup>

Antes de abordarmos ideia de mutabilidade do passado será necessário primeiro nos ocupar do conceito de história e os elementos que lhe são característicos. Inicialmente, podemos

<sup>193</sup> *Ibid.*, p.174.

<sup>194</sup> *Ibid.*, p.176.

<sup>195</sup> *Ibid.*, p.180.

<sup>196</sup> LAFER, Celso. In Prefácio: ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. 7.ed., São Paulo Perspectiva, 2013.

abordar a questão partindo do historiador Marc Bloch e a sua definição da história como a ciência dos homens no tempo. O seu livro inacabado, escrito durante a guerra, também compartilha a preocupação de Orwell de que a história pode afundar no descrédito e desaparecer da civilização ocidental se não houver a devida vigilância. Bloch refere-se à história enquanto disciplina histórica que, como fenômeno histórico, está sujeita às condições históricas. O conceito de história não está relacionado à ciência simplesmente, ela não é arte, menos ainda literatura, mas uma ciência em que o poético se faz presente, não podendo estabelecer leis gerais e estruturas fixas. O objeto da história não é o passado, sua busca é pelo homem, ou melhor, os homens no tempo. Os documentos e testemunhos são vestígios que os homens deixam por onde passam, a tarefa do historiador consiste em saber interrogá-los. A investigação histórica exige o tratamento de uma variedade documental articulada com diversas técnicas vinculadas a outros campos do saber humano.

A argumentação desenvolvida por Bloch é suscitada pelo questionamento inocente do filho: “Papai, então me explica para que serve a história.” Obviamente, o que está em jogo é a legitimidade da história. De acordo com Bloch, nenhuma outra cultura esperou tanto de sua memória como a civilização ocidental. Não poderia ser diferente, pois, tanto a sua herança cristã como a herança antiga, gregos e latinos, eram povos historiógrafos. Daí sua afirmação de que o cristianismo é uma religião de historiador, uma vez que outras manifestações religiosas estabeleceram suas crenças e ritos a partir de uma mitologia praticamente fora do tempo humano. Ao contrário, os cristãos têm em seus livros sagrados livros de história:

[...] e suas liturgias comemoram, com os episódios da vida terrestre de um Deus, os faustos da Igreja e dos santos. Histórico, o cristianismo o é ainda de outra maneira, talvez mais profunda: colocado entre a Queda e o Juízo, o destino da humanidade afigura-se, a seus olhos, uma longa aventura, da qual cada vida individual, cada “peregrinação” particular, apresenta, por sua vez, o reflexo; é nessa duração, portanto dentro da história, que se desenrola, o eixo central de toda meditação cristã, o grande drama do Pecado e da Redenção. Nossa arte, nossos monumentos literários estão carregados dos ecos do passado, nossos homens de ação trazem incessantemente na boca suas lições, reais ou supostas.<sup>197</sup>

A história se constitui enquanto paradigma explicativo e como organizadora da experiência humana no Ocidente. É um esforço para conhecer melhor, para compreender; a história está em constante movimento e a cada época configura-se de maneira diferente, mas há um traço característico que atravessa o discurso histórico que o distingue do discurso poético.

---

<sup>197</sup> BLOCH, Marc. **Apologia da História** ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2002. p.42.

Um recuo às raízes gregas e latinas apontadas por Bloch nos permitirá visualizar melhor a questão.

Segundo Michel Foucault, a tragédia de Édipo é significativa porque é instituidora de uma determinada relação entre poder e saber, entre poder político e conhecimento. A tragédia de Édipo é primeiro testemunho disponível das práticas judiciárias gregas. Conta a história de uma busca pela verdade, um procedimento que está intimamente ligado às práticas judiciárias da Grécia arcaica. Na *Ilíada*, temos a contestação entre Antíloco e Menelau durante os jogos realizados à época do falecimento de Pátroclo. Esse episódio é apontado como o primeiro testemunho da pesquisa da verdade no procedimento judiciário grego. Na ocasião houve uma corrida de carros que se desenvolvia em um trajeto de ida e volta, passando por uma demarcação que era necessário contornar da forma mais precisa possível. Neste lugar, os organizadores posicionaram uma pessoa encarregada pela regularidade da disputa “que Homero, sem o nomear pessoalmente, diz ser uma testemunha, *hístor*, aquele que está lá para ver”.<sup>198</sup>

Com o desenvolvimento da corrida, Antíloco e Menelau estão na disputa pela dianteira. Antíloco chega primeiro, Menelau prontamente inicia uma contestação alegando que Antíloco teria cometido uma irregularidade. Para resolver a situação, não se recorre à testemunha posicionada junto ao marco. Não é solicitado o seu depoimento e nenhuma pergunta lhe é apresentada. A controvérsia é resolvida entre Menelau e Antíloco. Menelau o acusa de irregularidade, Antíloco por sua vez nega, para resolver a questão Menelau lhe propõe o seguinte desafio: Antíloco deveria colocar a mão direita na testa do cavalo, segurar com a mão esquerda o seu chicote e jurar diante de Zeus que a irregularidade não tinha sido cometida. Antíloco renuncia diante do desafio proposto, assim reconhece que cometeu irregularidade.

Eis uma maneira singular de produzir a verdade, de estabelecer a verdade jurídica: não se passa pela testemunha, mas por uma espécie de jogo, de prova, de desafio lançado por um adversário ao outro. Um lança um desafio, o outro deve aceitar o risco ou a ele renunciar. Se por acaso tivesse aceitado o risco, se tivesse realmente jurado, imediatamente a responsabilidade do que iria acontecer, a descoberta final da verdade seria transposta aos deuses, E seria Zeus, punindo o falso juramento, se fosse o caso, que teria com seu raio manifestado a verdade.<sup>199</sup>

Séculos mais tarde, quando Édipo e toda a cidade buscam pela verdade, outro modelo é utilizado. Embora a tragédia de Sófocles ainda nos apresente resíduos do estabelecimento de verdade pela prova, o mecanismo da verdade obedece a um preceito que Foucault chama de “lei das metades”. Em *Édipo*, as metades se ajustam e completam para a descoberta da verdade.

<sup>198</sup> FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro : Nau, 2013. p.39.

<sup>199</sup> *Ibid.*, p.40.

Quando Édipo manda consultar Apolo, a sua resposta é fornecida em duas partes. Primeiro, Apolo diz que o país sofre por uma conspiração, a essa resposta falta o quê ou quem causou a conspiração. Segue-se então um jogo de perguntas e respostas, onde as metades se ajustam, até que Tirésias revela que Édipo havia matado Laio: “Édipo é efetivamente designado pelo conjunto das respostas de Apolo, por um lado, e da resposta de Tirésias, por outro. O jogo das metades está completo: Conspiração, assassinato, quem foi morto, quem matou”.<sup>200</sup>

A verdade é revelada de forma profética. O adivinho Tirésias não diz com todas as palavras que Édipo havia matado, ele diz a Édipo que deveria manter a promessa de banir aquele que tivesse matado, portanto, deveria expulsar a si próprio. Apolo agiu de maneira semelhante, apenas sugerindo que se Édipo quisesse acabar com a peste seria necessário lavar a conspiração. Como vimos, tudo foi colocado na forma do futuro, a verdade está dada, mas na forma profética, como aponta Foucault:

Falta o testemunho do que realmente se passou. Curiosamente, toda esta velha história é formulada pelo adivinho e pelo deus na forma do futuro. Precisamos agora do Presente e do testemunho do passado: testemunho do presente do que realmente aconteceu.<sup>201</sup>

O passado e presente estão dados na continuidade da peça e, da mesma forma, é composta por um jogo de metades. Para determinar quem matou Laio são arrolados dois testemunhos. O primeiro fornecido é fornecido por Jocasta que afirma que não fora Édipo, pois Laio foi morto por vários homens no entroncamento de três caminhos. Édipo sabe e lembra que a primeira coisa que fez ao chegar a Tebas foi matar alguém no entroncamento de três caminhos. Mas essa é somente parte da história, pois Édipo não matou apenas o rei Laio, matara o próprio pai e casara com sua própria mãe. O deus havia previsto que Laio não seria morto por qualquer um, mas pelo próprio filho. Para a predição realizar-se é preciso que se prove que Édipo é filho de Laio.

A totalidade da predição é estabelecida na última parte da peça com a justaposição de dois testemunhos. O escravo de Corinto anuncia a Édipo a morte de Políbio. Édipo alegra-se pois não o matará como dizia a predição, o pastor de Corinto então revela que Políbio não era o seu pai. Um novo elemento é trazido à superfície. Sem demora, o pastor de ovelhas é chamado para ser indagado e diz ter entregado ao mensageiro um bebê que vinha do palácio de Jocasta e que era seu filho. Como sabemos, Édipo era filho de Laio e Jocasta, dado a Políbio, acaba

---

<sup>200</sup> *Ibid.*, p.42.

<sup>201</sup> *Ibid.*, p.43.



voltando a Tebas sem saber que estaria retornando para cumprir a profecia. No entroncamento de três caminhos, acabou matando Laio, seu verdadeiro pai.

O ciclo está fechado. Ele se fechou por uma série de encaixes de metades que se ajustam umas às outras. Como se toda esta longa e complexa história da criança ao mesmo tempo exilada e fugindo da profecia, exilada por causa da profecia, tivesse sido quebrada em dois, e em seguida, cada fragmento partido de novo em dois, e todos esses fragmentos repartidos em mãos diferentes. Foi preciso esta reunião do deus e do seu profeta, de Jocasta e de Édipo, do escravo de Corinto e do escravo do Citerão para que todas estas metades e metades de metades viessem ajustar-se umas às outras, adaptar-se, encaixar-se e reconstituir. o perfil total da história.<sup>202</sup>

O que foi colocado pelo deus e pelo profeta em termos de profecia será recolocado pelos dois pastores, de Corinto e Citerão, sob a forma testemunho. Inicialmente, há o olhar profético capaz de dizer passado, presente e futuro. Em um segundo momento, e em um nível mais baixo, a questão do olhar também é presente, pois os dois escravos estão aptos a testemunhar porque viram. O primeiro viu Jocasta o entregar a criança para que a abandonasse na floresta, o outro viu a criança na floresta e seu companheiro escravo lhe entregar e recorda de tê-la levado até o palácio de Políbio. Este é o olhar do testemunho, o melhor olhar que não fora evocado para resolver a controvérsia entre Antíloco e Menelau. Portanto, a peça de Édipo é representativa de um deslocamento da “enunciação da verdade de um discurso de tipo profético e prescritivo a um outro discurso, de ordem retrospectiva, não mais na ordem da profecia, mas do testemunho”.<sup>203</sup> Pastores e deuses dizem as mesmas coisas, mas em linguagens e perspectivas distintas.

A apreciação de *Édipo-Rei* como um apanhado da história do direito grego nos apresenta uma variedade de conquistas da democracia ateniense, o desenvolvimento de um processo pelo qual o povo assenhorou-se do direito de julgar, de estabelecer a verdade, afirma Foucault. A conquista grega do direito de testemunhar, de contrastar a verdade ao poder, inaugurou um longo processo que seria estabelecido definitivamente em Atenas durante o século V a.C. O direito de opor uma “verdade sem poder” a um “poder sem verdade”, contribuiu para uma série de transformações culturais que caracterizaram a sociedade grega.

A princípio a formulação do que chama Foucault de “formas racionais de demonstração”, isto é, como estabelecer a verdade, as condições necessárias para tanto, quais regras aplicar; estas são a filosofia, os métodos racionais, os sistemas científicos. Em segundo lugar, com estreita relação às formas já mencionadas, floresce uma arte do convencimento, de

---

<sup>202</sup> *Ibid.*, p.44.

<sup>203</sup> *Ibid.*, p.46.

persuadir os homens da verdade de que se fala “de obter a vitória para a verdade ou, ainda, pela verdade”, o nascimento da retórica grega. Finalmente, o desenvolvimento de uma nova forma de conhecimento:

[..] conhecimento por testemunho, por lembrança, por inquérito. Saber de inquérito que os historiadores, como Heródoto, pouco antes de Sófocles, os naturalistas, os botânicos, os geógrafos, os viajantes gregos vão desenvolver e Aristóteles vai totalizar e tornar enciclopédico.

Houve na Grécia, portanto, uma espécie de grande revolução que, através de uma série de lutas e contestações políticas, resultou na elaboração de uma determinada forma de descoberta judiciária, jurídica, da verdade. Esta constitui a matriz, o modelo a partir do qual uma série de outros saberes – filosóficos, retóricos e empíricos – puderam se desenvolver e caracterizar o pensamento grego.<sup>204</sup>

No contexto grego, a figura do *hístōr* intenciona conservar os feitos e as palavras dos homens; é aquele que vê, ele sabe porque viu, ele seria antes de tudo um olho. Sabemos que a história emerge da epopeia, essa transição permuta a visão divina, inspirada pela Musa, pela visão a ser estabelecida pelo historiador. Heródoto, considerado o pai da história ocidental, queria salvar do esquecimento os grandes feitos dos homens. A mortalidade do homem é compreendida a partir do fato de que cada vida individualmente, uma *bíos* com uma trajetória particular reconhecida do nascimento à morte, surge da vida biológica, *dzoé*. No princípio da História Ocidental, a diferenciação entre a mortalidade dos homens e a imortalidade da natureza, isto é, entre as coisas produzidas pelos homens e as coisas presentes no mundo, era o fundamento implícito da historiografia. Assim, todas as coisas produzidas pelos homens, seus feitos, obras e palavras eram provisórias devido à mortalidade de seus autores. Para atribuir a seus feitos, obras e palavras alguma permanência poderiam recorrer à capacidade humana da recordação, Mnemósine, considerada a mãe de todas as musas.

*Mnemosýne* é uma deusa, cujo papel nada tem em comum com a função de auxiliar que desempenhará com o desenvolvimento da linguagem escrita [...] e do pensamento racional. *Mnemosýne* é a viga-mestra da indagação da verdade. Daí a importância que assumia o poeta: “Por sua memória, o poeta tem acesso direto, em uma visão pessoal, aos acontecimentos que evoca; tem o privilégio de entrar em contato com o outro mundo. Sua memória lhe permite “decifrar o invisível”. A memória não é portanto apenas o suporte material da palavra cantada, a função psicológica que sustenta a técnica formular, é também e sobretudo a potência religiosa que confere ao verbo poético seu estatuto mágico-religioso. [...] Como um dos “mestres da verdade”, a função do poeta era dupla: celebrar os imortais e as explorações dos homens valentes. [...] Através do louvor do poeta, organiza-se o campo da *alétheia*: ela é palavra, é luz e memória, a que se opõe o campo do esquecimento, de *Léthe*.<sup>205</sup>

<sup>204</sup> *Ibid.*, p.58.

<sup>205</sup> COSTA LIMA, Luiz. **Mímesis e modernidade**: formas das sombras. 2.ed.- São Paulo: Paz e Terra, 2003. p.32.

A partir de Heródoto os eventos, as palavras e os feitos tornaram-se conteúdo da história. A tarefa do historiador e do poeta iam no mesmo sentido, ou seja, fazer as coisas permanecerem na recordação: “Diante da imutabilidade da natureza e à imortalidade dos deuses, a palavra/fala [*parole*] do historiador assume o encargo desses vestígios fundamentalmente efêmeros, os quais são fixados por sua escrita. Sucessor do aedo épico, ele aspira a se apresentar como ‘senhor’ da imortalidade”.<sup>206</sup> O aedo da epopeia ao festejar os grandes feitos dos heróis, se relacionava com a memória, o esquecimento e a morte. Assim como Heródoto, que desejava evitar que os feitos dos homens fossem esquecidos, ao deixarem de ser registrados. No entanto, Heródoto se limita ao que aconteceu pelas mãos dos homens, em relação ao que ele “sabe” e em um tempo determinado, o tempo dos homens. Ao passo que o aedo recepcionava o saber da Musa, que estava sempre presente e via tudo, o historiador por sua vez não terá outra opção além de apelar para a história, um tipo de substituto que deveria lhe proporcionar, sob certa medida, uma “visão” semelhante à da Musa.

Essa primeira “operação” historiográfica encontra e fortalece a primazia concedida pelos gregos ao sentido da visão como instrumento de conhecimento. A partir daí, a história da historiografia ocidental poderia ser escrita em contraponto de uma história do olhar e da visão.

Se, em relação às historiografias orientais, os gregos são retardatários, é com eles, justamente, com Heródoto – que surge o historiador como figura “subjativa”. [...]. Desse modo, os gregos seriam os inventores não tanto da história, mas do historiador como sujeito que escreve.<sup>207</sup>

É importante observar que Heródoto ficou na tradição como “pai da História”, e Tucídides conhecido como primeiro historiador crítico, apesar da inexistência da palavra “história” tal como a concebemos. Heródoto quer falar daquilo que ele viu ou daquilo que lhe contaram, sua atividade está relacionada à oralidade e a visão. Diferentemente do conceito de história moderno, ele não pretende abarcar um passado distante, naquele contexto o tempo longínquo, o tempo das origens, dos deuses e heróis, só as musas podem trazer à recordação. O próprio Heródoto ao referir-se a partes de sua obra, não utiliza a palavra história, mas a palavra *logos* (discurso):

[...] quando Heródoto declara, nas primeiras linhas da sua obra, “Heródoto de Halicarnassos apresenta aqui os resultados da sua investigação (*historiè apodexis*) ...”, a palavra *historiè* não pode ser simplesmente traduzida por história. O nosso conceito implica um gênero científico bem determinado; a palavra grega *historiè* tem, nesta época e neste contexto, uma significação bem mais ampla: ela remete à palavra *hístor*, “aquele que viu, testemunhou. [...] Heródoto fala daquilo que ele mesmo viu, ou daquilo de que ouviu falar por

<sup>206</sup> HARTOG, François. **Evidência da História**. O que os historiadores veem. 1. Ed., - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. p.26.

<sup>207</sup> *Ibid.*, p.33/34.

outros; ele privilegia a palavra testemunha, a sua própria ou a de outrem. [...]. Esta – preocupação – que podemos relacionar com a crescente prática judiciária, na Grécia do século V, de audição de *testemunhas* – traz consigo uma primeira diferença essencial entre a narrativa “histórica” de Heródoto e as narrativas míticas, a epopeia homérica por exemplo.<sup>208</sup>

Desde suas raízes gregas, podemos notar que o discurso (*pré*) historiográfico é distinto do discurso ficcional. Dito de outro modo: história não é ficção. Embora a imaginação opere em sua escrita, ela não é o seu fundamento. A historiografia antiga tem seus fundamentos particulares e não se confunde com os demais gêneros, ainda que a proximidade entre os gêneros fosse maior na Antiguidade, visto que a escrita da história não era reconhecida ainda como uma área própria como será o perfil moderno de sua escrita. Vejamos que a reconstituição pretendida pelo *hístōr* não estava isenta de seleções e omissões, mas ainda assim a escrita da história nasce com o pressuposto de registro da verdade. Toda a investigação é orientada pela verdade, a verdade do que aconteceu, como diz Luiz Costa Lima: “O princípio fundador da história é, ao mesmo tempo, o seu obstáculo”,<sup>209</sup> e mais detalhadamente:

Em termos menos abstratos: não tendo um objeto próprio – como têm as ciências particulares –, a história necessita partir da aporia da verdade. Sem essa aporia seu jogo não começa. Precisamos de seu jogo. A questão consiste em saber que regras usaremos para o jogo de sua escrita. Está bem sabermos que não são as mesmas da poesia, mas, céticos quanto às regras que o positivismo pôs à disposição dos historiadores, precisamos explicitar outras. Supõe-se que não sejamos ingênuos a ponto de pensar que se possa agir sem regras.<sup>210</sup>

Não há em Heródoto a negação do tempo mítico e sagrado, mas a tentativa de estabelecer procedimentos narrativos para a descrição do tempo dos homens. A procura pelos verdadeiros motivos dos acontecimentos, pelo testemunho, está inserida neste empreendimento racional de escrita da história, isto é, do *logos* em contraposição ao *mythos*.

No pensamento grego não há ainda a ideia de progresso histórico linear, esta como já observamos (3.1) está relacionada ao conceito cristão de história. É no período moderno que o conceito de história, enquanto coletivo singular, torna-se um novo conceito de reflexão que se desenvolve pelo realce do próprio evento que “por si ainda não é história; faz parte de uma multiplicidade dispersa e caótica, cuja articulação racional só será alcançada pela intervenção de um conhecimento nascente”.<sup>211</sup> Destacamos o surgimento de práticas de investigação na Grécia do século V, onde através dos *logos* os homens propunham dizer o verdadeiro e o não-

<sup>208</sup> GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Sete aulas sobre linguagem, memória e história**. 2. Ed.-Rio de Janeiro: Imago, 2005. p.14.

<sup>209</sup> COSTA LIMA, 2006, p.104.

<sup>210</sup> *Ibid.*, p.62.

<sup>211</sup> *Ibid.*, p.114.

verdadeiro. O nascimento da ciência histórica só viria acontecer no período moderno, mas seu princípio fundador, a aporia da verdade, já pode ser encontrada no discurso herodotiano. Cada vez mais, especialmente no período moderno, a história coloca-se como o paradigma explicativo da experiência humana. A transição do conceito de história de *Historie* para *Geschichte*, em outras palavras, a singularização semântica da História, colocou toda humanidade em um processo temporal único.

Se no período antigo história e natureza não estavam dispostos de forma antagônica, pois a história pretendia conservar os feitos e palavras humanas para que permanecessem juntamente com as coisas que duram eternamente, o conceito moderno de história nascente nos séculos XVI e XVII não é menos ligado ao conceito de natureza, que teve grande desenvolvimento no mesmo período devido à falta de convicção na capacidade dos sentidos de revelar a verdade. A ideia de processo, comum aos dois domínios, demonstra a preocupação geral da investigação científica: “As palavras-chave da Historiografia moderna – “desenvolvimento” e progresso” – foram também, no século XIX, as palavras-chave dos novos ramos da Ciência Natural, em particular a Biologia e a Geologia, uma tratando da vida animal e a outra até mesmo de assuntos não orgânicos em termos de processos históricos”.<sup>212</sup>

No entanto, a ideia de uma mutabilidade do passado tal como é apresentada por Orwell é resultado das energias liberadas pelo século do átomo, da relatividade, mas também da era da guerra total desencadeada em 1914. Após os acontecimentos na Espanha e o tratamento dado pelos jornais, Orwell publica diversos textos em diferentes plataformas sobre a cobertura “tendenciosa” da guerra civil. Esse posicionamento aparece potencializado sob a forma de mutabilidade do passado em *1984*, em que não se dá apenas a manipulação dos eventos históricos, mas a sua própria destruição premeditada. Vejamos que Winston é caracterizado como um burocrata, um falsificador de registros, e sua insubordinação é consumada quando ele decide registrar seus pensamentos em um caderno; aquilo que é manifestação de seu *crimepensamento* é o instrumento que lhe possibilita a contestação política, eis o artilho do partido:

E se todos aceitassem a mentira imposta pelo partido – se todos os registros contassem a mesma história –, a mentira tornava-se história e virava verdade. “Quem controla o passado controla o futuro; quem controla o presente controla o passado”, rezava o lema do Partido. E com tudo isso o passado, mesmo com sua natureza alterável, jamais fora alterado. Tudo que fosse verdade agora fora verdade desde sempre, a vida toda. Muito simples. O indivíduo só precisava obter uma série interminável de vitórias sobre a própria

<sup>212</sup> ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. 7.ed., São Paulo Perspectiva, 2013. p.93

memória. “Controle da realidade”, era designação adotada. Em Novafala: “duplipensamento”.<sup>213</sup>

Logo nas primeiras páginas do romance, Orwell estabelece que o desprendimento do homem da história lhe causa confusão e angústia. De início, podemos observar que a atitude de Winston de rebelar-se contra o partido passa pela aquisição de um caderno onde poderia registrar seus pensamentos, organizar suas ideias dispersas e até mesmo produzir um testemunho para as gerações futuras. Winston estava perdido, tinha a sensação de vagar pelas florestas do fundo do mar: “Estava sozinho. O passado estava morto, o futuro era inimaginável”.<sup>214</sup> Como ele próprio falsificava/destruía diariamente vários registros, sabia da impossibilidade da remontagem de circunstâncias históricas específicas, uma vez que o partido se encarregou de alterar a história diariamente. Winston percebe que o passado não fora apenas alterado, mas destruído. Questiona-se como poderia verificar o mais evidente dos fatos, quando o único vestígio de autenticidade estava na sua memória? Não era possível provar o que quer que fosse, não existiam provas. Havia sempre a correspondência entre os registros e a versão do Partido.

Ainda que faltassem ideias políticas sólidas aos proletas, eles permaneciam livres e poderiam ser a resposta para os questionamentos de Winston. Os proletas haviam permanecidos humanos, ao passo que os membros do partido estavam enrijecidos por dentro. Eles não eram leais a um partido ou a um ideal, eram leais uns aos outros. Winston passa a transitar cada vez mais na zona destinada aos proletas, procurando por pessoas mais velhas em busca de respostas sobre o passado, imaginou perguntar a um senhor “Fale-me sobre a sua vida quando o senhor era garoto. Como eram as coisas naquele tempo? Melhores ou piores do que agora?”.<sup>215</sup> Agora, Winston estava atento a tudo que poderia significar um vestígio do passado. Apesar do esforço investigativo, ele percebe que: “Conhecer a história pela arquitetura era tão inviável quanto conhecê-la pelos livros. Estátuas, inscrições, lápides comemorativas, nomes de ruas – tudo que poderia lançar alguma luz sobre o passado fora sistematicamente alterado”.<sup>216</sup> A história, pensou Winston, não era nada além de um palimpsesto, reescrita arbitrariamente tantas vezes quanto necessário. Tudo era nebuloso. O passado mudava sem parar, era preciso entender as razões profundas de tal empreendimento.

---

<sup>213</sup> ORWELL, 2009, p. 47.

<sup>214</sup> *Ibid.*, p.38

<sup>215</sup> *Ibid.*, p.108.

<sup>216</sup> *Ibid.*, p.120.

O evento-pensamento kafkiano citado por Hannah Arendt será aqui de grande valor. A situação acontece em um campo de batalha onde estão em conflito as forças do passado e do futuro; entre elas está o homem que para preservar seu território deve combater as duas forças. Desse modo, várias lutas são traçadas ao mesmo tempo: a luta entre forças temporais e a luta do homem com cada uma delas. O fato de haver uma luta deve-se essencialmente à presença do homem, imagina-se que sem sua presença as forças não entrariam em jogo. Na disputa, ao contrário do que se possa imaginar, o passado empurra o homem para frente, ao passo que o futuro impede seu avanço e o empurra na direção do passado. Para o homem que está sempre situado entre passado e futuro:

[...] o tempo não é um contínuo, um fluxo de ininterrupta sucessão; é partido ao meio, no ponto onde ele está; e a posição dele não é o presente, na sua aceção usual, mas, antes, uma lacuna no tempo, cuja existência é conservada graças à sua luta constante, à “sua” tomada de posição contra o passado e o futuro. Apenas porque o homem se insere no tempo, e apenas na medida em que defende seu território, o fluxo indiferente do tempo parte-se em passado, presente e futuro; é essa inserção – o princípio de um princípio, para colocá-lo em termos agostinianos – que cinde o contínuo temporal em que forças que, então, por se focalizaram sobre a partícula ou corpo que lhes dá direção, começam a lutar entre si e a agir sobre o homem da maneira que Kafka descreve.<sup>217</sup>

A memória é um dos mais importantes modos de pensamento, mas absolutamente incapaz fora de um quadro de referência prefixado. O que o Partido pretende é apagar qualquer referência temporal, isto é, a eliminação de um “espaço de experiência” e de um “horizonte de expectativa” para instalação de um presente perpétuo, quer dizer, a anulação do tempo histórico. Simultaneamente, a distopia orwelliana denuncia formas de apropriação do passado para legitimação da situação presente e faz a crítica ao próprio caráter regulador e atemporal dos sonhos utópicos. Coloca em jogo a relação dos homens com tempo, sendo ela mesmo nesse sentido, uma metadistopia.

Isto é, podemos notar – pela reflexão inspirada em *1984* – que as ambições utópicas podem se transmutar em ideologias. O exercício do poder para instituição de um presente perpétuo, ilustra a transformação da utopia em distopia, uma vez que eliminadas as referências a um passado e a possibilidade de um futuro, nem mesmo o presente *o presente enquanto tal* é possível, visto que o presente só está disponível como uma inexorável relação com as demais temporalidades. Além disso, ao traçarmos um paralelo entre os escritos de Orwell e os estudos de Hannah Arendt sobre o fenômeno totalitário, podemos perceber que seus métodos são baseados em um desprezo pela factualidade, no discurso totalitário tudo é absolutamente

---

<sup>217</sup> ARENDT, 2013, p.37.

possível não apenas no plano das ideias, mas no terreno da realidade. Por essa razão, Orwell aborda exaustivamente a noção de mutabilidade o passado e duplipensamento que atuam juntas na *(des)construção e percepção da realidade histórica*. Com suporte de mecanismos dessa natureza, os sistemas totalitários pretendiam demonstrar que suas ações poderiam ser apoiadas em qualquer suposição de modo que:

[...] no curso da ação coerentemente guiada, a hipótese particular se tornará verdadeira, se tornará realidade fatural e concreta. A hipótese que subjaz à ação coerente pode ser tão louca quanto se queira; ela sempre terminará por produzir fatos que são então “objetivamente” verdadeiros. O que originalmente não era mais que uma hipótese, a ser comprovada ou refutada por fatos reais, no decurso da ação coerente se transformará sempre em um fato, jamais refutável. Em outras palavras, o axioma do qual partiu a dedução não precisa ser, como supunham a lógica e a metafísica tradicionais, uma verdade auto-evidente; ele não necessita sequer se harmonizar com os fatos dados no mundo objetivo no momento em que a ação começa; o processo da ação, se for coerente, passará a criar um mundo no qual as hipóteses se tornam axiomáticas e auto-evidentes.<sup>218</sup>

Em virtude de sua progressiva alienação, o mundo moderno presenciou o surgimento de fenômenos que colocaram em dúvida diversos fundamentos da racionalidade ocidental. Isto nos coloca diante do tratamento dado a própria história, pois, esta deveria continuar a cumprir sua função de orientação e/ou de legitimação de grupos, instituições, ideologias, ao mesmo tempo que se tornou possível dobrá-la deliberadamente para a produção de uma realidade distinta à medida que fosse desejável. Se compreendermos antes de tudo que a história é uma narração, visto que a palavra aponta simultaneamente uma ação real e o relato dessa ação, pois “o processo propriamente dito da História manifesta-se em cada instante como duplo – ação e relato”,<sup>219</sup> a ação da narração histórica, esse processo de dupla articulação, coloca a questão de como estabelecer critérios de *verdade objetiva*, isto é, a decisão entre o verdadeiro e o não-verdadeiro, uma vez que circulam vários relatos do que aconteceu:

[...] como a história é possível, uma vez que todos os seus relatos – incluindo esta ou aquela pretensa narração – são capazes de exercer uma ação sobre ela? Se todo relato histórico, verdadeiro ou não, corre o risco de ser ativo a ponto de *modificar a face* da própria história, se o relato *falso* também porta consigo o poder material de exercer um efeito narrativo – então, como escapar à *pretensa narração*, o que é a narração *verdadeira*?<sup>220</sup>

Exemplificaremos o dilema a partir da controvérsia apresentada por Faye entre Lenin e Bogdanov à ocasião em que discutiam a crise da física e da teoria da ciência. Bagdanov afirmava não existir um critério de verdade objetiva, a verdade seria assim uma forma

---

<sup>218</sup> *Ibid.*, p.124.

<sup>219</sup> FAYE, 2009, p.15

<sup>220</sup> *Ibid.*, p.23



ideológica; Lenin por sua vez contestava argumentando que se fosse admitido que a verdade é apenas uma forma ideológica não poderia haver uma verdade para além do sujeito ou da humanidade, desse modo “a asserção da existência da Terra exterior a toda experiência humana não pode ser verdadeira”, logo “A negação da verdade objetiva constitui um agnosticismo e um subjetivismo. O absurdo dessa negação de Bogdanov ressalta claramente”.<sup>221</sup> Não sustentamos mais o mito da “neutralidade científica”, portanto, sabemos que a ideologia atua no processo de investigação científica e nas demais formas de organização da experiência humana, em nosso caso particular, a História, excluir a *verdade objetiva* anularia a distinção entre ciência e ideologia.

A própria constituição metódica da ciência histórica, como demonstra Rüsen,<sup>222</sup> é fundamentada a partir das pressuposições e condições de seu mundo existencial. A história em seu caráter científico – entendido aqui como elemento comum as demais ciências: a *pretensão de verdade* - busca assegurar a validade que outras *histórias* pretendem ter. A garantia da história como ciência se dá mediante a fundamentação bem articulada e regras metódicas. O pensamento histórico-científico diferencia-se das outras formas do pensamento histórico não somente pela sua pretensa busca pela verdade, mas pela maneira como reclama a verdade, isto é, pela regulação metódica que “consiste na incorporação sistemática da dúvida sobre a validade de sentenças como fator constitutivo do pensamento”.<sup>223</sup> Portanto, o pensamento histórico se faz científico conforme opera metodicamente. As sentenças históricas (histórias), como enunciados de fatos sucedidos no passado convencem seu público alvo à medida que provam o que ocorreu no passado, apoiando-se em vestígios ainda presentes desse mesmo passado. Dessa forma, o procedimento metódico da pesquisa história mobiliza um processo constante de novas informações sobre o passado humano, que não cessa “enquanto a narrativa das histórias estiver submetida à regra metódica do controle e da ampliação do conteúdo empírico das histórias mediante experiência”.<sup>224</sup>

Logo, o que temos ao longo de *1984*, é uma profunda valorização da História enquanto forma racional de demonstração. Instituída pela busca da verdade através da prova, a pesquisa histórica orienta os homens no tempo, possibilitando a compressão de sua situação histórica, lançando caminhos para à ação política. Daí a própria caracterização de Winston que, apelando ao futuro ao passado, investigando tanto quanto possível, busca compreender o estado atual das

---

<sup>221</sup> LENIN Apud FAYE, *Ibid.*, p.21.

<sup>222</sup> RÜSEN, Jörn. **Razão histórica**. Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1ª reimpressão, 2010.

<sup>223</sup> *Ibid.*, p.98.

<sup>224</sup> *Ibid.*, p.103.

coisas. Nesse sentido, a mutabilidade do passado é uma denúncia – ensejada pela experiência pessoal do autor- acerca das transformações que colocaram em xeque o lugar da História no Ocidente.

## 4 – DUPLIPENSAMENTO

### 4.1 GARANTIR O PODER DA MENTE SOBRE A MENTE: DISCIPLINARIZAÇÃO DO PENSAMENTO E PANOPTISMO SOCIAL

A necessidade do homem de se orientar no tempo constitui um ponto de partida para a meditação sobre os fundamentos da ciência da história. Os homens apropriam-se do passado pelo conhecimento disponível no tempo presente, pela necessidade de orientação no fluxo do tempo. Logo, o primeiro elemento da matriz disciplinar da história é composto pelas “*carências fundamentais de orientação da prática humana da vida no tempo*”<sup>225</sup> que se manifesta na forma de atenção cognitiva pelo passado. Essas carências de orientação são transformadas em interesses precisamente direcionados no conhecimento histórico, uma vez que são entendidas como necessidade de uma análise específica sobre o passado. A tentativa de Winston de superar *as carências de orientação* no universo de *1984* é impossibilitada pela utilização da mutabilidade do passado para elaboração de um presente perpétuo e a relativização da verdade. Outro artifício utilizado para o mesmo propósito é o duplipensamento.

O termo, em novafala, designa um processo mental disciplinado. O exercício do duplipensamento possibilita a capacidade cognitiva de preservar simultaneamente no espírito duas crenças contraditórias e acreditar em ambas sem que provoque um sentimento de culpa ou de falsidade. Segundo Orwell, uma “técnica mental de controle de realidade”. Dessa maneira, o duplipensamento se destaca como um sistema de entendimento do mundo onde tudo é possível:

Saber e não saber, estar consciente de mostrar-se cem por cento confiável ao contar mentiras construídas laboriosamente, defender ao mesmo tempo duas opiniões que se anulam uma à outra, sabendo que são contraditórias e acreditando nas duas; recorrer à lógica para questionar a lógica, repudiar a moralidade dizendo-se um moralista, acreditar que a democracia era impossível e que o Partido era o guardião da democracia; esquecer tudo que fosse preciso esquecer, depois reinstalar o esquecido na memória no momento em que ele se mostrasse necessário, depois esquecer tudo de novo sem o menor problema: e, acima de tudo, aplicar o mesmo processo ao processo em si. Esta a última sutileza: induzir conscientemente a inconsciência e depois, mais uma vez, tornar-se inconsciente do ato de hipnose realizado pouco antes. Inclusive entender que o mundo em ‘duplipensamento’ envolvia o uso do duplipensamento.<sup>226</sup>

Portanto, o duplipensamento pressupõe um jogo. O indivíduo diante do fato toma uma atitude consciente no instante em que julga necessário um ajuste. Quase como um instinto, uma

<sup>225</sup> Grifo nosso, *Ibid.*, p.30.

<sup>226</sup> ORWELL, 2009, p.48.

alternância entre lembrança e esquecimento, onde a contradição, embora existente, não possa se manifestar na sua forma consciente. No limiar da autossabotagem, o indivíduo permite um recuo que possibilita o afastamento da culpa ou do pressentimento de auto enganar-se. Um gatilho garantido com a devida disciplina assegura a efetividade do duplipensamento.

As personagens utilizam constantemente este artifício para se manterem alinhadas à doutrina do Partido, evitando o *crimepensamento*. A ideia de duplipensamento articulada às noções de mutabilidade do passado e novafala, representam uma preocupação política imediata do autor: do descrédito da ideia de verdade objetiva no Ocidente. O duplipensamento seria uma espécie de cinismo acentuado, ou melhor, o desprezo total de fatos empiricamente verificáveis ou pelas regras do bom senso, na medida em que expressa:

[...] ao mesmo tempo a capacidade de acreditar que o negro é branco e, mais, se saber que o negro é branco, e de esquecer que algum dia julgou o contrário. Isso exige uma alteração contínua do passado, tornada possível pelo sistema de pensamento que realmente abrange tudo o mais e que é conhecido em Novafala como duplipensamento.<sup>227</sup>

A interação do duplipensamento com os outros princípios é fundamental para o seu exercício. A alteração contínua do passado confere uma correspondência entre a evidência forjada e a predição do Grande Irmão que, somada às limitações impostas à linguagem escrita e falada concretizadas no idioma oficial do Partido – em que temos o termo duplipensamento como exemplo –, possibilita o funcionamento e perpetuação desta ideologia no cenário imaginado por Orwell. A dinâmica retroalimentar conferida pelo autor aos princípios do Partido está relacionada a dimensões fundamentais do conhecimento histórico e do próprio exercício da razão no Ocidente. Para melhor compreensão do que Orwell chamaria de duplipensamento, utilizaremos um fragmentado retirado da obra de Jean-Pierre Faye em que o historiador alemão Moeller van den Bruck discorre sobre o movimento revolucionário-conservador alemão:

O livro que se pretende frio e duro começa pelo capítulo “Revolução”, para terminar com o capítulo “Conservantismo”, imediatamente antes da conclusão que se intitula “O Terceiro Reich”. Toda a narração ideológica de Moeller van den Bruck mostra com clareza que a antítese associa efetivamente a força de seus contrastes numa tal expressão – como Bortolotto mostrava igualmente, no terreno mais tecnicamente jurídico, na fórmula de Estado Total. Evidência da estratégia narrativa. Inicialmente os contrastes: “O pensamento conservador distingue-se do pensamento revolucionário no sentido de que ele não confia em coisas criadas de maneira rápida e convulsiva [...] A revolução nasceu da traição – o Estado é a conservação”. Em seguida, os contrastes dobrados: “De fato, os dois objetivos, o que quer o revolucionário e o quer o conservador, vão absolutamente no mesmo sentido. [E] nós queremos fazer uma espécie de liga conservadora-revolucionária. [Porque – e aí encontra-se

---

<sup>227</sup> ORWELL, 2009, p.250.

a oposição, ou o truísmo pernicioso, de Rocco –] o que é revolucionário hoje, será conservador amanhã”.<sup>228</sup>

A passagem acima evidencia o arranjo semântico operado por Moeller van den Bruck em sua argumentação totalitária. Observemos que no primeiro momento o autor estabelece uma diferença fundamental entre revolução e conservação, demonstrados como antagônicos. No segundo momento, o que antes era antagônico, agora Moeller lhes confere um único sentido tal como demonstrado na expressão “liga conservadora-revolucionária”. A partir da exposição antitética do supracitado, pois é vindouro “um pensamento que será ao mesmo tempo revolucionário e conservador”, podemos seguramente estabelecer que este é o tipo de filosofia, ou de desvio cognitivo, que Orwell denuncia como pensamento duplo. Com efeito, esta postura intelectual tal como é empregada ao longo do romance, é estabelecida em função de uma disciplina mental, uma técnica de poder capaz de desabilitar a *ideia de verdade objetiva* viabilizando a orientação do discurso político ao sabor das circunstâncias, no caso de Moeller um *contramovimento* conservador no qual fins conservadores podem ser alcançados através de meios revolucionários. O que a psicologia social chama de dissonância cognitiva, Orwell qualifica como pensamento duplo, ou, em Novafala, duplipensamento.

Utilizando da ironia para atacar o movimento revolucionário conservador, o duplipensamento têm também como alvo o movimento comunista inglês em sua ortodoxia. Como já demonstramos, existia uma tensão entre Orwell e setores da esquerda na Inglaterra. O duplipensamento representa um ataque direto a postura política de comunistas que, segundo Orwell, se comportavam como agentes publicitários da URSS. As mudanças de política externa soviéticas que só faziam sentido como parte da disputa de poder, eram explicadas e justificadas sob o prisma do socialismo internacional. Isso teria levado o movimento comunista a adotar uma postura que abandonou suas coordenadas ideológicas em função das decisões do alto comando soviético:

Toda vez que Stalin troca de parceiros, o “marxismo” tem de ser forjado em um novo molde. Isso acarreta necessariamente mudanças repentinas e violentas de “linha”, expurgos, delações, destruição sistemática da literatura do partido etc. Todo comunista está na verdade sujeito, a qualquer momento, a ter de alterar suas convicções mais fundamentais, ou então sair do partido. O dogma inquestionável da segunda-feira pode se tornar a heresia condenável da terça-feira, e por aí a fora. Isso aconteceu ao menos três vezes durante os últimos dez anos.<sup>229</sup>

---

<sup>228</sup> FAYE, 2009, p.80.

<sup>229</sup> ORWELL, 2005, p.124.

O trecho acima é datado de 1940,<sup>230</sup> nove anos antes da publicação de *1984*, tematiza essa reflexão a partir das constantes mudanças de alianças políticas entre as superpotências que, Orwell apresenta no romance através das constante mudança de inimigos da Oceania – ora Lestásia, ora Eurásia -, possível por meio do exercício do duplipensamento que, podemos identificar como a imagem de seu ataque a postura dos comunistas, especialmente ingleses, que tanto criticava.

Dissemos inicialmente que o duplipensamento passaria, sobretudo, por um processo mental disciplinado que permitiria ao indivíduo superar as contradições diante de evidências empíricas, reforçando sua alienação e evitando o *crimepensamento*. Seria preciso desenvolver uma técnica de poder capaz de disciplinar o indivíduo a tal ponto em que esta estrutura de pensamento fosse obtida. Podemos destacar o funcionamento das *teletelas* como parte fundamental da estrutura de poder estabelecida. Ao longo da narrativa as personagens são submetidas a um monitoramento constante e rigoroso. Através das teletelas, encarregadas de vigiar e difundir a propaganda política do Partido, a polícia das ideias atuava visando capturar aqueles que cometessem o *crimepensar*.

Em função da falta de leis específicas, deliberando a legalidade ou ilegalidade de um ato/pensamento, seria necessário desenvolver uma obediência cega, uma disciplina interna que permitisse impedir o *crimepensamento* antes que acontecesse: “A mente precisava desenvolver um ponto cego sempre que um pensamento perigoso viesse à tona. O processo devia ser automático, instintivo. *Brecacrime*, era sua denominação em Novafala”<sup>231</sup>. Logo, os conceitos de vigilância e disciplina são fundamentais para compreensão da dinâmica do duplipensamento. Segundo Michel Foucault, as sociedades disciplinares são caracterizadas pela instituição de relações de poder/saber que visam a produção de corpos economicamente úteis e politicamente dóceis. A devoção ao Partido deve-se em grande medida a atuação da vigilância sobre cada um e seu efeito sobre o todo, o emprego dessa técnica de poder produz o comportamento disciplinado já que no entendimento de Foucault:

A disciplina é o conjunto de técnicas pelas quais os sistemas de poder vão ter por alvo e resultado os indivíduos em sua singularidade. É o poder de individualização que tem o exame como instrumento fundamental. O exame é a vigilância permanente, classificatória, que permite distribuir, os indivíduos, julgá-los, medi-los, localizá-los e, por conseguinte, utilizá-los ao máximo. Através do exame, a individualidade torna-se um elemento pertinente para o exercício do poder.<sup>232</sup>

<sup>230</sup> *New Directions in Prose and Poetry*, 1940.

<sup>231</sup> ORWELL, 2009, p.324.

<sup>232</sup> FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. São Paulo: Graal, 2012. p.182.

Como técnica de poder, a disciplina teve seus fundamentos elaborados no século XVIII, embora antes desse período ela já existisse mesmo que de modo fragmentado. É apenas no período moderno, mais precisamente no final do século XVIII e início do século XIX, que se dará a formação do que Foucault chama de sociedade disciplinar a partir da reforma e reestruturação do sistema judiciário em países da Europa e algumas partes do mundo. Em um primeiro momento, as transformações nos sistemas penais consistiram na reelaboração teórica da lei penal. Nessa nova perspectiva, o crime não deveria estabelecer nenhuma relação com a falta moral ou religiosa. O crime ou a infração penal é a violação da lei civil explicitamente instituída no corpo social através do segmento legislativo do poder político, portanto:

Para que haja infração é preciso haver um poder político, uma lei e que essa lei tenha sido efetivamente formulada. Antes da lei existir, não pode haver infração. Segundo esses teóricos, só podem sofrer penalidades as condutas efetivamente definidas como repreensíveis pela lei.<sup>233</sup>

As chamadas leis positivas elaboradas pelo poder político são “boas” na medida em que representam o que é útil para sociedade, de maneira que o seu conteúdo define como reprovável o que é danoso à sociedade, estabelecendo por oposição o que é útil. Logo, o crime é algo que perturba e danifica a sociedade:

O criminoso é um inimigo interno. Esta ideia do criminoso como inimigo interno, como indivíduo que no interior da sociedade rompeu o pacto que havia teoricamente estabelecido, é uma definição nova e capital da história da teoria do crime e da penalidade.<sup>234</sup>

Como dano social o crime deve ser evitado e, se cometido, reparado. Por esse motivo a lei penal deve ser feita para que possa permitir a reparação do distúrbio causado à sociedade. Se o dano não pode ser desfeito é necessário que não possa ser retomado pelo criminoso que o iniciou ou por qualquer outro. Para os teóricos da reforma penal do século XVIII apontados por Foucault, decorrem quatro formas possíveis de punição, sendo elas: a expulsão do espaço social onde a legalidade foi quebrada; o isolamento através da vergonha e humilhação no interior do espaço moral, público; a compensação do dano social pelo trabalho forçado; evitar que o dano possa ser uma vez mais causado, pena de talião.

No século XIX, os mencionados projetos de penalidades foram progressivamente substituídos pelo aprisionamento. Esta nova forma de penalidade que se desenrola no século XIX “passa a ser um controle, não tanto sobre se o que fizeram os indivíduos está em conformidade, ou não, com a lei, mas sobre o que podem fazer, o que são capazes de fazer, o

---

<sup>233</sup> FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro : Nau, 2013. p.82

<sup>234</sup> *Ibid.*, p.83.

que estão sujeitos a fazer, o que estão na iminência de fazer”<sup>235</sup>. O *princípio da inspeção*, operacionalizado por Jeremy Bentham em seu plano arquitetural, Panoptismo, serve de modelo para as prisões e de esquema para a chamada sociedade disciplinar. Bentham procurava uma nova forma de “garantir o poder da mente sobre a mente”, em um nível nunca visto. A ideia do princípio de inspeção tinha como propósito manter sob inspeção um determinado número de indivíduos, não importando quão diferentes poderiam ser as finalidades. Em praticamente qualquer ramo da indústria poderia ser utilizado, prisões, casas de correção, manufaturas, hospícios, escolas:

É obvio que, em todos esses casos, quanto mais constantemente as pessoas a serem inspecionadas estiverem sob a vista das pessoas que devem inspecioná-las, mais perfeitamente o propósito do estabelecimento terá sido alcançado. A perfeição ideal, se esse fosse o objetivo, exigiria que cada pessoa estivesse realmente nessa condição, durante cada momento do tempo. Sendo isso impossível, a próxima coisa a ser desejada é que, em todo momento, ao ver razão para acreditar nisso e ao não ver a possibilidade contrária, ele deveria pensar que está nessa condição.<sup>236</sup>

O fundamento do plano está na centralidade da situação do inspetor, somada a outros mecanismos eficientes para ver sem ser visto. Os indivíduos a serem inspecionados devem ter a constante sensação de estarem sob inspeção, ou pelo menos, a inspeção ser uma grande possibilidade. Nessa condição o inspetor goza de uma aparente onipresença “combinada com a extrema facilidade de sua *real presença*”.<sup>237</sup> O princípio da inspeção consiste em fazer não que os indivíduos *suponham*, mas que eles tenham a *certeza* que aquilo que fizerem será sabido ainda que esse não seja sempre o sucedido. Embora antigos, os dispositivos disciplinares passam cada vez mais por um processo de aperfeiçoamento. A partir dos séculos XVII e XVIII, em função do avanço da disciplina industrial, aparece uma nova técnica de gestão de homens. O gerenciamento dos homens com o objetivo de regular suas multiplicidades, otimizar o seu uso e maximizar o efeito útil de sua atividade laboral aparece como um sonho utilitário do mundo, em que o Panóptico é o princípio geral de construção. A eficácia da construção panóptica é garantida pela posição central da vigilância e sua invisibilidade:

Que o olho veja, sem ser visto – aí está o maior ardil do Panóptico. Se posso discernir o olhar que me espia, domino a vigilância, eu espio também, aprendo suas interminências, seus deslizes, estudo suas regularidades, posso despistá-la. Se o Olho está escondido, ele me olha, ainda quando não esteja me vendo. Ao se esconder na sombra, o Olho intensifica todos os seus poderes – e a

---

<sup>235</sup> *Ibid.*, p.86.

<sup>236</sup> BENTHAM, Jeremy. **O Panóptico**. Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2008, p.20.

<sup>237</sup> *Ibid.*, p.30.



economia ainda ganha com isso, pois o número dos que suportam a função de vigilância pode ser reduzido na medida dessa intensificação.<sup>238</sup>

Dessa maneira a máquina panóptica compreende um máximo de vigiados a partir de um mínimo de vigilantes. Seu propósito é a submissão da natureza ao útil, isto é, o Panóptico é o paradigma do mundo utilitarista:

O Panóptico será o espaço do controle totalitário. Tudo nele será então pesado, comparado, avaliado. Tudo será localizado. Tudo será discutido. Tudo terá um sentido explicitável. O mundo, nesse lugar, será de cabo a rabo dominado. Não há detalhes de que o discurso não se encarregue.<sup>239</sup>

Seu objetivo é alcançar a uniformidade tanto quanto possível e a mais metódica distinção, daí a codificação de cada indivíduo: “Garantidas as identidades, tornar-se-á possível a grande contabilidade das utilidades”.<sup>240</sup> Enquanto utilitarista, Bentham racionaliza a política a partir do cálculo dos prazeres, a dor e o prazer na qualidade de “senhores soberanos da humanidade” são as alavancas que possibilitam o governo e aperfeiçoamento dos homens:

O que é original no homem benthamiano é a sujeição. O cálculo dos prazeres comenta um enunciado único: o homem é submisso, ele é governável, ele é, por natureza, desnaturável pela sensibilidade; basta, para conduzi-lo, segurar as alavancas que ativam suas molas; procurando o prazer, fugindo da dor, ele é uma máquina elementar, entregue pela Natureza ao poder dos distribuidores da felicidade.

Se a humanidade é serva de dois senhores, ela será conseqüentemente serva de quem se fizer senhor de seus senhores. E no Panóptico, como vimos, é como cães que Bentham solta o prazer e a dor em cima dos reclusos.<sup>241</sup>

O panóptico está inserido em um novo conjunto das relações entre corpo e poder institucional que redimensionaram o estatuto do observador no século XIX.<sup>242</sup> Em *Técnicas do observador*, Jonathan Crary aponta como se deu a ruptura com as formas renascentistas de considerar a visão e o observador para compreensão da visualidade dos séculos XIX e XX. O autor sugere que no início do século XIX ocorreu uma transformação significativa na constituição da visão. O desenvolvimento da fotografia, as pinturas modernistas das décadas de 1870 e 1880 podem ser entendidos como indicativos tardios de uma mudança fundamental que

<sup>238</sup> MILLER, Jacques-Alain. A máquina panóptica de Jeremy Bentham. In: O Panóptico. p.91

<sup>239</sup> *Ibid.*, p.92.

<sup>240</sup> *Ibid.*, p.109.

<sup>241</sup> *Ibid.*, p.115/116.

<sup>242</sup> Bentham escreve o Panóptico em 1786 na Rússia, havia viajado para encontrar o irmão mais novo, Samuel, que lá estava a serviço de Catarina, a Grande, no projeto de modernização daquele país. Segundo Bentham, fora seu irmão que concebeu a ideia da arquitetura de sua prisão, orientado, sobretudo, pelas crescentes necessidades da disciplina industrial, pois muitas pessoas deveriam estar sob constante vigilância de um número reduzido, a aplicabilidade desse princípio demonstrou uma vasta gama de finalidades. A filosofia utilitarista de Bentham busca apreender as pulsões humanas e transformá-las em força produtiva, em trabalho. Este projeto é parte considerável da vida e obra do autor, sua realização era uma ideia fixa que por duas décadas buscou promover.

estava em curso por volta de 1820. A tese defendida por Crary é que antes mesmo do surgimento da fotografia houve uma reorganização do observador no século XIX.

A produção do observador no século XIX coincidiu com novos procedimentos de disciplina e regulação. Em cada um dos termos mencionados, trata-se da questão de um corpo alinhado com e operando em conjunto de peças com rodas que giram e se movimentam com regularidade. Os imperativos de uma organização racional do tempo e do movimento na produção permearam simultaneamente diversas esferas da atividade social. Muitas delas foram dominadas pela necessidade de conhecer as capacidades do olho, sua organização e seu controle.<sup>243</sup>

As mudanças oriundas do processo de industrialização da sociedade europeia geraram novas formas de administrar, um panoptismo social, capaz de racionalizar o espaço e populações urbanas (agrupamentos de trabalhadores, estudantes, pacientes, prisioneiros etc.) transformando suas vidas em força produtiva. A gerência desses corpos foi possível através de uma série de conhecimentos, ou melhor, saberes, medicina, educação, psicologia, racionalização laboral, fisiologia, domínios que Foucault denomina de tecnologia dos indivíduos. Por intermédio desses mecanismos o homem é disponibilizado ao aparelho de produção para que o seu tempo de vida possa ser utilizado máximo.

O Panóptico pretende instituir um controle sobre o corpo, desenvolvendo uma psicologia que não consegue escapar da atuação de forças de um ambiente absolutamente condicionado: “Formidável plano de transformação social pelo controle, O Panóptico tem tons de ficção científica. Como todas as utopias, ele nos diz algo sobre nosso futuro”.<sup>244</sup> Com o propósito de monitorar diariamente os habitantes da Oceania, a teletela seria assim o fundamento do panóptico benthamiano potencializado a máxima realização. Na qualidade de aparelho mais sofisticado e pernicioso na tecnologia disciplinar no panorama distópico de *1984*, a teletela poderia captar a mais singela alteração da frequência cardíaca condenando o indivíduo, um instrumento formidável na produção de disciplina, ao mesmo tempo que produz um saber sobre o vigiado, instaura o terror psicológico que atua sobre cada individualidade.

[...] já em nossa época, o olho, desta vez completamente invisível e onipresente da câmera, dissocia o poder de controle da forma arquitetural, que fica, assim, aparentemente liberada. O enfraquecimento físico do poder é consequência de sua diluição pela cibernética.<sup>245</sup>

Todo o sistema de poder do partido está baseado no princípio da inspeção. Utilizando os recursos da ficção científica Orwell compôs o cenário uma sociedade onde tudo é

<sup>243</sup> CRARY, Jonathan. **Técnicas do observador: visão e modernidade no século XIX**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012. p. 112.

<sup>244</sup> PERROT, Michelle. O inspetor Bentham. In: *O Panóptico*. p.164

<sup>245</sup> *Ibid.*, p.155.

devidamente vigiado, registrado. Além das teletelas, as crianças eram educadas desde muito cedo a denunciar os pais caso estes apresentassem um comportamento fora do desejado. A elaboração de toda propaganda e representação do Big Brother em cartazes, moedas, bandeiras, embalagens etc. dava a sensação de uma vigilância permanente através de seu olhar. A conformidade do sujeito nessa condição demandaria um elevado nível de autodisciplina pois qualquer forma de desvio, de inquietude, poderia ser sua perdição. Nesse sentido, reflete Winston, o sistema nervoso era o principal inimigo uma vez que as angústias acumuladas no íntimo do indivíduo poderiam ser convertidas em sintoma visível:

Era terrivelmente perigoso deixar os pensamentos à solta num lugar público qualquer ou na esfera de visão de uma teletela. Qualquer coisinha podia ser sua perdição. Um tique nervoso, um olhar inconsciente de ansiedade, o hábito de falar sozinho – tudo que pudesse produzir uma impressão de anormalidade, de que tinha alguma coisa a esconder. Fosse como fosse, ostentar uma expressão inadequada o rosto (parecer incrédulo no momento em que uma vitória era anunciada, por exemplo) era em si uma infração passível de castigo. Havia inclusive uma palavra para isso em Novafala: *rostocrime*.<sup>246</sup>

A crítica de Orwell ao caráter cada vez mais disciplinador das sociedades industriais é ressaltada na figura de Emmanuel Goldstein por intermédio do livro sedicioso *Teoria e prática do coletivismo oligárquico*. O livro clandestino apontava os artifícios que o Partido utilizava para controlar os corpos e as mentes em Oceania. Nele, Goldstein diz que pela primeira vez o governo conseguiu manter os cidadãos completamente sobre controle. Isso teria ocorrido graças ao desenvolvimento da imprensa que facilitou a manipulação da opinião pública e, com o rádio e o cinema o processo fora agravado. A vida privada teria chegado ao fim com o desenvolvimento da televisão “o avanço técnico que possibilitou a recepção e a transmissão simultâneas por intermédio do mesmo aparelho”.<sup>247</sup> Ao que tudo indica Orwell temia que com o desenvolvimento da tecnologia o princípio da inspeção pudesse ser realmente levado às últimas consequências.

Mesmo quando sozinhos, nunca podem ter certeza de que estão sós. Onde quer que estejam, dormindo ou acordados, trabalhando ou descansando, no banho ou na cama, podem ser inspecionados sem aviso e sem tomar conhecimento de que estão sendo inspecionados. Nada do que fazem é indiferente. Seus amigos, suas distrações, seu comportamento para com esposas e filhos, a expressão de seus rostos quando estão sozinhos, as palavras que murmuram no sono, mesmo os movimentos característicos de seus corpos, são rigorosamente escrutinados.<sup>248</sup>

---

<sup>246</sup> ORWELL, 2009, p.79.

<sup>247</sup> *Ibid*, p.243.

<sup>248</sup> *Ibid.*, p.248.

A preocupação extremada pela vida privada dos indivíduos resulta na regulação da atividade sexual. Como já dissemos anteriormente, é comum que os programas utópicos se ocupem da questão sexual pela defesa da liberdade ou pelo louvor da regulação. Orwell entendia que havia uma estreita relação entre ortodoxia política e privação sexual. No romance, o único propósito do casamento é a concepção de novos indivíduos, a relação sexual não deveria ser compreendida como exercício do prazer ou como expressão de sentimento afetivo, mas como uma obrigação asquerosa. Na incapacidade de extinguir o impulso sexual era preciso distorcê-lo, controlá-lo. O objetivo seria a eliminação de qualquer prazer no ato sexual, inviabilizando que homens e mulheres desenvolvessem vínculos de lealdade que pudessem colocar em questão sua devoção ao Partido.

Não era apenas que o instinto sexual criasse um mundo próprio fora do controle do Partido – um instinto que, por isso, se possível, tinha de ser destruído. O mais importante era que a privação sexual levava à histeria, desejável porque podia ser transformada em fervor guerreiro e veneração ao líder. Eis como Julia descrevia a questão:

“Quando você faz amor, está consumindo energia; depois se sente feliz e não dá a mínima para coisa nenhuma. E eles não toleram que você se sintá assim. Querem que você esteja estourando de energia o tempo todo. Toda essa história de marchar para cima e para baixo e ficar aclamando e agitando bandeiras não passa de sexo que azedou. Se você está feliz na própria pele, porque se excitar com esse negócio de Grande Irmão, Planos Trienais, Dois Minutos de Ódio e todo resto da besteirada?”<sup>249</sup>

A sessão dos *dois minutos de ódio* é representada como uma espécie de histeria coletiva em que a doença é o odioso Goldstein, suposto responsável por todos ataques e sabotagens ao Partido. Nesse encontro, os membros do Partido são possuídos por uma corrente de ódio, pelo desejo de matar e torturar, toda essa energia é canalizada na figura de Goldstein. O momento de êxtase se dá com a aparição cinematográfica do Grande Irmão que os acalenta com firmeza e bravura, levando os membros do partido às lágrimas e a calorosas declarações de amor. Toda a energia sexual reprimida é redirecionada em culto ao líder, portanto, uma relação típica entre ortodoxia política e castidade que Orwell buscava demonstrar.

---

<sup>249</sup> *Ibid.*, p.161

## 4.2 INDUSTRIALISMO E GUERRA: SACRIFÍCIO E ELIMINAÇÃO DA SUBJETIVIDADE INDIVIDUAL

Nesse cenário de arregimentação das massas e de reforço da autoridade no século XX, podemos somar os efeitos decorrentes das mudanças nas relações de trabalho nas sociedades altamente industrializadas. O texto de Antonio Gramsci, *Americanismo e fordismo*, evidencia que a vida na indústria exige um tirocínio generalizado, uma sequência de adequações psicofísicas a determinadas condições de trabalho, habitação, nutrição que não são naturais e, portanto, devem ser adquiridas. Gramsci sinalizava para uma tentativa da criação de uma nova ética sexual em conformidade com os novos métodos de trabalho e produção.

É revelador como os industriais (especialmente Ford) se interessam pelas relações sexuais de seus empregados e em geral pela ampla sistematização das suas famílias. A aparência puritana que assumiu, como no caso do proibicionismo, não deve induzir ao erro; a verdade é que não se pode desenvolver o novo tipo de homem demandado pela racionalização da produção e do trabalho até que o instinto sexual esteja totalmente regulado, até que ele tenha sido também racionalizado.<sup>250</sup>

A argumentação de Gramsci aponta que a trajetória do industrialismo foi uma batalha constante contra a *animalidade* do homem, um processo constante, geralmente deplorável e violento “de sujeição dos instintos (naturais, isto é, animais e primitivos) a sempre novas, mais complexas e rígidas normas e hábitos de ordem, de exatidão, de precisão”.<sup>251</sup> Ao olhar para os Estados Unidos da América, Gramsci percebe que a racionalização do trabalho fez com que os industriais empreendessem investigações sobre a vida privada dos operários:

[...] os serviços de inspeção criados em algumas empresas para controlar a *moralidade* dos operários são necessidades do novo método de trabalho. Quem menosprezasse estas iniciativas (mesmo que tenham fracassado), e visse nelas só uma manifestação hipócrita de *puritanismo*, negaria qualquer possibilidade de entender a importância, o significado e a *meta objetiva* do fenômeno americano, que é *também* o maior esforço coletivo conferido até agora para criar, com extraordinária rapidez e com a consciência da finalidade nunca vista na história, um novo tipo de trabalhador e de homem. A expressão *consciência da finalidade* pode parecer no mínimo espirituosa a quem recorde a frase de Taylor sobre o *gorila amestrado*. Taylor, de fato, exprime com cinismo brutal a finalidade da sociedade americana, de desenvolver no trabalhador posturas maquinais mínimas e automáticas, eliminar o antigo senso psicofísico do trabalho profissional qualificado, que demandava uma participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalhador, e reduzir as operações produtivas ao aspecto físico maquinal somente. Mas na realidade essas não são novidades originais. Trata-se apenas da fase mais recente de um longo processo que foi iniciado com o nascer do próprio

<sup>250</sup> GRAMSCI, Antonio. *Americanismo e fordismo*. São Paulo : Hedra : 2008. p.45.

<sup>251</sup> *Ibid.*, p.61.

industrialismo, fase que só é mais intensa que as precedentes e se manifesta nas formas mais brutais, mas que também serão superadas com a criação de um novo senso psicofísico diferente do precedente, e indubitavelmente *superior*.<sup>252</sup>

O empenho dos industriais em desenvolver mecanismos de controle de sexualidade de seus funcionários condiz, ou melhor, certamente inspirou Orwell na construção de sua crítica no que tange a *regulação do instinto sexual* que é resultado da própria racionalização do trabalho e da produção. Essas iniciativas demonstram a tentativa da criação de um novo tipo de homem, o homem útil e dócil ao qual se referiria Foucault, a propósito: o sonho do paradigma utilitarista benthamiano. Como exposto no trecho anterior, a imagem do *gorila amestrado* é sintomática do projeto de imprimir no trabalhador gestos automáticos eliminando a participação psicofísica ativa do trabalho, tornando-o cada vez mais repetitivo, maquinal. Esse aspecto é transposto para ficção ao considerarmos que o exercício do duplificação só é possível a partir de vigilância continuada que garantirá a disciplina necessária ao empreendimento de transformar o pensamento em instinto, um gesto automático, transformá-lo em um “não-pensamento”, ou como lemos no romance: *burrice protetora*.

As transformações oriundas da reorganização da atividade industrial tiveram consequências diretas no comportamento político do homem. De acordo com Guy Debord – *A sociedade do espetáculo* – surge nas sociedades altamente industrializadas uma relação social entre pessoas mediada por imagens, o espetáculo, que para Debord é ao mesmo tempo o resultado e o projeto do modo de produção capitalista. Com a revolução industrial, divisão do trabalho e a produção em larga escala, a mercadoria se colocou cada vez mais como uma força que preenche a vida social; o processo produtivo capitalista constituiu “uma ciência da dominação que tem que se especializar: ela se estilhaça em sociologia, psicotécnica, cibernética, semiologia, etc., e controla a autorregulação de todos os níveis do processo”.<sup>253</sup> Na medida em que o sistema econômico é fundado no isolamento ele próprio é uma *produção circular do isolamento*:

O isolamento fundamenta a técnica; reciprocamente, o processo técnico isola. Do automóvel à televisão, todos os *bens selecionados* pelo sistema espetacular são também suas armas para o reforço constante das condições de isolamento das “multidões solitárias”. O espetáculo encontra sempre mais, e de modo mais concreto, suas próprias pressuposições.<sup>254</sup>

---

<sup>252</sup> *Ibid.*, p.66/67.

<sup>253</sup> DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto. 2012. p.31

<sup>254</sup> *Ibid.*, p.23

O desenvolvimento do capitalismo industrial e, juntamente, técnica e ciência, engendraram uma nova forma de organização social que passou necessariamente por uma reestruturação do conhecimento sobre o corpo e da interrelação característica desse saber com poder social. A afirmação categórica de Foucault em *Vigiar e Punir*<sup>255</sup> revela que o escopo desta nova organização é a vigilância e não o espetáculo como afirmara Debord. No entanto, conforme observa Crary, a contraposição levantada por Foucault entre vigilância e espetáculo parece desconsiderar que os efeitos desses regimes de poder podem confluir.

Usando o panóptico de Bentham como objeto teórico fundamental, Foucault ressalta incessantemente as maneiras pelas quais os sujeitos humanos se tornam objetos de observação, sob a forma de controle institucional ou do estudo científico e comportamental. Contudo, ele negligencia os novos modos pelos quais a própria visão se converte em tipo de disciplina ou forma de trabalho.<sup>256</sup>

Cuidadosamente, Crary registra que o espetáculo, de acordo com sua utilização por Debord, não toma forma até meados do século XX, portanto, não aparece ao mesmo tempo que o panóptico e os aparelhos ópticos do século XIX, abordados em seu estudo sobre a visibilidade e reestruturação do observador naquele século. Estes aspectos estão intimamente relacionados com a reorganização industrial do corpo no século XIX que engendrou a organização do trabalho no século XX. O período compreendido entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX é o palco das principais transformações tecnológicas e científicas que estabeleceram os principais sistemas de organização do trabalho, sendo eles: taylorismo e fordismo.

Resumidamente, o sistema Taylor (1856-1915) proporcionou a divisão técnica do trabalho na produção industrial partindo da ideia fundamental da especialização extrema das atividades e das funções, tomando como princípio prático fundamental o “estudo do tempo”, que basicamente se vale da habilidade e do conhecimento do trabalhador mais experiente da empresa no desempenho de funções determinadas medindo o tempo da realização de cada uma, após essa fase serão padronizadas as melhores maneiras de executar cada etapa do trabalho, estas por sua vez serão impostas aos demais trabalhadores como normas.<sup>257</sup> A novidade introduzida

<sup>255</sup> “Nossa sociedade não é a de espetáculos, mas de vigilância [...] Não estamos nem nas arquibancadas nem no palco, mas na máquina panóptica, investidos por seus efeitos de poder que nós mesmos renovamos, pois somos suas engrenagens.” FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 38 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. p.205

<sup>256</sup> CRARY, 2012., p.26.

<sup>257</sup> “O que distingue o sistema taylorista de organização dos seus precedentes é o fato de que toda essa complexa análise e planejamento que envolve ficam, após sua implementação, a cargo da administração da empresa, e somente dela. Toda a experiência, todas as técnicas relativas às atividades realizadas nas várias instâncias da empresa são repassadas para trabalhadores especializados em analisá-las com base em métodos experimentais, através dos quais são padronizadas, tendo em vista a redução da quantidade de operações desnecessárias, do tempo

por Henry Ford (1862-1947) no sistema taylorista em fraca expansão se deu com a linha de produção em série. O objeto de trabalho fora deslocado para um dispositivo automático para atravessar todas as fases produtivas. No decorrer da linha de produção, as atividades de trabalho dispostas entre operários fixos em seus postos determinados:

A divisão taylorista havia possibilitado que se distribuíssem os trabalhadores e suas ferramentas efetivamente ao longo de uma linha, ao padronizar o trabalho em atividades cujas operações eram uniformizadas. Pode-se dizer, nesse sentido, que o sistema taylorista foi incorporado e desenvolvido pelos dispositivos organizacionais e tecnológicos fordistas, na medida em que, no lugar dos homens responsáveis pelo deslocamento de materiais e objetos de trabalho, máquinas automáticas passaram a se encarregar por tal, suprimindo o trabalho humano numa produção cuja cadência contínua impunha uma concentração dos trabalhadores somente dentro do raio de ação que efetivamente transformava as matérias-primas em produtos acabados.<sup>258</sup>

Esse processo de sujeição do trabalhador a máquina, isto é, o operário tornando-se um acessório já havia sido prognosticado por Karl Marx ainda no século XIX. Progressivamente a participação criativa dos trabalhado é tolhida, sendo exigida apenas um gesto automático durante a jornada de trabalho “O nível de simplificação impede qualquer abstração conceitual sobre o trabalho e isso, vale dizer, é uma finalidade do sistema”.<sup>259</sup> É precisamente nesse cenário de profunda industrialização e de guerra que surgem obras como *1984* que procuram criticar as transformações que deslocaram o homem do centro do pensamento social para a margem, colocando-o em uma posição consideravelmente frágil.

Um filme que traz uma tematização desse contexto é *Metropolis* (1927), de Fritz Lang. O enredo: Freder Fredersen (Gustav Fröhlich), o filho do homem mais poderoso de Metrópolis, descobre a penúria em que vivem a massa de operários que garantem o funcionamento da esplendorosa cidade. Com a ajuda de Maria (Brigitte Helm) - pacifista que acalma os operários, evitando o conflito com os patrões até a aparição do conciliador – Freder explora submundo dos trabalhadores onde presenciaria a morte de um operário em função da longa e exaustiva jornada de trabalho. Profundamente abalado, Freder vai até o pai (em vão) em busca de uma solução para o problema. Este por sua vez recorre ao cientista maneta<sup>260</sup> Rotwang (Rudolf Klein-Rogge), inventor de um robô feminino que remodela para ser uma cópia pervertida de

---

de execução das demais, dos gastos de energia física e mental dos trabalhadores, da ociosidade dos equipamentos, dos intervalos entre uma operação e outra, entre outros objetivos”. PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século XX: taylorismo, fordismo e toyotismo**. 3.ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2013. p.31.

<sup>258</sup> PINTO, 2013, p.37.

<sup>259</sup> *Ibid.*, p.38.

<sup>260</sup> Este detalhe é significativo na medida em que Rotwang revela que sacrificar uma das mãos foi um pequeno preço a se pagar para a criação do robô que, inicialmente, serviria para trazer de volta (simular) a falecida amada (mãe de Freder). Este elemento nos oferece uma imagem do autossacrifício em função da técnica.



Maria arruinando os planos de conciliação. Sob o comando de Rotwang, o robô acaba influenciando os trabalhadores a violência e revolução, o que provoca o alagamento da zona proletária da cidade que põe em risco a vida dos filhos dos próprios operários. No entanto, Freder e a verdadeira Maria salvam todas as crianças da enchente. A reconciliação é alcançada quando Maria proclama que o coração (Freder) precisa ser o mediador entre o cérebro (classe dirigente) e as mãos (trabalhadores).

[...] a ambientação futurista não tinha a intenção de ser profética, mas sim mítica, com elementos da arquitetura, indústria, design e política da década de 1920 misturando-se com o medieval e o bíblico para produzir imagens de uma arrebatadora estranheza: um robô futurista queimando na fogueira; um cientista louco e mão-de-ferro que também é um alquimista do século XVI; os trabalhadores que se arrastam em direção as mandíbulas de uma máquina que é também o antigo deus Moloch.<sup>261</sup>

Dentre os muitos elementos presentes no filme que abordam as preocupações e o imaginário da época, podemos enfatizar a apreensão quanto à acentuada urbanização e industrialização e o surgimento na modernidade do “homem criador”,<sup>262</sup> que em função do seu domínio da técnica é capaz da efetiva transformação da natureza.<sup>263</sup> Os elementos citados se relacionam diretamente com o aspecto demoníaco que a técnica assume através de Moloch, representado no filme transfigurado no maquinário industrial que consome os operários. Moloch aparece também no ensaio de Ernst Jünger *O trabalhador. Domínio e figura* (1932) como “alegoria para o sacrifício da individualidade em prol da mobilização total da técnica”.<sup>264</sup> Segundo Victor de O. P. Coelho, a obra de Jünger contribuiu política e intelectualmente para a escalada do fascismo alemão, fazendo parte do chamado “Movimento Revolucionário Conservador”. Em sua obra citada, Jünger (1895-1998) relaciona o tipo/figura do trabalhador com a noção de sacrifício da individualidade em prol da mobilização total da técnica. Jünger recorrera à *Fronterlebnis* (experiência do *front*) da Primeira Guerra Mundial para conciliar reação política com tecnologia moderna.

<sup>261</sup> NEWMAN, Kim. In: SCHNEIDER, Steven Jay. **1001 filmes para ver antes de morrer**. – Rio de Janeiro: Sextante, 2010. p.56.

<sup>262</sup> BLUMENBERG, Hans. “Imitação da natureza”: contribuição à pré-história da ideia do homem criador. In: COSTA LIMA, Luiz (Org.). *Mimesis e a reflexão contemporânea*. Tradução Luiz Costa Lima, revisão técnica Carlinda Nuñez. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010, p.95.

<sup>263</sup> “[...] com a criação de mecanismos sem nenhuma correspondência prévia no mundo orgânico (como a hélice a motor); por outro lado, a ciência enquanto técnica, agente de uma autêntica originalidade e de domínio sobre a natureza, é acompanhada de uma pobreza de linguagem autorreflexiva. Desse descompasso, em que o “*topos* da imitação da natureza encobre a incompreensibilidade da originalidade humana, considerada uma violência metafísica”, surge a expressão “o demônio da técnica”. COELHO, Victor de O. P. **Ernst Jünger e o demônio da técnica: modernidade e reacionarismo**. *Topoi* (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 18, n. 35, p.246-273, maio/ago. 2017. p.248/249.

<sup>264</sup> *Ibid.*

Naquela época, como pontuou [Jeffrey] Herf em seu *O modernismo reacionário*, os alemães buscavam o desafio de unir a técnica moderna ao princípio de *Kultur*, rejeitando-se a razão iluminista em prol de um projeto político tradicionalista e autoritário. Nesse contexto, Jünger foi “um esteta ideal-típico da direita e, a exemplo de outros membros da vanguarda europeia, sentia-se atraído pela tecnologia porque acreditava que esta pudesse ajudar a estetizar a política e assim resolver uma crise da decadência e declínio cultural”, diz o autor, e devemos ter em conta também a obra *O declínio (ou a decadência) do Ocidente* (1918) de Oswald Spengler, que teve grande repercussão à época.<sup>265</sup>

De acordo com Hermínio Martins,<sup>266</sup> entre os séculos XIX e XX, a literatura sociológica relativa a questão da técnica esteve atrelada a noções como “controle”, “domínio”, ou “conquista” da natureza. Esse debate pode ser dividido em duas traições “ideais-típicas”, sendo elas: a “Prometeica”, que tomou impulso após a Revolução Francesa, e a “Faústica”, resultando nas reflexões de Martin Heidegger. Resumidamente, a tradição Prometeica vincula o domínio técnico da natureza as finalidades humanadas, ao bem comum, a emancipação de toda a espécie; ao passo que a tradição Fáustica empenha-se desmitificar os pressupostos prometeicos, buscando ultrapassá-los sem uma saída evidente e incontestável. No período de crise alemã pós Primeira Guerra, os argumentos do tipo fáustico são privilegiados, da mesma maneira que há uma negação dos valores liberais democráticos e universalistas:

A rejeição do princípio liberal da liberdade individual como fundamento político (ou do Direito) é o que aproximava o pensamento de Jünger com os de Carl Schmitt e Martin Heidegger, no contexto que ficou conhecido como Movimento Revolucionário Conservador alemão (ou a Revolução Conservadora).<sup>267</sup>

Recordemos que a defesa da liberdade individual (pensamento/expressão) é o combustível da escrita de Orwell. Enquanto contemporâneos, ainda que com diferentes nacionalidades, Jünger e Orwell compartilham um *horizonte intelectual* para utilizarmos a expressão de Coelho. Já apontamos anteriormente que o chamado “movimento revolucionário conservador” pode ser entendido (pela ambiguidade que traz próprio nome) como uma expressão concreta do Orwell chamaria de duplificação: uma estranha combinação entre contraditórios excludentes. A hipótese levanta por Coelho é que no ensaio *O trabalhador*, Jünger sistematiza uma *Lebensphilosophie* bélica a partir da glorificação do mundo industrial como a alternativa de uma nova totalidade, isto é, a partir da *figura (Gestalt)* ou *tipo do trabalhador* temos uma saída:

<sup>265</sup> COELHO, 2017, p.250/251.

<sup>266</sup> MARTINS, Hermínio. Tecnologia, modernidade e política. *Lua Nova*, n. 40, 1997, p.282-320. *Apud* COELHO, 2017.

<sup>267</sup> COELHO, *op. cit.*, p.252.

[...] no ambiente político-intelectual da modernização conservadora alemã: a subjetividade individual deve se sacrificar em prol da mobilização total da técnica, no espaço industrial e na guerra. Como já foi apontado antes, a racionalidade iluminista é trocada pela “linguagem sem palavras” da técnica e esta, por sua vez, deve ser encarada em sua dimensão *cultural*. Enfim, a totalidade ideal, enquanto “terceira instância” (Humboldt) entre os cidadãos e a contingência, daria lugar novamente a uma totalidade ontológica; a totalidade do trabalho; e a natureza idílica, índice da totalidade perdida e presente nos movimentos neorromânticos reacionários, dá lugar à natureza planificada do trabalho.<sup>268</sup>

Como o próprio autor ressalta, não exclusivamente na obra de Jünger, mas também o horizonte intelectual da Alemanha pós Primeira Guerra fora marcado pela ideia de que a militarização e a mobilização oriundas da guerra não haviam acabado mesmo após o “término” do conflito.<sup>269</sup> Em Jünger a mobilização total está relacionada ao trabalho no espaço fabril, mas também à atividade militar no campo de batalha. Estes elementos estão intimamente relacionados com o aspecto fundamental da obra jüngeriana, coincidindo com um dos pontos evidentes da crítica de Orwell a modernidade: a eliminação da subjetividade individual.<sup>270</sup> Para Orwell, o objetivo primário da guerra moderna seria a utilização dos produtos das máquinas sem que isso resultasse na elevação do padrão geral de vida. Toda mobilização que envolve a guerra teria como objetivo a destruição de excedentes da produção de bens de consumo, diz através de Goldstein “Desde o fim do século XIX, o problema de o que fazer com o excedente de produção de bens de consumo tem sido uma questão latente na sociedade industrial”.<sup>271</sup> A guerra como meio artificial de destruição serviria para conter o aumento do padrão de vida do ser humano médio que teve um crescimento significativo desde a segunda metade do século XIX: “No início do século XX, a visão de uma sociedade futura inacreditavelmente rica, ociosa, organizada e eficiente – um mundo antisséptico, cintilante, de vidro e aço e concreto branquíssimo – fazia parte da consciência de praticamente toda pessoa culta”.<sup>272</sup> Havia as condições materiais para uma organização social em que os homens trabalhassem menos, tivessem alimento necessário e as desigualdades fossem progressivamente diminuídas. Evidente o problema trazido para a ordem política:

Claro, era possível imaginar uma sociedade na qual a riqueza, no sentido de bens e luxos pessoais, fosse distribuída equitativamente, enquanto o poder

<sup>268</sup> *Ibid.*, p.253

<sup>269</sup> KAES, Anton. The Cold Gaze: Notes on Mobilization and Modernity. *New German Critique*, n. 59, Special Issue on Ernst Jünger, p. 105-117, Spring/Summer, 1993 *apud* COELHO, 2017.

<sup>270</sup> Segundo Hannah Arendt a psicologia do homem de massa representa: “[...] a perda radical do interesse do indivíduo em si mesmo, a indiferença cínica ou enfasiada diante da morte, a inclinação apaixonada por noções abstratas guindadas ao nível de normas de vida, e o desprezo geral pelas óbvias regras do bom senso.” ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p.445

<sup>271</sup> ORWELL, 2009, p.224.

<sup>272</sup> *Idem*.

permanecia nas mãos de uma pequena casta privilegiada. Na prática, porém, uma sociedade desse tipo não poderia permanecer estável por muito tempo. Porque se lazer e segurança fossem desfrutados por todos igualmente, a grande massa de seres humanos que costuma ser embrutecida pela pobreza se alfabetizaria e aprenderia a pensar por si; e depois que isso acontecesse, mais cedo ou mais tarde essa massa se daria conta de que a minoria privilegiada não tinha função nenhuma e acabaria com ela. A longo termo, uma sociedade hierárquica só era possível num mundo de pobreza e ignorância.<sup>273</sup>

Logo, a grande questão seria: “como manter as rodas da indústria em ação sem aumentar a riqueza real das pessoas?”<sup>274</sup> era preciso dar continuidade a produção de mercadorias, mas estas não poderiam ser distribuídas. Na prática, a guerra ofereceu uma alternativa, pois o esforço da guerra é planejado para consumir todo excedente disponível, depois de salvaguardar as necessidades mais básicas da população. Como ato principal da guerra é a destruição, de vidas e do trabalho humano, desperdiçando os excedentes de bens contribuindo para a mentalidade conveniente a perpetuação de uma sociedade hierárquica:

Ao mesmo tempo, a consciência de estar em guerra, e portanto em perigo, faz com que o comissionamento de todo poder a uma pequena casta seja visto como uma condição natural e inevitável de sobrevivência [...] é necessário também que ele seja um fanático crédulo e ignorante e que nele predominem sentimentos como o medo, o ódio, a adulação e um triunfo orgiástico. Em outras palavras, é necessário que ele tenha a mentalidade adequada a um estado de guerra. Não interessa se a guerra está de fato ocorrendo e, visto ser impossível uma vitória decisiva, não importa se a guerra vai bem ou mal. A única coisa necessária é que exista um estado de guerra.<sup>275</sup>

No universo de *1984*, o culto ao líder é segurado a partir da articulação da *novafala*, *mutabilidade do passado*, e do *duplipensar* que por sua vez é garantido pela vigilância continuada e os diversos mecanismos disciplinares responsáveis pelo cultivo da disciplina interna necessária ao seu exercício. Além disso, as condições materiais de existência e a relação do indivíduo com o corpo são absolutamente cruciais para o desenvolvimento da trama. A situação da sociedade europeia na primeira metade do século XX, marcada pela disciplina do capitalismo industrial transposta para diversas esferas da vida, a violência da guerra e a condição psicológica do homem de massa contribuíram para o fortalecimento de ideologias que ofereciam uma salvação mesmo que isso custasse a realidade objetiva dos fatos:

Mas diz-se que cada um de nós, em algum ponto, age de modo semelhante ao paranoico, corrigindo alguém traço inaceitável do mundo de acordo com seu desejo e inscrevendo esse delírio na realidade. É de particular importância o caso em que grande número de pessoas empreende conjuntamente a tentativa de assegurar a felicidade e proteger-se do sofrimento através de uma delirante

---

<sup>273</sup> ORWELL, 2009, p.225/226.

<sup>274</sup> *Idem.*

<sup>275</sup> ARENDT, 2012, p.227/228.

modificação da realidade. [...] . Naturalmente, quem partilha o delírio jamais o percebe.<sup>276</sup>

A ideia de desabilitar uma verdade objetiva não é recente, na antiga Grécia “Os sofistas tinham mostrado que é possível defender com igual valor uma tese X e sua antítese Y, colocando, desta maneira, a habilidade retórica acima da busca de uma verdade objetiva, independente de sua apreciação discursiva”.<sup>277</sup> Evidente que a ambientação sociocultural entre antigos e modernos é completamente distinta e, por essa razão, devemos evitar eventuais anacronismos. . Hannah Arendt estabelece com precisão a diferença entre antigos e modernos:

A diferença mais marcante entre os sofistas antigos e os modernos é simples: os antigos se satisfaziam com a vitória passageira do argumento à custa da verdade, enquanto os modernos querem uma vitória mais duradoura, mesmo que à custa da realidade. Em outras palavras, aqueles destruíram a dignidade do pensamento humano, enquanto estes destroem a dignidade da ação humana. O filósofo preocupava-se com os manipuladores da lógica, enquanto o historiador vê obstáculos nos modernos manipuladores dos fatos, que destroem a própria história e sua inteligibilidade, colocada em perigo sempre que os fatos deixam de ser considerados parte integrante do mundo passado e presente, para serem indevidamente usados a fim de demonstrar esta ou aquela opinião.<sup>278</sup>

É no paradoxo da noção normativa de verdade, tributária da ideia de progresso iluminista, e a efemeridade das relações socioeconômicas no período moderno que possibilitam o surgimento deste modo de pensar *sui generis*. Dito de outra maneira, a ideia de duplificação desenvolvida por Orwell em *1984* desaprova a postura que valida o conceito de verdade para embasar e alcançar resultados tecnológicos precisos e, simultaneamente, desconsidera que a História pudesse ser escrita e orientada a partir do mesmo princípio, afinal, para Orwell apesar da carga de subjetividade que qualquer relato histórico possa trazer consigo é necessário estabelecer a verdade tanto quanto possível. Daí a importância do duplificação para o exercício do poder ao longo da narrativa:

O Ministério da Paz cuida dos assuntos de guerra; o Ministério da Verdade trata das mentiras; o Ministério do Amor pratica a tortura; e o Ministério da Pujança lida com a escassez de alimentos. Essas contradições não são acidentais e não resultam de mera hipocrisia: são exercícios deliberados de duplificação. Pois somente reconciliando contradições é possível exercer o poder de modo indefinido. É a única maneira de quebrar o antigo ciclo. Se quisermos evitar para sempre o advento da igualdade entre os homens – se quisermos que os Altos, como os chamamos, mantenham para sempre suas posições -, o estado mental predominante deve ser, forçosamente, o da insanidade controlada.<sup>279</sup>

---

<sup>276</sup> FREUD, 2011, p.26.

<sup>277</sup> GAGNEBIN, 2005, p.31.

<sup>278</sup> ARENDT, 2012, p.34

<sup>279</sup> ORWELL, 2009, p.255.

Em cada um dos ministérios citados estava escrito o lema do Partido: “GUERRA É PAZ, LIBERDADE É ESCRAVIDÃO, IGNORÂNCIA É FORÇA”, a máxima expressão do duplipensamento - “O Partido foi *capaz* de produzir um sistema de pensamento no qual os dois estados podem coexistir sem problemas. Essa foi a única base intelectual capaz de oferecer permanência à autoridade do Partido”.<sup>280</sup> Observemos que o duplipensamento consiste basicamente na estranha convergência entre elementos contrários, verdadeiro/falso, revolucionário/conservador podem coincidir como guerra/paz e liberdade/escravidão. O duplipensamento exige que o pensamento atue sobre si mesmo, explorando seus próprios paradoxos, como reflete Camus apoiando-se na reflexão aristotélica:

A primeira providência do espírito é distinguir o verdadeiro do falso. Mas quando o pensamento reflete sobre si mesmo, o que ele descobre antes de tudo é uma contradição. Inútil esforçar-se aqui para ser convincente. Ninguém demonstrou mais clara e elegantemente isto do que Aristóteles há séculos: “A consequência, muitas vezes ridicularizada, destas opiniões é que elas se destroem a si mesmas. Pois afirmando que tudo é verdade, afirmamos a verdade da afirmação oposta e em consequência a falsidade da nossa própria tese (pois a afirmação oposta não admite que ela possa ser verdadeira). E se dizemos que tudo é falso, esta afirmação também se revela falsa. Se declaramos que só é falsa a afirmação oposta à nossa ou então que só a nossa não é falsa, mesmo assim somos obrigados a admitir um número infinito de juízos verdadeiros ou falsos. Pois aquele que emite uma afirmação verdadeira, pronuncia ao mesmo tempo que ela é verdadeira, e assim por diante até o infinito.”<sup>281</sup>

Sendo assim, na trajetória do pensamento ocidental, é na conjuntura da crise da sociedade europeia, com isolamento do homem, surge o que Orwell representou na forma do duplipensamento, como afirmara Debord: a vida concreta dos homens se diluiu em universo especulativo. Conforme é retratado na obra a submissão adquirida através da disciplinarização dos sujeitos circunscreve o pensamento a um ato de obediência que garante a infalibilidade do Grande Irmão. O indivíduo precisa saber se é conveniente dizer que preto é branco e, vice-versa, mesmo que no estante seguinte tenha que dizer exatamente o contrário.<sup>282</sup> Esse exercício, chamado de “controle de realidade”, exige um redirecionamento constante da memória:

Duplipensamento significa a capacidade de abrigar simultaneamente na cabeça duas crenças contraditórias e acreditar em ambas. O intelectual do Partido sabe em que direção suas memórias precisam ser alteradas; em consequência, sabe está manipulando a realidade; mas, graça ao exercício do duplipensamento, ele também se convence de que a realidade não está sendo violada. O processo precisa ser consciente, do contrário não seria conduzido com adequada precisão, mas também precisa ser inconsciente, do contrário

<sup>280</sup> *Ibid.*, p.253.

<sup>281</sup> CAMUS, Albert. **O mito de Sísifo**. 5ªed. – Rio de Janeiro: BestBolso, 2014. p.30

<sup>282</sup> “De um membro do Partido exige-se que tenha não apenas a opinião certa, mas os instintos certos”. ORWELL, 2009, p.248/249

traria consigo um sentimento de falsidade e, portanto, culpa. O duplipensamento situa-se no âmago do Soving, visto que o ato essencial do Partido consiste em usar o engodo consciente sem perder a firmeza de propósito à total honestidade. Dizer mentiras deliberadas e ao mesmo tempo acreditar genuinamente nelas; esquecer qualquer fato que tiver se tornado inconveniente e depois, quando ele se torna de novo necessário, retirá-lo do esquecimento somente pelo período exigido pelas circunstâncias; negar a existência da realidade objetiva e ao mesmo tempo tomar conhecimento da realidade que negamos – tudo isso é indispensavelmente necessário. Mesmo ao usar a palavra duplipensamento é necessário praticar o duplipensamento. Porque ao utilizar a palavra admitimos que estamos manipulando a realidade; com um novo ato de duplipensamento, apagamos esse conhecimento; e assim por diante indefinidamente, com a mentira sempre um passo adiante da verdade.<sup>283</sup>

Exatamente a esta altura gostaríamos de retomar a figura de Jeremy Bentham. Vejamos o que ele diz sobre o grande e inovador propósito de seu plano arquitetural:

Homens de partido, polemistas de todo o tipo e todos os outros epicuristas, cujas bocas salivam diante das benesses do poder, poderiam, aqui, proporcionar a si próprios um rico banquete, adaptados a seus vários gostos, livre do gosto amargo da contradição. Dois mais dois poderia, aqui, ser menos do que quatro; ou a lua poderia ser feita de queijo verde [...].<sup>284</sup>

Portanto, a proposta de Bentham seria viabilizar ao homem a realização de experiências nos domínios do corpo e da mente, possibilitaria o exercício efetivo do duplipensar, o jogo metafísico, em que dois mais poderiam ser menos ou mais que quatro, sem prejuízo à razão instrumental: “Em filosofia, religião, ética e política, talvez o resultado de dois e dois seja cinco, mas quando se trata de projetar uma arma de fogo ou um avião, o resultado tem de ser quatro.”<sup>285</sup> Por negar tamanhos escândalos, Winston acaba capturado. O’Brien estava empenhado em solapar todas as certezas dele que, pouco a pouco, dariam lugar ao amor incondicional ao Grande Irmão.

#### **4.3 – WINSTON X OBRIEN: MEMÓRIA E “CONTROLE DE REALIDADE”**

A terceira parte do livro retrata o aprisionamento de Winston e seu processo de “reabilitação”. Desde o início Winston estava condenando. Seus atos de desobediência, as tardes no quarto desfrutando os pequenos prazeres com Júlia, seus pensamentos no caderno, tudo isso para, finalmente, amar o Grande Irmão. O’Brien que se apresentou como um membro

---

<sup>283</sup> *Ibid.*, p.252.

<sup>284</sup> BENTHAM, 2008, p.80.

<sup>285</sup> ORWELL, 2009, p.234.

infiltrado da *Confraria* e seguidor de Goldstein era um impostor. Seduziu Winston o para “curá-lo”:

Winston compreendera sua futilidade, sua leviandade ao afrontar o poder do Partido. Sabia agora que fazia sete anos que a Polícia das Ideais o observava como se ele fosse um besouro debaixo de uma lupa. Não havia ato físico nem palavra pronunciada em voz alta que eles não tivessem notado, nenhuma sequência de ideias que não tivessem sido capazes de inferir.<sup>286</sup>

Inicialmente, Winston fora levado para uma sala com quem compartilhou com outros “crimepensantes”. Havia dos tipos de prisioneiros: os comuns e os membros do Partido. Winston não sabia ao certo a quanto tempo e onde estava, mas presumia que ali era o Ministério do Amor. Aos criminosos comuns as punições normalmente aplicadas era a execução sumária, trabalhos forçados etc.; aos membros do partido o tratamento tinha que ser diferente. Enquanto aguardava Winston surpreende-se com a chegada de Parsons, seu vizinho devoto do Partido, que havia sido denunciado pela própria filha, ele teria dito enquanto dormia “Abaixo o Grande Irmão”, apesar da denúncia estava profundamente orgulhoso de sua garota “Se vê que recebeu uma boa educação em casa!”.<sup>287</sup> Acompanhados de oficiais, prisioneiros chegavam e partiam, um deles fora designado para o “Quarto 101”, implorou:

Não precisa me levar para aquele lugar! Eu já lhe disse tudo, não disse? O que mais o senhor quer saber? Confesso tudo o que o senhor quiser, tudo! É só me dizer o que é, que confesso na hora. Escreva, que eu assino. Qualquer coisa! Mas o quarto 101 não!<sup>288</sup>

As súplicas de nada adiantaram, com fome há semanas, ele apenas queria que aquilo acabasse de uma vez, aceitaria de bom grado um tiro na cabeça, enforcamento, uma vida inteira de trabalhos forçados. Estava disposto a denunciar qualquer pessoa, condenaria a própria família para evitar o maldito quarto 101. Winston esperava já há algum tempo, a fome dera lugar a sede e, vagamente, conseguia pensar em Júlia. Eis que a porta abre uma vez mais: O’Brien entrou; Winston diz “Pegaram você também!”, ironicamente O’Brien responde “Me pegaram há muito tempo [...] Você sabia disso, Winston. Não se iluda. Você sabia – sempre soube”.<sup>289</sup> Agora, Winston percebia, mas não havia tempo para pensar em nada disso, pensava apenas no guarda com porrete e onde iria atingi-lo, no cotovelo:

Quanto à dor, só era possível desejar uma coisa: que ela cessasse. Nada no mundo era tão ruim quanto a dor física. Diante da dor não há heróis, não há

---

<sup>286</sup> *Ibid.*, p.322/323.

<sup>287</sup> *Ibid.*, p.276.

<sup>288</sup> *Ibid.*, p.278.

<sup>289</sup> *Ibid.*, p.281.



heróis, pensava uma e outra vez, contorcendo-se no chão e segurando inutilmente o braço inutilizado.<sup>290</sup>

Winston estava deitado em um tipo de cama de campanha e impossibilitado de realizar qualquer movimento. O'Brien o observava e, do outro lado, um homem de jaleco branco segurava uma seringa. Suas lembranças eram descontínuas, não sabia ao certo quanto tempo estava ali (dias, talvez, semanas) e quantas vezes apanhara. Orwell leva algumas páginas detalhando torturas físicas e psicológicas, agressões, interrogatório que o induziam ao erro, que faziam com que confessasse o que tinha e o que não tinha feito:

Winston tornou-se apenas uma boca que revelava, uma mão que assinava tudo o que exigissem que assinasse. Sua única preocupação era descobrir o que queriam que confessasse e em seguida confessar depressa, antes que a intimidação recomeçasse. [...] Era mais fácil confessar tudo e comprometer todo mundo. Além do mais, em certo sentido, era tudo verdade. Era verdade que fora um inimigo do Partido, e aos olhos do Partido, não havia menor diferença entre pensamento e ação.<sup>291</sup>

O'Brien supervisionava e comandava tudo, ordenava os ataques dos guardas e impedia que o matassem. Estabelecia a hora do descanso, da alimentação, das drogas, tudo: “O'Brien era o algoz, o protetor, o inquisidor, o amigo.”, fazia as perguntas e induzia as respostas, falava ao ouvido de Winston: “Não se preocupe, Winston; você está sob meus cuidados. Durante sete anos, zelei por você. Agora chegou o momento decisivo. Vou salvar você, vou torná-lo perfeito”.<sup>292</sup> Enquanto causava dor a Winston, O'Brien não perdia o semblante sereno “Tinha o ar de um médico, de um professor, e mesmo de um sacerdote, preocupado em explicar e persuadir, mais do que em punir.”<sup>293</sup> Diz a Winston:

Você é mentalmente desequilibrado. Tem problemas de memória. Não consegue se lembrar de acontecimentos reais e convence a si mesmo de que se recorda de coisas que nunca aconteceram. Felizmente, isso tem cura. Se até agora você não se curou foi porque não quis. Havia um pequeno esforço de vontade que não estava disposto a fazer. Mesmo agora, como eu sei, você se agarra à sua doença porque a considera uma virtude.<sup>294</sup>

O'Brien prossegue com o interrogatório perguntando a Winston com que potência a Oceânia estava em guerra naquele momento, ele responde que até a sua prisão a Oceânia estava em guerra com Lestásia. O'Brien pergunta se sempre esteve em guerra com a Lestásia, mas queria a verdade, a verdade *dele* (Winston). Em seguida, O'Brien o interrompe dizendo que anos atrás ele (Winston) teve uma alucinação gravíssima: Winston teria achado que três ex-

---

<sup>290</sup> *Idem.*

<sup>291</sup> *Ibid.*, p.285.

<sup>292</sup> *Ibid.*, p.287.

<sup>293</sup> *Ibid.*, p.288.

<sup>294</sup> *Ibid.*, p.289

membros – executados por traição e sabotagem depois de confessarem – não eram culpados pelos crimes. Imaginou ter visto uma prova documental incontestável de que todas as confissões eram falsas. O’Brien segurava um papel em das mãos. Preso como estava a cama, Winston não conseguia ver com clareza até que O’Brien mostrou por cerca de cinco segundos, a foto que atestava o que Winston defendia e ele (O’Brien) dizia ser fruto da imaginação. Winston exclamou “Ela existe!”, O’Brien negou. Foi até um “buraco da memória” do outro lado da sala e atirou a fotografia:

“Cinzas”, disse, “Nem mesmo cinzas identificáveis. Pó. Ela não existe. Nunca existiu.”

“Mas existiu! Ainda existe! Existe na memória. Eu me lembro. Você se lembra.”

“Eu não me lembro”, disse O’Brien.

O coração de Winston se apertou. Aquilo era duplipensamento. Sentiu-se dominado por uma impotência esmagadora. Se pudesse ter certeza de que O’Brien estava mentindo, isso, ao que parecia, não teria feito diferença. Mas era perfeitamente possível que O’Brien tivesse de fato esquecido a fotografia. E, se fosse assim, já teria se esquecido de que afirmara não se lembrar dela, teria se esquecido do próprio esquecimento. Como ter certeza de que aquilo não passava de um embuste? Talvez o desequilíbrio mental pudesse mesmo acontecer: foi esse o pensamento que selou sua derrota.<sup>295</sup>

O’Brien pede para que o Winston repita o slogan do Partido que trata sobre o controle do passado “Quem controla o passado controla o futuro, quem controla o presente o passado” e faz o seguinte questionamento “Você acha, Winston, que o passado tem uma existência real?”, Winston pensava na dor que ele poderia lhe causar caso não desse a resposta esperada, mas ele próprio já estava inseguro em qual acreditava ser a *verdadeira*.

“A metafísica não é o seu forte, Winston”, disse. “Até este momento, você nunca havia se perguntado o que é que as pessoas entendem por existência. Vou formular a pergunta com mais precisão. Por acaso o passado existe concretamente no espaço? Há em alguma parte um lugar, um mundo de objetos sólidos, onde o passado ainda esteja acontecendo?”

“Não.”

“Então onde o passado existe, se de fato existe?”

“Nos documentos. Está registrado.”

“Nos documentos. E...?”

“Na mente. Na memória humana.”

“Na memória. Muito bem. Nós, o Partido, controlamos todos os documentos e todas as lembranças. Portanto, controlamos o passado, não é mesmo?”<sup>296</sup>

Winston questiona como eles poderiam impedir que as pessoas lembrassem das coisas, afinal, ato de lembrar é involuntário, escapa do controle da pessoa. Como eles poderiam

<sup>295</sup> *Ibid.*, p.290/291.

<sup>296</sup> *Ibid.*, p.291/292.

controlar a memória. Exaltado, grita que a dele não fora controlada. O'Brien assume uma postura mais severa e explica:

“Pelo contrário”, disse, foi você que não a controlou. Por isso foi trazido pra cá. Está aqui porque não teve humildade suficiente, não teve autodisciplina. Não se dispôs ao ato de submissão que é o preço a ser pago pelo equilíbrio mental. Preferiu ser um lunático, uma minoria de um. Só a mente disciplinada enxerga a realidade, Winston. Você acha que a realidade é uma coisa objetiva, externa, algo que existe por conta própria. Também acredita que a natureza da realidade é autoevidente. Quando se deixa levar pela ilusão de que vê alguma coisa, supõe que todos os outros veem o mesmo que você. Mas eu lhe garanto, Winston, a realidade não é externa. A realidade existe na mente humana e em nenhum outro lugar. Não na mente individual, que está sujeita a erros e que, de toda maneira, logo perece. A realidade existe apenas na mente do Partido, que é coletiva e imortal. Tudo que o Partido reconhece como verdade é verdade. É impossível ver a realidade se não for pelos olhos do Partido. É esse o fato que você precisa reaprender, Winston. E isso exige um ato de autodestruição, um esforço de vontade. Você precisa se humilhar antes de conquistar o equilíbrio mental.<sup>297</sup>

Depois de uma breve pausa, O'Brien perguntou se Winston lembrava de uma frase que tinha escrito em seu diário “Liberdade é a liberdade de dizer que dois mais dois são quatro?””, Winston afirmou. O'Brien levantou a mão esquerda, com o polegar escondido e os outros dedos estendidos:

“Quantos dedos tem aqui, Winston?”  
 “Quatro.”  
 “E se o Partido disser que não são quatro, mas cinco – quantos dedos serão?”  
 “Quatro.”<sup>298</sup>

Após a resposta, um gemido de dor. O'Brien regulara o ponteiro do mostrador para cinquenta e cinco, quanto mais perto de cem maior era a dor sentida por Winston. O'Brien perguntou novamente, Winston insistiu na resposta, não sabia o que mais poderia dizer que não fosse quatro. O interrogatório continua com as mesmas perguntas e respostas, exausto, Winston pede para aquilo parar e responde cinco, mas O'Brien não se dá por satisfeito:

“Não, Winston, assim não. Você está mentindo. Continua achando que são quatro. Quantos dedos?”  
 “Quatro! Cinco! Quatro! O que você quiser. Apenas pare com isso, pare a dor!”<sup>299</sup>

Winston sentia frio, lágrimas caíam de seus olhos. Disse que não saberia como poderia deixar de ver o que está diante dos olhos, dois e dois são quatro, não tinha como ser diferente. O'Brien respondeu que talvez, às vezes poderia ser cinco, quatro, ou mesmo “Às vezes são

---

<sup>297</sup> *Ibid.*, p.292.

<sup>298</sup> *Ibid.*, p.293.

<sup>299</sup> *Ibid.*, p.294.

todas essas coisas ao mesmo tempo. Precisa se esforçar mais. Não é fácil adquirir equilíbrio mental”.<sup>300</sup> O’Brien insistiu no procedimento, para o desespero de Winston que queria ver cinco se pudesse, estava tentando ver cinco, mas não era o suficiente ainda: “O que você quer: me convencer de que vê cinco ou realmente vê-los?” – “Vê-los”.<sup>301</sup> Winston já não sabia mais o que estava dizendo, se via quatro, cinco, ou seis dedos. A tortura o deixara a um passo da loucura, imaginava que levavam pessoas como ele para aquele lugar para fazê-las confessar, castigá-las, mas O’Brien revela o verdadeiro propósito:

Foi para curá-lo! Para fazer de você uma pessoa equilibrada! Será que é tão difícil assim você entender, Winston, que ninguém sai deste lugar sem estar curado? Não estamos preocupados com aqueles crimes idiotas que você cometeu. O Partido não se interessa pelo ato em si: é só o pensamento que nos preocupa. Não nos limitamos a destruir nossos inimigos; nós o transformamos. Entende o que estou querendo dizer?<sup>302</sup>

A estratégia do Partido consistia em não produzir mártires, não cometer os “erros” que os totalitários do passado cometeram, queria que todas as confissões fossem “verdadeiras”, sobretudo para garantir que os mortos não se levantassem contra o Partido. O objetivo é trazer o indivíduo para o lado do Partido, de forma genuína, de corpo e alma: “Nós tornamos o cérebro perfeito antes de destruí-lo. A ordem dos antigos despotismos era: ‘Não Farás. A ordem dos totalitários era: ‘Farás’. Nossa ordem é: ‘És’.”<sup>303</sup> Na sequência, Winston é levado ao “Quanto 101”, a segunda parte de sua reintegração. A primeira era o aprendizado, depois compreensão, e, por fim, aceitação. O’Brien explica a Winston que ao Partido só interessa o poder, apenas o poder pelo poder, o poder puro. Diferente de nazistas alemães e comunistas russos, diz O’Brien, eles sabiam seu propósito real:

Sabemos que ninguém toma o poder com o objetivo de abandoná-lo. Poder não é um meio, mas um fim. Não se estabelece uma ditadura para proteger uma revolução. Faz-se a revolução para instaurar a ditadura. O objetivo da perseguição é a perseguição. O objetivo da tortura é a tortura. O objetivo do poder é o poder. Agora você está começando a me entender? [...]. Já está na hora de você ter uma idéia do que significa poder. A primeira coisa que precisa entender é que o poder é coletivo. O indivíduo só consegue ter poder na medida em que deixa de ser indivíduo. Você conhece o lema do Partido: ‘Liberdade é Escravidão’. Nunca se deu conta de que a frase é reversível? Escravidão é liberdade. Sozinho – livre – o ser humano sempre será derrotado. Assim tem de ser, porque todo ser humano está condenado a morrer, o que é o maior de todos os fracassos. Mas se ele atingir a submissão total e completa, se conseguir abandonar sua própria identidade, se conseguir fundir-se com o Partido a ponde ser o Partido, então será todo-poderoso e imortal. A segunda coisa que você deve entender é que poder é poder sobre os seres humanos.

---

<sup>300</sup> *Ibid.*, p.294.

<sup>301</sup> *Ibid.*, p.295.

<sup>302</sup> *Ibid.*, p.297.

<sup>303</sup> *Ibid.*, p.299.

Sobre os corpos – mas, acima de tudo, sobre as mentes. Poder sobre a matéria – a realidade objetiva, como você diria – não é importante. Nosso controle sobre a matéria já é absoluto. [...]. Controlamos a realidade porque controlamos a mente. A realidade está dentro do crânio [...]. Você precisa se livrar dessas idéias do século XIX a respeito das leis da natureza. Nós é que fazemos as leis da natureza.<sup>304</sup>

Winston continua sendo torturado física e psicologicamente. O'Brien consegue quebrá-lo, fazendo-o renegar Júlia e, finalmente, amar o Grande Irmão. A exposição, apesar de longa, é absolutamente necessária. Os trechos selecionados nos colocam diante de questões fundamentais da crítica de Orwell aos acontecimentos políticos de seu tempo.

Os campos de concentração, segundo Hannah Arendt, funcionaram como laboratórios em que se experimentou a transformação da natureza do homem, por meio da destruição da autenticidade de cada pessoa, tornando-as descartáveis. Nesse sentido, o totalitarismo surgiu como uma nova forma de dominação que representou a destruição da política. Diferente da monarquia e da república, o totalitarismo busca produzir indivíduos que não visem nada além que não esteja definido na ideologia da qual fazem parte. Isso só foi possível pela escalada do *desamparo*, consequência da promoção de uma sociedade de trabalhadores. O'Brien, evidentemente, é personificação do indivíduo absorvido pela ideologia enquanto Winston, seu contraponto, representa a resistência, um princípio, uma força capaz de derrotar o Partido:

“Então que princípio é esse que nos vai derrotar?”

“Não sei. O espírito do homem.”

“E você se considera um homem?”

“Sim.”

“Se você é um homem, Winston, você é o último deles. Sua espécie está extinta. Nos somos os herdeiros. Você entende que está sozinho? Você está fora da história. Você é inexistente.”<sup>305</sup>

No livro *A condição humana* (2014), Hannah Arendt propõe pensar uma reconsideração da condição humana a partir das mais novas experiências e temores do pós-guerra, nas palavras da autora “trata de pensar o que estamos fazendo”. Para este propósito utiliza o conceito de *vita activa*, isto é, o conjunto de três atividades humanas fundamentais: trabalho, obra e ação. A atividade do *trabalho*, entendida como o metabolismo do homem com a natureza, visa necessidades de continuidade do homem. A *obra*, ou fabricação, corresponde ao aspecto não-natural da existência humana, isto é, a obra assegura um mundo artificial de coisas, distinto de qualquer ambiente natural. A *ação*, por sua vez, é a atividade que se dá exclusivamente entre homens, sem a mediação de coisas naturais ou artificiais: “A ação, na medida em que se

<sup>304</sup> *Ibid.*, p.308/309.

<sup>305</sup> *Ibid.*, p.315.

empenha em fundar e preservar corpos políticos, cria a condição para lembrança [*remembrance*], ou seja, para a história”.<sup>306</sup>

Ao “recuperar” o termo *vita activa* a autora indica uma mudança significativa do valor social atribuído ao trabalho na era moderna em relação aos períodos anteriores. O termo *vita activa*, carregado de tradição, é tão velho quanto a tradição ocidental do pensamento político. Aristóteles caracterizava três modos de vida (*bioi*) que os homens podiam escolher livremente: “a vida de deleite dos prazeres do corpo, na qual o belo é consumido tal como é dado; a vida dedicada aos assuntos da *pólis*, na qual a excelência produz belos feitos; e a vida do filósofo, dedicada a investigação e à contemplação das coisas eternas”.<sup>307</sup> Nesse sentido, nem a obra e nem o trabalho eram tidos como dignos o bastante para a constituição de um *bios*, isto é, “um modo de vida autônomo e autenticamente humano; uma vez que serviam e produziam o que era necessário e útil, não podiam ser livres e independentes das necessidades e carências humanas”.<sup>308</sup> Segundo Arendt, a era moderna promoveu uma *glorificação teórica do trabalho* disso resulta a transformação de toda a sociedade em uma sociedade trabalhadora. Fica evidente que das atividades que compõe a *vita activa*, a ação é a atividade por excelência da política:

Todas as atividades humanas são condicionadas pelo fato de que os homens vivem juntos, mas ação é a única que não pode sequer ser imaginada fora da sociedade dos homens. A atividade do trabalho não requer a presença de outros, mas um ser que trabalhasse em completa solidão não seria humano, e sim *um animal laborans* no sentido mais literal da expressão. Um homem, obrando, fabricando e construindo [*working and fabricating and building*] um mundo habitado somente por ele mesmo, seria ainda um fabricante, embora não um *homo faber*: teria perdido sua qualidade especificamente humana e seria, antes, um deus – certamente não o Criador, mas um demiurgo divino como Platão o descreveu em dos seus mitos. Só ação é prerrogativa exclusiva do homem; nem um animal nem deus é capaz de ação, e só a ação depende inteiramente da constante presença de outros.<sup>309</sup>

Na argumentação de Arendt, além da era moderna promover a glorificação do trabalho, promoveu ainda uma confusão entre trabalho e obra, ao serem recorrentemente utilizados como sinônimos. Sua consideração é fundamentada na dualidade regular encontrada nas línguas europeias:

Ao contrário da atividade da obra [*working*], que termina quando o objeto está acabado, pronto para ser acrescentado ao mundo comum de coisas, a atividade do trabalho [*laboring*] move-se sempre no mesmo círculo prescrito pelo

---

<sup>306</sup> ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 2014. p.11.

<sup>307</sup> *Ibid.*, p.16.

<sup>308</sup> *Idem.*

<sup>309</sup> *Ibid.*, p.27/28.

processo biológico do organismo vivo, e o fim de suas “fadigas e penas” só advém com a morte desse organismo.<sup>310</sup>

Para Arendt, a uniformidade predominante em uma sociedade baseada no trabalho e no consumo tem íntima relação com a experiência somática de trabalhar conjuntamente “na qual o ritmo biológico do trabalho humano une de tal forma o grupo de trabalhadores a ponto de cada um poder sentir que não é mais um indivíduo, mas um com os outros”.<sup>311</sup> Muitos aspectos de sua obra – podem ser colocados entre parênteses, por exemplo: as considerações de Hans Blumenberg do “homem como ser de distância”, em que a política não visa o agir conjuntamente, ou *apenas* ele, mas em preservar mecanismos de distância;<sup>312</sup> seu elitismo aristocrático em relação ao trabalho, assim como sua visão reducionista sobre Marx – ao colocá-lo como teórico da glorificação, ou mesmo precursor do totalitarismo stalinista –, negligenciando aspectos importantes de sua teoria.<sup>313</sup> Em que pese as críticas contra ela, além de permitir toda reflexão teórica acerca do trabalho, é importante destacar que a própria Hannah Arendt (1906-1975) compartilha o horizonte intelectual dos autores citados: Orwell (1903-1950) e Jünger (1895-1998). Apesar disso, são de fundamental importância suas considerações acerca da filosofia moderna e seus desdobramentos na ciência, especialmente, sua atenção pela questão do senso comum. Como expõe Arendt, a filosofia moderna teve início com o *de omnibus dubitandum est* de Descartes, a partir de então a dúvida passa ocupar um lugar central na filosofia e no pensamento moderno que, anteriormente, era ocupado pelo *thaumazein* grego, admiração diante de tudo o que é como é.

Descartes foi o primeiro a conceitualizar esse duvidar moderno, que depois dele passou a ser o motor autoevidente e inaudível que moveu todo o pensamento, o eixo invisível em torno do qual todo pensamento tem girado. [...]

Não foi a razão, mas um instrumento feito pela mão do homem, o telescópio, que realmente mudou a concepção física do mundo; o que os levou ao novo conhecimento não foi a contemplação, nem a observação, nem a especulação, mas a ativa interferência do *homo faber*, da atividade de fazer e fabricar [*making and fabricating*]. Em outras palavras, o homem estava enganado somente enquanto acreditava que a realidade e a verdade se revelariam aos

<sup>310</sup> *Ibid.*, p.120.

<sup>311</sup> *Ibid.*, p.265.

<sup>312</sup> HEINDENREICH, Felix. *Aspectos políticos na filosofia de Hans Blumenberg*. In: Rev. Filos., Aurora, Curitiba, v. 27, n. 41, p. 523-539, maio/ago. 2015.

<sup>313</sup> “[...] ao colocar Marx quase como um ideólogo da moderna glorificação do trabalho e da redução do homem a um animal (laborans) e ao tentar descobrir um Marx precursor do totalitarismo stalinista, Arendt não somente descarta o instrumento analítico que poderia ajudá-la a aprofundar seu próprio pensamento, como, num mesmo movimento, vai submeter o pensamento de Marx a distorções de tão grande porte, que parecem aproximar Arendt - uma autora nada vulgar, pelo contrário - dos críticos mais vulgares de Marx. Procurando um Marx que não existe, ela executa uma plástica que deixa Marx simplesmente irreconhecível para qualquer leitor mediano de Marx.” DANTAS, Gilton. **A crítica de Hannah Arendt a Karl Marx**. Revista de Sociologia em Rede, vol. 3, num. 3, 2013.

seus sentidos e à sua razão, bastando para tanto que ele permanecesse fiel ao que via com os olhos do corpo e da mente. A antiga posição entre a verdade sensorial e a verdade racional, entre a capacidade inferior dos sentidos para a verdade e a capacidade superior da razão para a verdade, perdeu sua importância ante esse desafio, ante a óbvia implicação que a verdade e a realidade não são dadas que nem uma nem outra aparecem como são, e que somente na interferência na aparência, na eliminação das aparências, pode-se conservar a esperança de atingir o verdadeiro conhecimento.<sup>314</sup>

Logo, se estabelece que a razão e a fé na razão não dependiam das percepções sensoriais isoladamente, estas poderiam ser ilusórias. Tudo acabou sendo posto em dúvida, como se o pressuposto democritiniano – que a vitória sobre a mente só poderia resultar na derrota da mente – estivesse concretizado. Com a ressalva de que, na era moderna, a leitura de instrumento parecia ter derrotado ambos, mente e sentidos.

Demócrito, após haver afirmado que, “na realidade, não existe branco, nem preto, nem amargo, nem doce” acrescentou: “Pobre mente, retiras teus argumentos dos sentidos e depois queres derrotá-los? Tua vitória será tua derrota”.<sup>315</sup>

Arendt destaca que a universalidade é a característica marcante da dúvida cartesiana, pela razão de que nada lhe escapa, experiência ou pensamento. Não podemos deixar de observar que é justamente uma vitória sobre a mente que O’Brien exige de Winston para a conquista do “equilíbrio mental”, o que é ainda mais revelador se pensarmos nos pesadelos que perseguem a filosofia cartesiana - e de toda era moderna – segundo Arendt:

Em um deles, a realidade – tanto a realidade do mundo quanto a da vida humana – é posta em dúvida; se não podemos confiar nos sentidos, nem no senso comum, nem na razão, então é possível que tudo que tomamos pela realidade não passe de um sonho. O outro diz respeito à condição humana geral, tal como revelada pelas novas descobertas, e à impossibilidade de os homens confiarem em seus sentidos e em sua razão; em tais circunstâncias, parece muito mais plausível a ideia de um espírito mau, um *Dieu trompeur*, que delibera e malignamente trai o homem, que aquela de que Deus comanda o universo. A consumada diabrura desse espírito mau consistiria em haver criado um ser dotado da noção de verdade apenas para conferir-lhe outras faculdades tais que ele jamais será capaz de alcançar qualquer verdade, jamais será capaz de estar certo de coisa alguma.<sup>316</sup>

O segundo ponto, diz Arendt, acabou por ser fundamental para o desenvolvimento da moralidade moderna, que não abandonou a capacidade para a verdade/realidade e/ou fé, mas perdera a certeza que antes acompanhavam. Outro ponto da razão cartesiana que devemos levar em consideração é aquele se fundamenta completamente na prerrogativa tácita de que a mente

---

<sup>314</sup> ARENDT, 2014, p.339/340.

<sup>315</sup> *Ibid.*, ver nota 31a. p.341.

<sup>316</sup> *Ibid.*, p.343/344.



só é capaz de conhecer aquilo que ela mesma produz e conserva em si. Em um sentido parecido O'Brien defende que a realidade existe apenas na mente humana e em nenhum outro lugar.

O que os homens têm agora em comum não é o mundo, mas a estrutura de suas mentes, e isso eles não podem, a rigor, ter em comum; o que pode ocorrer é apenas que a faculdade de raciocínio seja a mesma para todos. O fato de que, dado o problema de dois mais dois, todos chegaremos à mesma resposta, quatro, passa a ser de agora em diante o modelo máximo do raciocínio do senso comum.<sup>317</sup>

Tanto em Hobbes quanto em Descartes, a razão se converte em “cálculo de consequências”. A mente desse homem já não visualiza “dois-mais-dois-são-quatro como uma equação na qual os dois lados equilibram-se em uma harmonia autoevidente, mas concebe a expressão de um processo mediante o qual dois e dois *tornam-se* quatro”<sup>318</sup> com o objetivo de engendrar novos processos de adição que prosseguirão indefinidamente:

É essa a faculdade que a era moderna denomina raciocínio do senso comum; trata-se do jogo da mente consigo mesma, jogo esse que ocorre quando a mente se fecha contra toda realidade e “sente” somente a si própria. O resultado desse jogo são “verdades compulsórias, porque, supostamente, a estrutura mental de um homem difere da de outro apenas na forma do seu corpo. [...] Aqui, a definição do homem como *animal rationale* adquire uma terrível precisão: destituído do sentido mediante o qual os cinco sentidos animais do homem se ajustam a um mundo comum a todos os homens, os seres humanos não passam realmente de animais capazes de raciocinar, de “calcular as consequências”.<sup>319</sup>

Como salientamos, o duplipensamento também pressupõe um jogo, muito similar ao supracitado, a mente se fechando contra a realidade estabelecendo- a dentro de si própria. Há também um cálculo de consequência implícito: fugir do *crimepensamento*. Afinal, a realidade existe apenas na mente do Partido que é “coletiva e imortal”. É digno de nota que Orwell estabelece que em *novafala* não há palavra para ciência<sup>320</sup>:

O método empírico de pensamento, em que todas as realizações científicas do passado se fundavam, opõe-se aos princípios mais fundamentais do Socing. E mesmo o progresso tecnológico só se verifica quando, desta ou daquela maneira, seus produtos podem ser utilizados em prol da diminuição da liberdade humana.<sup>321</sup>

Retomando Hannah Arendt:

<sup>317</sup> *Ibid.*, p.351.

<sup>318</sup> *Ibid.*, p.352.

<sup>319</sup> *Idem.*

<sup>320</sup> “Das duas, uma: ou o cientista de hoje é uma mistura de psicólogo com inquisidor, estudando com extraordinária minúcia o significado de expressões faciais, gestos e tons de voz, e testando os efeitos de drogas, choques elétricos, hipnose e tortura física na produção de verdade; ou é um químico, físico ou biólogo preocupado exclusivamente com ramificações de suas áreas de estudo relevantes para a extinção da vida.” ORWELL, 2009, p.230.

<sup>321</sup> ORWELL, 2009, p.229.

A solução cartesiana dessa perplexidade foi deslocar o ponto arquimediano para dentro do próprio homem, escolher como último ponto de referência a configuração da própria mente humana, que se assegura da realidade e da certeza dentro de um arcabouço de fórmulas matemáticas produzidas por ela mesma. Aqui, a famosa *reductio scientiae ad mathematicam* permite substituir o que é dado através dos sentidos por um sistema de equações matemáticas nas quais todas as relações reais são dissovidas em relações lógicas entre símbolos criados pelos homens. É essa substituição que permite à ciência moderna cumprir a sua “tarefa de *produzir*” [*producing/produzieren*] os fenômenos e objetos que deseja observar. E o pressuposto é que nem um Deus nem um espírito mau podem alterar o fato de que dois mais dois são quatro.<sup>322</sup>

Contrariamente, O’Brien coloca que o Partido controla realidade em função do seu controle da mente, por esse motivo, dois mais dois pode ser diferente de quatro. Como apresentamos, Winston deveria se desprender das ideias do século XIX, pois é o Partido que determina as leis da natureza. Curiosamente, essa manipulação da realidade já era uma aspiração de um pensador do século XIX, Bentham: “Dois mais dois poderia, aqui, ser menos do que quatro”. As vertentes pragmáticas da filosofia moderna, inglesa e francesa especialmente, não se definiram exclusivamente pela “alienação cartesiana do mundo”, mas também pela adoção do princípio da utilidade “como a chave que abriria todas as portas à explicação da motivação do comportamento humanos”.<sup>323</sup> A partir a invenção do telescópio, houve a separação entre a verdade científica e a verdade filosófica; a primeira não precisa ser eterna e nem compreensível a razão humana que, na modernidade, acabou promovendo um divórcio entre realidade e razão humana e implicações diretas na filosofia:

Obviamente, a filosofia sofreu mais com a modernidade que qualquer outro campo do esforço humano; e é difícil dizer se sofreu mais em decorrência da quase automática elevação da atividade a uma dignidade completamente inesperada ou da perda da verdade tradicional, ou seja, do conceito de verdade subjacente a toda nossa tradição.<sup>324</sup>

Esse problema não afetou apenas a filosofia, mas a própria história enquanto paradigma explicativo. A perda do senso comum apontada por Arendt, curiosamente, engendrou na cultura uma falta de confiança que foi acentuada pelos resultados da *ciência contemporânea*.<sup>325</sup>

O progresso da Ciência implicou numa linguagem científica cuja formalização crescente esvaziou de sentido nossa percepção concreta, e, ademais, não só converteu, através a mediação técnica, o nosso meio ambiente em objetos criados pelo homem, como também conseguiu modificar, por meio da ação humana, o desencadeamento dos próprios processos da natureza, como evidencia a fissão do átomo. Destarte, diluiu-se a tradicional distinção entre natureza e cultura, e o homem, quando se confronta com a “realidade objetiva”, não encontra mais a natureza mas se desencontra consigo mesmo,

<sup>322</sup> ARENDT, 2014, p.352/353.

<sup>323</sup> *Ibid.*, p.380

<sup>324</sup> *Ibid.*, p.365

<sup>325</sup> Gripo do autor, *op. cit.* LAFER, Celso in prefácio: *Entre o passado e o futuro*. 2013. p.11

isto é, com objetos que criou e processos que desencadeou, que funcionam, mas que não entende por que não é capaz de explicá-los em linguagem comum.<sup>326</sup>

Como vimos, a história começou como *relato*, a narração daquele que viu. Apesar das transformações do conceito de história ao longo do tempo o “aspecto da história-relato, da história-testemunho, jamais deixou de estar presente no desenvolvimento da ciência histórica”.<sup>327</sup> O’Brien recorre a metafísica para questionar a própria ideia de passado e, por consequência coloca a história em xeque. Winston opõe-se levantando a questão dos documentos, dos registros, e da memória humana. O que se coloca nesse diálogo é a legitimidade do que se chamou *função social do passado ou da história* que se dá necessariamente da interação entre passado e presente:

A história recolhe sistematicamente, classificando e agrupando os fatos passados, em função das necessidades atuais. É em função da vida que ela interroga a morte. Organizar o passo em função do presente: assim se poderia definir a função social da história.<sup>328</sup>

A relação entre passado e presente no tange o discurso sobre a história nos coloca diante do problema da objetividade em história. A história se manifesta em pelo menos dois níveis: o da memória coletiva e a história dos historiadores, a segunda, diz Le Goff “deve esclarecer a memória e ajudá-la a retificar os seus erros”.<sup>329</sup> Se por um lado a história é produto da subjetividade de cada historiador, por outro o horizonte da objetividade é o seu lastro, portanto, o entendimento do caráter subjetivo do discurso histórico bem como:

A tomada de consciência da construção do fato histórico, da não inocência do documento, lançou uma luz reveladora sobre os processos de manipulação que se manifestam em todos os níveis da constituição do saber histórico. Mas esta constatação não deve desembocar num ceticismo de fundo a propósito da objetividade histórica e num abandono da noção de *verdade* em história; ao contrário, os contínuos êxitos no desmascaramento e na denúncia das mistificações e das falsificações da história permitem um relativo otimismo a esse respeito.<sup>330</sup>

Nesse sentido, a objetividade histórica se dá pela interminável revisão do trabalho histórico, verificações contínuas e pelo acúmulo de verdades parciais. Como já demonstramos, a defesa do discurso histórico, ou mais detalhadamente, a defesa da possibilidade da escrita da história com base em critérios de *verdade objetiva* é recorrente nos escritos de Orwell. A imaginação inerente ao ofício do historiador, é diferente da imaginação que se espera de um

<sup>326</sup> *Ibid*, p.12.

<sup>327</sup> LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 7ª ed. revista – Campinas, SP: Editora Unicamp, 2013. p. 12

<sup>328</sup> FEBVRE *apud* LE GOFF, 2013, *op. cit.*, p.29.

<sup>329</sup> *Ibid.*, p.32.

<sup>330</sup> *Ibid.*, p.12.

romancista. É a imaginação científica, aquele que se manifesta através da capacidade de abstração “Nada aqui distingue, nem deve distinguir, o historiador dos outros homens de ciência. Ele deve trabalhar nos seus documentos com a mesma imaginação que o matemático nos seus cálculos ou o físico e o químico nas suas experiências”.<sup>331</sup> O que é produzido pelo historiador nunca é idêntico à totalidade das circunstâncias passadas:

Todo evento investigado e representado historicamente nutre-se da ficção do factual, mas a realidade propriamente dita já não pode mais ser apreendida. Com isso não se quer dizer que o evento histórico seja estabelecido sem cuidado ou de maneira arbitrário, uma vez que o controle das fontes assegura a exclusão daquilo que não deve ser dito. Mas esse mesmo controle não prescreve aquilo que pode ser dito. Pode-se considerar que o historiador, de um ponto de vista negativo, está sujeito pelos testemunhos da realidade passada. Por outro lado, de um modo positivo, quando interpreta um evento a partir das fontes, ele se aproxima daquele narrador literário que se submete à ficção contida nos fatos para tornar mais verossímil a sua narrativa.<sup>332</sup>

Retomando *1984*, outro ponto levantado pelo Winston em seu embate com O’Brien é a existência das coisas passadas na mente humana, ou seja, na memória. Como propriedade de preservar determinadas informações, a memória refere-se primeiramente a um complexo de funções psíquicas pelas quais “o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”.<sup>333</sup> A dinâmica da memória humana interfere na ordenação de vestígios mnemônicos abandonados, mas também em sua releitura. Os fenômenos da memória, em seus aspectos biológicos e psicológicos, são resultados de sistemas dinâmicos de organização e existem somente em função da organização que os mantém e/ou os reconstitui.

[...] os psicanalistas e os psicólogos insistiram, quer a propósito da recordação, quer a propósito do esquecimento (nomeadamente no seguimento de Ebbinghaus), nas manipulações conscientes ou inconscientes que o interesse, a afetividade, o desejo, a inibição, a censura exercem sobre a memória individual. Do mesmo modo, a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta de forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.<sup>334</sup>

Portanto, a memória é um elemento fundamental para a constituição e manutenção de hegemonias políticas. Embora a postura de O’Brien seja escandalosa quanto à validade e existência do fato histórico quer no *documento* quer na *memória*, notamos que apesar da *negação*, o Partido não abdica da produção de uma história oficial, utiliza-se de mecanismos

---

<sup>331</sup> *Ibid.*, p.43.

<sup>332</sup> KOSELLECK, 2012, p.141.

<sup>333</sup> LE GOFF, 2013, p.387.

<sup>334</sup> *Ibid.*, p.390.

como os *buracos da memória* para destruir evidências que vão de encontro à sua versão da história; o próprio exercício do duplipensamento que articulado com a novafala e a mutabilidade do passado compõe o centro da sua doutrina, e também da crítica orwelliana, nos leva a conclusão de aqueles que *negam* a história não desconsideraram seu *efeito* para a realização de seus objetivos políticos. A memória é ainda um componente indispensável para formação de identidades, individuais ou coletivas, elemento fundamental que mobiliza as sociedades humanas em nível coletivo e individual, logo, um instrumento de poder valiosíssimo.

Santo Agostinho é um pensador basilar sobre a reflexão ocidental sobre tempo e memória. *Confissões* estabelece um corte fundamental em relação a filosofia antiga, especialmente Platão e Aristóteles, que consideravam o tempo em relação ao movimento dos astros. A contribuição de Santo Agostinho foi apresentar um entendimento sobre o tempo como inseparável da interioridade psíquica, estabelecendo a *temporalidade* como um novo tempo de reflexão, isto é, o fato dos homens não apenas terem seu ciclo de vida no decorrer do tempo (nascimento e morte), mas, especialmente, da sua consciência da própria condição temporal e mortal, a ligação ente tempo e linguagem:

[...] (fala do tempo/tempo da fala, escrita do tempo/tempo da escrita, música do tempo/tempo da música) será absolutamente decisiva para a própria possibilidade de uma definição de tempo – e da memória – por Agostinho. Em outros termos: é somente através de uma reflexão sobre nossa temporalidade, em particular sobre a temporalidade inscrita em nossa linguagem, que podemos alcançar uma reflexão não aporética sobre o tempo.<sup>335</sup>

A reflexão sobre a temporalidade era dificultada pela insistência de pensar a memória em termos espaciais, o aspecto fugidivo do tempo, isto é, “sua inexistência espacial objetiva”, dificultava o entendimento de sua verdadeira natureza. Agostinho deslocou a reflexão sobre a memória das categoriais espaciais para termos de atividade psíquica.<sup>336</sup> A meditação sobre o tempo passaria por uma reflexão sobre a linguagem que, conforme Gagnebin:

[...] a relação entre tempo e linguagem não é, como pareceria à primeira vista, uma mera relação de continente e de conteúdo, mas, criticadas essas categorias espaciais que nos confundem em vez de nos esclarecer, muito mais profundamente, uma relação transcendental mútua: o tempo se dá, de maneira privilegiada, à minha experiência em atividades de linguagem – no canto, na

<sup>335</sup> GAGNEBIN, 2005, p.68.

<sup>336</sup> “Agostinho procede muito mais por uma análise paciente que poderíamos chamar de fenomenológica (aliás Husserl e Heidegger lembrarão muitíssimo o Livro XI das *Confissões*), uma tentativa de descrição daquilo que acontece quando agirmos – e, em particular, quando falamos, contamos ou cantamos – nessa imbricação originária entre ação, linguagem e temporalidade. Ou ainda: Agostinho não tenta mais falar, de fora, sobre o objeto tempo, mas sim descrever, ladeando com o pensar o próprio pensamento, nossa experiência do tempo. Ora, essa não se diz em termos espaciais objetivos, mas em termos ativos de esticamento, de dilaceração, e de tensão entre o lembrar e esperar”. GAGNEBIN, 2005, p.75.

recitação, na escrita, na fala -, e só consigo falar, escrever, cantar e contar porque posso *lembrar*, exercer minha *atenção* e *prever*.<sup>337</sup>

Nesse sentido, é significativo o parágrafo 28 do Livro XI – *Expectativa do futuro, atenção ao presente, lembrança do passado* – em que coloca o tempo como *distensio animi*, distensão da alma; a *distentio*, uma tensão em direções opostas, um embate entre a ação da lembrança (passado) e ação da expectativa (futuro).<sup>338</sup> A articulação entre expectativa, atenção e lembrança permite fugir do embuste metafísico que O’Brien pretende instaurar:

Quem se atreve a negar que o futuro ainda não existe? No entanto, já existe no espírito a expectativa do futuro. Quem pode negar que o passado não mais existe? Contudo, existe ainda no espírito a lembrança do passado. E quem nega que o presente carece de extensão, uma vez que passa um instante? No entanto, perdura a atenção, diante da qual continua a retirar-se o que era presente. Portanto, não é o tempo futuro que é longo, pois não existe, mas o longo futuro é a longa espera do futuro. Também não é longo o tempo passado inexistente, mas o longo passado é a longa recordação do passado.

Se estou para recitar uma canção que conheço, antes de começar, já minha expectativa se estende toda ela. Mas, assim que começo, tudo o que vou destacando e entregando ao passado vai se estendendo ao longo da memória. Assim, a minha atividade volta-se para a lembrança da parte já recitada e para a expectativa da parte ainda a recitar; a minha atenção, porém, está presente: por seu intermédio o futuro torna-se passado. E quanto mais avança o ato tanto mais se abrevia a espera e se prolonga a lembrança, até que esta fica totalmente consumida, quando o ato, totalmente acabado, passa inteiramente para o domínio da memória.<sup>339</sup>

Além da *distentio*, a *attentio*, o outro movimento da alma, refere-se mais restritamente ao esforço da atividade intelectual em pensar esse embate, ou seja, a intensidade do presente, que não é apenas um meio de passagem, mas um momento privilegiado de compreensão, uma tomada consciente dessa interminável distensão “Como Ricoeur o sublinha com força, é justamente o aprofundamento nesta falha dolorosa da temporalidade humana, falha da qual os cétricos queriam deduzir a inexistência do tempo, que permite a Agostinho sua verdadeira compreensão”.<sup>340</sup> Podemos vincular a postura cética diante do tempo e da história, representada na figura de O’Brien, como um dos aspectos da fragmentação característica do mundo moderno que, como vimos – e especialmente na Alemanha pós Primeira Guerra –, resultou em uma profunda crise política e espiritual. Desde o final do século XIX, o pensamento *völkish* (populista) e neorromântico, na tentativa de estabelecer um novo sentido de comunidade, buscou agrupar determinados valores e ideias em uma nova mitologia:

<sup>337</sup> *Ibid.*, p.74.

<sup>338</sup> Novamente podemos evocar o evento-pensamento de Kafka, da luta do homem, diante das forças do passado e do futuro.

<sup>339</sup> AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. São Paulo: Paulus, 2015. p.355

<sup>340</sup> GAGNEBIN, 2005, p.76

Estava presente a ideia de transformar o Estado apenas em um meio de realização do *Geist* (espírito). Com a legitimação do Estado Nazista recém chegado ao poder, temos a oficialização da noção de que o Estado é *apenas um meio para uma mobilização a ele exterior*, Estado que passa a ser comandado pela figura pessoal de Hitler com toda a estetização política que levou a cabo, com o próprio *Führer* (líder) fazendo-se representar como o cavaleiro que traria do passado o futuro da Alemanha. Esse reacionarismo político, em sua mitologia política, advogava uma relação direta, sem mediação, entre o *Movimento*, corporificado no Partido (que toma o lugar da máquina do Estado na *liderança*) e no *Führer*, e uma força motriz corporificada na raça.<sup>341</sup>

Nietzsche – que terá uma influência fundamental no pensamento reacionário alemão – já no século XIX criticava a ideia de progresso, que não representaria de maneira nenhuma uma evolução para melhor no sentido em que se acreditava, o progresso, diz Nietzsche “é somente uma ideia moderna, quer dizer, uma ideia falsa”.<sup>342</sup> Na crítica nietzschiana à modernidade é o sentido histórico, o excesso de cultura histórica que faz o homem não se admirar com nada e tudo aceitar, isto é, o excesso de história teria fomentado a ironia e o cinismo na cultura destruindo suas forças criadoras “O excesso de história destruiu a força plástica da vida, que não sabe mais utilizar o passado como alimento substancial”.<sup>343</sup> Além disso, no âmbito do pensamento, Nietzsche denuncia a consciência irônica que a era moderna tem de si que se manifesta conjuntamente em seu sentido histórico. Esse pensamento influenciará, sobretudo em seu aspecto vitalista, teorias da decadência como as de Spengler:

O Ocidente decadente de Spengler é a *Metrópole* (1926) de Fritz Lang. Nesta “cidade universal”, o padrão não é o *espírito* mas o *dinheiro*. Para Spengler, o Ocidente é, no início do século XX, apenas o princípio de um processo de decadência. Como este processo é para ele fatal, foi imediatamente rotulado de pessimista, acusação que rejeita. As obscuras profecias das últimas de *O declínio do Ocidente*, que são um apelo a um sobressalto faustiano, a uma esperança numa luta contra o dinheiro, em nome de um direito que poderá ser o socialismo (um socialismo que voltasse as costas ao marxismo), tomam, à luz da história, um lúgubre tom nazista.<sup>344</sup>

A ideia de decadência também se faz presente em Orwell. Em *Dentro da Baleia*,<sup>345</sup> Orwell afirma que aceitar a civilização como ela é, na prática, significa aceitar a decadência. O destaque de Orwell é voltado para o romance que desconfiava estar com os dias contados. Afinal, o totalitarismo poderia muito bem triunfar se não fosse devidamente combatido. Além dos campos de batalha, o combate as formas totalitárias de expressão deveriam acontecer no

<sup>341</sup> COELHO, Victor O.P. **Entre o niilismo e a legitimidade do espaço simbólico**: Diálogo com Schmitt, Heidegger e Blumenberg. Horizonte, Belo Horizonte, v.12, n.33. jan./mar.2014. p.183

<sup>342</sup> NIETZSCHE, Friedrich. **Escritos sobre História**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2005. p.266

<sup>343</sup> *Ibid.*, p.172

<sup>344</sup> LE GOFF, Jacques, 2013, p.362

<sup>345</sup> *New directions in prose and poetry*, 1940. ORWEL, George. *Dentro da baleia e outros ensaios*, p.95 -144.

plano intelectual com atenção à linguagem, fundamentação histórica/fática e valorização da memória. No romance, esse embate é protagonizado por O'Brien e Winston, que acaba sendo derrotado e declara amor ao Grande Irmão.

Aristóteles entendia que o ser humano é naturalmente inclinado para o verdadeiro. As formas racionais de demonstração – a retórica por exemplo – seriam úteis uma vez que o verdadeiro e o justo têm mais valor que seus opostos. Nesse sentido, a persuasão é obtida através do discurso que demonstra a verdade (ou o que parece ser verdade) em virtude da argumentação persuasiva no caso em questão. O embate protagonizado por Winston e O'Brien é uma imagem da crise dos gêneros retóricos. Explico-me melhor. São três os gêneros da retórica apontados por Aristóteles. O *discurso deliberativo* que nos induz a fazer ou não fazer algo; o *discurso forense* que diz respeito a acusação ou defesa de alguém; o *discurso demonstrativo* que se ocupa do louvor ou censura de alguém. Os discursos retóricos referem-se a três tipos distintos de tempo.

O orador de deliberativo tem a ver com o futuro; é sobre as coisas a serem realizadas doravante que ele aconselha ou desaconselha. No discurso forense ou judiciário, trata-se do passado; é sempre em torno de fatos passados que gira a acusação ou a defesa. Para o discurso demonstrativo, o essencial é o presente, embora seja frequente o orador do discurso demonstrativo também evocar o passado e efetuar conjecturas a respeito do futuro.<sup>346</sup>

Como vemos acima, cada tipo de discurso está intimamente relacionado com uma temporalidade, mas este elemento não impede sua interrelação com as demais temporalidades, tendo em vista que nenhuma temporalidade faz sentido se não articulada com as demais. Logo, a distinção temporal e sua interdependência é um importante pressuposto para as formas discursivas e da possibilidade do estabelecimento da verdade.<sup>347</sup> É exatamente por esse motivo que Winston não teria como triunfar sobre O'Brien, já que a base intelectual (retórica) que recorre não é compartilhada por O'Brien (duplificação), podemos lembrar o lema do partido “Quem controla o passado controla o futuro; quem controla o presente controla o passado” e a própria pretensão de eliminar o tempo histórico, instando algo com um *presente perpétuo* (característico das utopias), em que não se poderá recorrer nem ao passado nem ao futuro para enfrentar os problemas do tempo presente.

<sup>346</sup> ARISTÓTELES. **Retórica**. São Paulo; EDIPRO, 1. Ed. 2011, 1. Reimp. 2013. p.54.

<sup>347</sup> Não me refiro aqui a uma verdade eterna e imutável que, no fundo, seria negar qualquer esforço historiográfico, caindo inevitavelmente nos domínios da metafísica.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho procuramos demonstrar como se articulou a crítica de George Orwell aos acontecimentos de seu tempo. Destacamos o romance *1984* como catalisador de suas preocupações políticas imediatas, levando em consideração aspectos da sua trajetória pessoal, sobretudo, sua participação na guerra civil espanhola e as divergências com a ortodoxia comunista em seu país, considerando o horizonte intelectual daquele momento histórico específico. Temos na obra de Orwell uma profunda valorização da ideia de verdade objetiva, como pressuposto para o conhecimento e, por consequência, da consciência política que pode ser adquirida através da apuração criteriosa dos fatos sucedidos e da investigação histórica e, em seu caso particular, jornalística. A valorização da história – enquanto paradigma explicativo e forma racional de demonstração – não estaria completa caso Orwell não estivesse atento à articulação com a própria matéria-prima da história, isto é, linguagem e memória. Por essa razão, é que os chamados princípios sagrados do Socing, mutabilidade do passado (discurso histórico), novafala (linguagem) e duplipensamento (memória) correspondem a cada desses domínios respectivamente, articulando de forma sistemática a crítica do autor.

Em virtude das questões em alta no mundo contemporâneo, a figura de Orwell está em evidência. Denúncias de espionagem reladas por Snowden<sup>348</sup>; o crescente uso de câmaras de vigilância e sistemas de monitoramento, aos quais os próprios indivíduos se sujeitam voluntariamente - estimulados por toda cadeia de consumo/produção (mercado) -, seja pelo entretenimento espetacular seja pela otimização da atividade laboral ao longo de toda cadeia produtiva; a progressiva ocorrência das *fake news* (notícias falsas) que têm influenciado resultados de eleições e a percepção social dos acontecimentos. Este último aspecto se relaciona diretamente com a ideia de “pós-verdade” (*post truth*).<sup>349</sup> O termo – que vem ganhando cada vez mais espaço – recorda o processo *desvalorização da ideia de verdade objetiva* apontada por Orwell que buscamos compreender ao longo do trabalho.

Mesmo com a distância do totalitarismo do horizonte político que, ao que parece, deu lugar a situações antidemocráticas menos óbvias (estado de exceção) e economicamente mais convenientes aos grupos de interesses – Paraguai (2012), Guatemala (2015), Brasil (2016) –

---

<sup>348</sup> Edward Snowden é uma analista de sistemas, ex-funcionário da CIA, pivô do escândalo de espionagem do governo estadunidense. Tornou público detalhes dos programas que integram o sistema de vigilância global da NSA.

<sup>349</sup> Em 2016, a Oxford Dictionaries definiu o termo como um substantivo que tem relação ou evidencia circunstâncias nas quais fatos comprovados empiricamente tem menos influência em moldar a opinião pública do que os apelos as emoções e as crenças pessoais.

*1984* ainda goza de grande apelo, pois, como nos ensina Ricoeur, as grandes obras literárias não são pura e simplesmente expressão do tempo em que foram produzidas. A grandeza da obra de arte reside em sua amplitude projetiva de falar a um público que não é contemporâneo, isto é, a capacidade de descontextualizar e recontextualizar em um novo panorama.

Orwell imaginou um futuro sombrio em que o Estado controlaria a vida do indivíduo em seus mínimos detalhes. A produção de *1984* foi profundamente orientada pela ascensão do autoritarismo e a respectiva valorização do Estado como regulador da vida e pensamentos humanos. Em seu entendimento o comunismo soviético também não representava uma possibilidade de emancipação do humano, ao contrário, era uma profunda ameaça a todo o movimento socialista ocidental. Com o fim do comunismo e todas as transformações de ordem econômica e política, as quais Orwell não poderia prever, poderíamos imaginar que as projeções de Orwell ficariam definitivamente datadas. No entanto, a atualidade de sua obra se dá pela permanência dos elementos abordados nas democracias liberais contemporâneas, reforçando o argumento de que *1984* não era exclusivamente uma crítica do comunismo, mas sobretudo, uma crítica às formas de sustentação do poder político no mundo moderno.

A ascensão da extrema direita ao redor do globo, inclusive no Brasil, apenas evidencia a importância da discussão levantada por Orwell ao longo das páginas de seu livro. A manipulação da memória, o (des)tratamento da linguagem e a desconsideração dos fatos históricos têm servido para alavancar projetos políticos no mundo contemporâneo. O apelo as emoções e a construção da figura do líder têm decidido o resultado das eleições. A análise *1984* nos permite entender não apenas o seu período de produção histórica como também a configuração política atual. Portanto, a interação dos princípios da novafala, mutabilidade do passado e duplipensamento, além de nos permitir meditar sobre a própria produção do conhecimento histórico e sua função social, possibilita uma melhor compreensão do pensamento político de Orwell e suas implicações na atualidade.

## REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. São Paulo: Paulus, 2015.
- ALTARES, Guillermo. ‘1984’ lidera as vendas de livros nos EUA desde a posse de Trump. 2017. [https://brasil.elpais.com/brasil/2017/01/26/cultura/1485423697\\_413624.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/01/26/cultura/1485423697_413624.html). Acessado em 30 de junho de 2017.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 2014.
- \_\_\_\_\_. **Entre o passado e o futuro**. 7.ed., São Paulo Perspectiva, 2013.
- \_\_\_\_\_. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- ARISTÓTELES. **Poética**. São Paulo: EDIPRO, 2011.
- \_\_\_\_\_. **Retórica**. São Paulo; EDIPRO, 1. Ed. 2011, 1. Reimp. 2013.
- BACCEGA, Maria Aparecida. **Palavra e discurso: história e literatura**. São Paulo: Ática, 2007.
- BAKHTIN Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 13ª ed. São Paulo: Hucitec Editora, 2012.
- BENTHAM, Jeremy. **O Panóptico**. Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2008.
- BERLIN, Isaiah. **Limites da Utopia: Capítulos das Histórias da Ideias**. São Paulo: Companhia das Letras: 1991.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História** ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- BLUMENBERG, Hans. “Imitação da natureza”: contribuição à pré-história da ideia do homem criador. In: COSTA LIMA, Luiz (Org.). **Mímesis e a reflexão contemporânea**. Tradução Luiz Costa Lima, revisão técnica Carlinda Nuñez. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010, p. 87-135.
- BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte**. Gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- BRANDÃO, Helena. Enunciação e construção do sentido. In: FIGARO, Roseli (org.). **Comunicação e análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2013, p.19-43.
- CAMUS, Albert. **O mito de Sísifo**. 5ªed. – Rio de Janeiro: BestBolso, 2014.
- CANCELLI, Elizabeth. **Em tempos do indefensável: linguagem política, modernismo e totalitarismo**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. 26., 2011, São Paulo. Anais... São Paulo: ANPUH, 2011, p. 1-16.
- CLAYES, Gregory. **Utopia**. A história de uma ideia. São Paulo : Edições SESC SP, 2013.
- COELHO, Teixeira. O que é utopia? In: Primeiros passos vol.3. **O que é revolução. O que é utopia. O que é anarquismo**. São Paulo: Círculo do livro, 1993.

- COELHO, Victor de O. P. **A totalidade enquanto problema histórico e categoria teórica:** Uma abordagem a partir das obras de Humbolt, Simmel e Ernst Jünger. *Revista de Teoria da História*, ano 4, Número 8, Dez/2012.
- \_\_\_\_\_. **Ernst Jünger e o demônio da técnica:** modernidade e reacionarismo. *Topoi* (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 18, n. 35, p.246-273, maio/ago. 2017.
- \_\_\_\_\_. **Entre o niilismo e a legitimidade do espaço simbólico:** Diálogo com Schmitt, Heidegger e Blumenberg. *Horizonte*, Belo Horizonte, v.12, n.33. jan./mar.2014.
- COSTA LIMA, Luiz. **História. Ficção. Literatura.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- \_\_\_\_\_. **Mimesis e modernidade:** formas das sombras. 2.ed.- São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- CRARY, Jonathan. **Técnicas do observador:** visão e modernidade no século XIX. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.
- DANTAS, Gilton. **A crítica de Hannah Arendt a Karl Marx.** *Revista de Sociologia em Rede*, vol. 3, num. 3, 2013.
- DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.
- EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura.** São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- FAYE, Jean-Pierre. **Introdução às linguagens totalitárias:** teoria e transformação do relato. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas.** Rio de Janeiro : Nau, 2013.
- \_\_\_\_\_. **Microfísica do Poder.** São Paulo: Graal, 2012.
- \_\_\_\_\_. **Vigiar e Punir:** nascimento da prisão. 38 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização.** São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Sete aulas sobre linguagem, memória e história.** 2. Ed.-Rio de Janeiro: Imago, 2005.
- GRAHAM, Helen. **Guerra Civil Espanhola.** Porto Alegre, RS: L&PM, 2013.
- GRAMSCI, Antonio. **Americanismo e fordismo.** São Paulo : Hedra : 2008.
- HARTOG, François. **Evidência da História.** O que os historiadores veem. 1. Ed., - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- HEINDENREICH, Felix. **Aspectos políticos na filosofia de Hans Blumenberg.** *Rev. Filos.*, Aurora, Curitiba, v. 27, n. 41, p. 523-539, maio/ago. 2015.
- HITCHENS, Christopher. **A vitória de Orwell.** São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos:** o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

- JASMIN, Marcelo. Prefácio In: KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2012.
- KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**: estudos sobre história. 1.ed. – Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014.
- \_\_\_\_\_. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2012.
- LAFER, Celso. In Prefácio: ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. 7.ed., São Paulo Perspectiva, 2013.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 7ª ed. revista – Campinas, SP: Editora Unicamp, 2013.
- MANN, Michael. **Fascistas**. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- MARTINS, Hermínio. **Tecnologia, modernidade e política**. *Lua Nova*, n. 40, p.282-320, 1997.
- NETO, Ricardo B. **Orwell**: A busca da decência. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- NEWMAN, Kim. *Metropolis*. In: SCHNEIDER, Steven Jay. **1001 filmes para ver antes de morrer**. – Rio de Janeiro: Sextante, 2010.
- NIETZSCHE, Friedrich. **Escritos sobre História**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2005.
- ORWELL, George. **1984**. Tradução: Alexandre Hubner e Heloisa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- \_\_\_\_\_. **A revolução dos bichos**: um conto de fadas. Tradução Heitor Aquino Ferreira; posfácio Christopher Hitchens. – São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- \_\_\_\_\_. **Como morrem os pobres e outros ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- \_\_\_\_\_. **Dentro da baleia e outros ensaios**. São Paulo : Companhia das Letras, 2005
- \_\_\_\_\_. **Literatura e política**: jornalismo em tempos de guerra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.
- \_\_\_\_\_. **Lutando na Espanha**: homenagem à Catalunha, recordando a guerra civil espanhola e outros escritos. São Paulo : Globo, 2006.
- PAVLOSKI, Evanir. *1984*. **A distopia do indivíduo sob controle**. Curitiba : 2005.
- PERROT, Michelle. *O inspetor Bentham*. In: BENTHAM, JEREMY. **O Panóptico**. Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2008.
- PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século XX**: taylorismo, fordismo e toyotismo. 3.ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2013.

RANCIÈRE, Jacques. **O espectador emancipado**. São Paulo : Editora WMF Martins Fontes, 2012.

RICOEUR, Paul. **A ideologia e a utopia**. 1ed. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica**. Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1ª reimpressão, 2010.

SILVA, Matheus Cardoso da. **O último homem da Europa**: a luta pela memória no universo não ficcional de George Orwell, 1937-1949. São Paulo, 2010.

WILLIAMS, Raymond. **A política e as letras**: entrevistas da New Left Review – 1ª. ed. – São Paulo: Editora Unesp, 2013.

\_\_\_\_\_. **Cultura e Sociedade**. De Coleridge a Orwell. Petrópolis, Rj: Vozes, 2011.

ŽIŽEK, Slavoj. **Alguém disse totalitarismo?** : cinco intervenções no (mau) uso de uma noção. 1.ed. – São Paulo: Boitempo, 2013.